

**ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO
SISP – 2008 A 2014**



Brasília, junho de 2015

**ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO
SISP – 2008 A 2014**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2015.

Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Elaborado por

João Alberto Muniz Gaspar - MP

**Ministro do Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão**

Nelson Barbosa

Equipe de Apoio

Daniel Figueiredo Trindade - MP

Ícaro Gama - MP

Joyce Lustosa Belga - MP

**Secretário de Logística e Tecnologia da
Informação**

Cristiano Rocha Heckert

**Secretário Adjunto de Logística e Tecnologia
da Informação**

Fernando Antônio Braga de Siqueira Júnior

Departamento de Sistemas de Informação

Wagner Silva de Araújo

**Coordenação-Geral de Gestão e Governança
de Tecnologia da Informação**

Ana Carolina Romão Degaspari Pinto de Castro

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Lista de Siglas

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas	MGP – Metodologia de Gerenciamento de Projetos
APF – Administração Pública Federal	NBR - norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas
DOU – Diário Oficial da União	PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
EGTI – Estratégia Geral de Tecnologia da Informação	PPA – Plano Plurianual
EGTIC – Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações	PSW – Processo de Desenvolvimento de Software
GSI – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República	SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
IN – Instrução Normativa	SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
ISO - International Organization for Standardization	TCU – Tribunal de Contas da União
IEC - International Engineering Consortium	
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias	
LOA – Lei Orçamentária Anual	
IFPUG - International Function Point Users Group	

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Sumário

Introdução.....	5
Objetivo.....	7
Metodologia e limitações.....	7
Benefícios Esperados.....	10
Comitê de TI.....	11
PDTI.....	16
Processo de Gestão Orçamentária de TI.....	21
Processos de Contratação e Gestão de Contratos de Bens e Serviços de TI.....	25
Segurança de Informações e Comunicações.....	39
Mapeamento dos Ativos de TI.....	41
Comitê de Segurança de TIC.....	43
Política de Segurança de Informação e Comunicações – POSIC.....	44
Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede – ETIR e Gestão dos Incidentes de Rede.....	48
Capacitação em Segurança de Informações e Comunicações.....	56
Outros Aspectos da Segurança da Informação.....	60
Gestão de Projetos.....	64
Desenvolvimento de Sistemas de Informação.....	76
Catálogo de Serviços.....	86
Gestão de Pessoas.....	90
Serviços e Transparência de Informações à Sociedade.....	98
Inventário de Infraestrutura.....	107
Considerações Finais.....	110
Anexos.....	113
Anexo I – Questionário do Autodiagnóstico.....	113
Anexo II - Levantamento Complementar de Governança de TIC.....	120
Anexo III - Levantamento Complementar de Segurança de TIC.....	121
Anexo IV - Levantamento Complementar de Gestão de Pessoas.....	124
Anexo V - Levantamento Complementar de Serviços e Transparência de Informações à Sociedade.....	125
Anexo VI - Levantamento Complementar de Inventário de Infraestrutura.....	126

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Introdução

A governança de TI, segundo a ABNT NBR ISO/IEC 38500 (item 1.6.3), é o sistema pelo qual o uso atual e futuro da TI é dirigido e controlado. Os mecanismos de governança devem ter foco no monitoramento da gestão da instituição, intervindo sempre que houver desvio em relação ao esperado pelos responsáveis finais. Em última instância, esses responsáveis são os detentores da propriedade – os sócios, acionistas, etc, no caso das organizações privadas, e a sociedade, no caso das instituições públicas.

O *IT Governance Institute* (ITGI) – organismo internacional responsável por pesquisas sobre práticas e percepções globais de governança de TI para a comunidade – estabelece que “Valor, risco e controle constituem a essência da governança de TI. A governança de TI é de responsabilidade dos executivos e da alta direção, consistindo em aspectos de liderança, estrutura organizacional e processos que garantam que a área de TI da organização suporte e aprimore os objetivos e as estratégias da organização” (ITGI, 2007, p.7).



Focos da governança de TI

Fonte: http://www.governancadeti.com/wp-content/uploads/2011/05/image_gallery.gif

Percebe-se, então, que a governança de TI é uma parte da governança corporativa que, em suma, consiste no estabelecimento de um conjunto de mecanismos com o objetivo de assegurar que o uso da TI agregue valor ao negócio com riscos aceitáveis, sendo responsabilidade dos executivos e da alta administração da organização prover a estrutura e garantir uma boa governança de TI.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014



Fonte: Governança de Tecnologia da Informação. Disponível em <http://www.certainformatica.com.br/servicos/governanca-da-tecnologia-da-informacao>

O Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP, foi instituído pelo Decreto nº 1.048 de 21 de janeiro de 1994 e atualizado pelo Decreto nº 7.579 de 11 de outubro de 2011, com o objetivo de organizar o planejamento, a operação, o controle, a supervisão e a coordenação dos recursos de tecnologia da informação da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, sendo facultada às empresas públicas e às sociedades de economia mista a participação no SISP, cujas condições devem constar de termo próprio a ser firmado entre os dirigentes das entidades e o titular do Órgão Central do SISP.

A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é o Órgão Central deste sistema e atua, por meio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, na normatização, gestão e coordenação das ações do SISP.

As áreas de Tecnologia da Informação dos diversos Ministérios e dos órgãos da Presidência da República, atuam como Órgãos Setoriais na implantação direta das ações e colaboram com a coordenação e desenvolvimento das políticas, normas e diretrizes do sistema.

As fundações e autarquias são classificadas como Órgãos Seccionais (vinculados aos Ministérios) pertencentes ao SISP e contribuem, no âmbito de sua atuação, na coordenação e no desenvolvimento programático, normativo e diretivo das ações de TI.

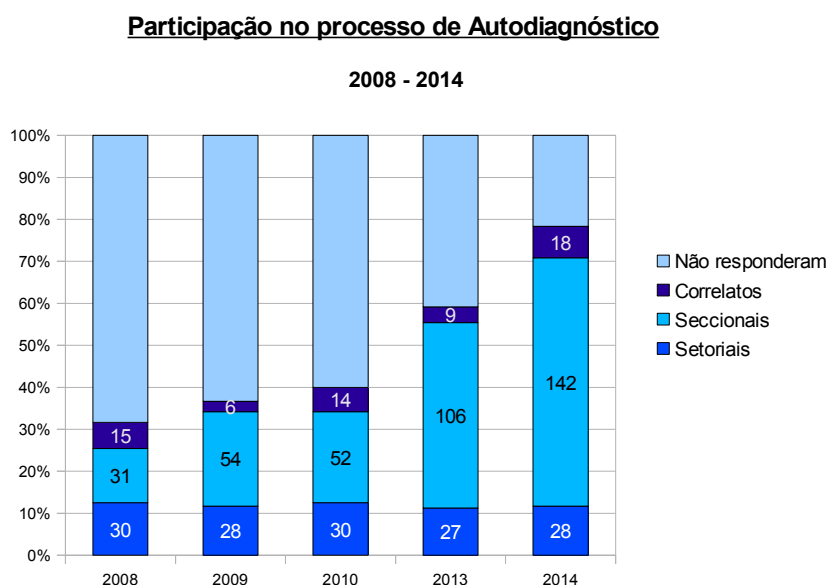
Como Órgãos Correlatos são classificadas as unidades desconcentradas e formalmente constituídas de administração dos recursos de tecnologia da informação nos Órgãos Setoriais e Seccionais.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Objetivo

O objetivo deste levantamento foi acompanhar e manter base de dados atualizada com a situação de governança e gestão de tecnologia da informação (TI) nos órgãos do SISP. Este é o quinto levantamento dessa natureza realizado pela SLTI/MP. O primeiro foi realizado em 2008 e contou com a participação de 76 instituições. O levantamento atual contou com a participação de 188 instituições, o que representa um crescimento de 147%. Em 2013, foi publicada Portaria SLTI nº 7, de 08 de abril, publicada em 09 de abril no DOU, que tornou obrigatório por parte dos órgãos integrantes do SISP o preenchimento do Autodiagnóstico.

No gráfico abaixo se apresenta a distribuição por tipo de órgão dentre os órgãos respondentes, por ano.



Metodologia e limitações

Todo o processo de autodiagnóstico e seus levantamentos complementares foi planejado como um censo. Em função disso, apesar da possibilidade de haver algumas distorções na comparação, foram utilizados os dados de todos os respondentes. Contudo, tal fato não prejudica a análise e as conclusões acerca da evolução da situação de governança e gestão de TI nos órgãos do SISP no período 2008 a 2014.

Como grupo de controle, foram feitas análises apenas com os órgãos setoriais, pois quase

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

não houve variação nesse grupo de órgãos respondentes desde 2008.

Durante a fase de planejamento, além do autodiagnóstico permanente foram elaborados 5 levantamentos complementares: Governança de TIC, Segurança de TIC, Gestão de Pessoas, Serviços e Transparência de Informações à Sociedade, e Inventário de Infraestrutura. Os levantamentos complementares se concentraram em questões específicas e pontuais, as quais não devem, em princípio, ser objeto de investigação no próximo ano.

O autodiagnóstico permanente é composto por 31 questões, subdivididas em 109 itens, contemplando os seguintes eixos: Governança de TIC, Gestão Orçamentária de TIC, Contratação de TIC segundo a IN04/SLTI, Segurança de TIC, Gestão de Projetos, Padrões Tecnológicos e Soluções de TIC, Desenvolvimento de Software, Gestão de Serviços de TIC, Gestão de Pessoas, Infraestrutura, Interoperabilidade, Serviços e Transparência de Informações à Sociedade (Anexo I).

O levantamento complementar de governança é composto por 5 questões sem subitens, contemplando dois aspectos: Plano Estratégico Institucional e Atuação da TI no órgão. (Anexo II)

O levantamento complementar de Segurança de TIC é composto por 25 questões, sendo que 3 questões foram subdivididas em 3 itens, contemplando Propostas de Projetos de Segurança de TIC e Normativos GSI (Anexo III).

O levantamento complementar de Gestão de Pessoas é composto por 3 questões divididas em 18 itens, contemplando Metodologia para Estimar Força de Trabalho, Quantitativos de Força de Trabalho de TIC e Quantitativo de Servidores Efetivos atuando em TIC (Anexo IV).

O levantamento complementar de Serviços e Transparência de Informações à Sociedade é composto por 5 questões divididas em 13 itens (Anexo V).

O levantamento complementar de Inventário de Infraestrutura é composto por 36 questões, divididas em 13 itens, contemplando Sistema de Inventário, Datacenter, Servidores de Redes, Equipamentos de Uso Pessoal, Impressão, Internet, Videoconferência, VoIP, Rede e SGBD (Anexo VI).

Com o intuito de auxiliar os respondentes no correto preenchimento do questionário, foi elaborado um guia de preenchimento e visualização (Anexo VII), o qual se encontra no link http://www.sisp.gov.br/dotlrn/clubs/gestodetisisp/file-storage/view/Instru%C3%A7%C3%B5es_de_Uso_do_Autodiagnostico_Permanente.pdf.

Ao final da fase de planejamento, foi encaminhado aos órgãos do SISP um e-mail¹, dando ciência da realização do levantamento e ressaltando a obrigatoriedade de seu preenchimento

¹ No Art. 4º da Portaria Nº 7, de 08 de abril, publicada em 09 de abril no DOU Nº 67, define-se que os prazos e demais informações sobre o Autodiagnóstico serão informados por correio eletrônico e também publicados no portal do SISP (sisp.gov.br)

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

conforme a Portaria N° 7, de 08 de abril, publicada em 09 de abril no DOU N° 67 (que pode ser visualizada pelo link <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=09/04/2013&jornal=1&pagina=61&totalArquivos=64>). Os formulários eletrônicos foram disponibilizados na Central de Serviços e Suporte do SISP - C3S (<http://c3s.sisp.gov.br/cau/>). Para esclarecimento das dúvidas e outras comunicações, foi divulgado o mesmo endereço eletrônico da C3S.

O processo de autodiagnóstico referentes aos anos de 2008 a 2010 foi realizado utilizando o Formsus, ou seja, todos os dados deveriam ser preenchidos novamente pelos órgãos de um ano para o outro. A partir de 2013 o autodiagnóstico passou a ser “permanente”, ou seja, o formulário fica disponível para preenchimento durante todo o ano, sendo feita uma imagem da base em datas selecionadas. Dessa forma, os órgãos agora precisam atualizar as informações que porventura tiverem sofrido alguma alteração. Apesar desse caráter “permanente”, é importante esclarecer que há diferenças entre algumas das perguntas que compunham o processo em 2013 e as formuladas em 2014. Essas diferenças se devem, basicamente, ao amadurecimento de conceitos de governança e gestão de TI no âmbito da SLTI/MP. No entanto, essas diferenças não impedem a análise comparativa das respostas, cujo resultado se pode verificar adiante.

Em função da decomposição de várias questões em subitens, cabe explicar que a resposta do item superior somente foi considerada assinalada se pelo menos um dos subitens tivesse sido também assinalado. No sentido inverso, essa regra não se aplica, ou seja, ainda que um dos subitens tenha sido marcado, prevalece a resposta correspondente à não marcação do item superior.

Até a conclusão do presente relatório, 188 instituições haviam atendido à solicitação de remessa de informações, restando 52 instituições não respondentes.

Como fatores de limitação à execução dos trabalhos, identificaram-se os seguintes:

- a) atraso de instituições no atendimento ao levantamento, embora não tenha comprometido as conclusões obtidas;
- b) instabilidade do servidor onde o questionário foi disponibilizado, sendo necessário prorrogar o prazo para o preenchimento das operações;
- c) limitação da ferramenta web utilizada, que impõe um limite de decomposição em subitens;
- d) dificuldades na atualização dos dados cadastrais dos responsáveis pelo preenchimento dos questionários - a mudança nos responsáveis foi informada com o processo de autodiagnóstico já iniciado.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Por fim, ressalta-se que, devido à limitação da ferramenta adotada para construção dos gráficos, os arredondamentos levaram, em alguns casos, a percentuais inexatos (99% - 101%).

Benefícios Esperados

As informações obtidas neste trabalho permitirão identificar os pontos de desenvolvimento dos órgãos do SISP, orientando a atuação da SLTI/MP como órgão central e como indutora do processo de aperfeiçoamento da governança e gestão de TI e, ao mesmo tempo, auxiliar na identificação de bons exemplos e modelos a serem disseminados.

A divulgação das informações consolidadas permitirá que cada instituição avalie como está sua governança e gestão de TI em relação às boas práticas e às demais organizações da Administração. Essa avaliação é insumo na definição de objetivos, no planejamento e no amadurecimento da TI de cada instituição avaliada.

Por fim, o acompanhamento da evolução dos indicadores de governança e gestão de TI é instrumento essencial ao monitoramento da efetividade das medidas adotadas pela SLTI.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Comitê de TI

Desde 2008, com a publicação do Acórdão nº1603/2008 – TCU – Plenário e da necessidade de observância da Instrução Normativa SLTI nº 04, de 19 de maio de 2008, que a SLTI tem desenvolvido esforços com o objetivo de estabelecer as bases para o aperfeiçoamento da gestão de TI, alinhada com o planejamento institucional dos órgãos, e o funcionamento efetivo de instância diretiva, Comitê de TI, para as ações e investimentos de TI.

A recomendação registrada no item 9.1.1 do Acórdão nº 1.603/2008-TCU-Plenário aos órgãos governantes superiores foi a seguinte:

"9.1.1. promovam ações com o objetivo de disseminar a importância do planejamento estratégico, procedendo, inclusive mediante orientação normativa, ações voltadas à implantação e/ou aperfeiçoamento de planejamento estratégico institucional, planejamento estratégico de TI e comitê diretivo de TI, com vistas a propiciar a alocação dos recursos públicos conforme as necessidades e prioridades da organização;"

A IN04/2008 da SLTI/MP estabelecia em seu art. 4º:

"Parágrafo único. A Estratégia Geral de Tecnologia da Informação deverá abranger, pelo menos, os seguintes elementos:

...

IV - orientação para a formação de Comitês de Tecnologia da Informação que envolvam as diversas áreas dos órgãos e entidades, que se responsabilizem por alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos do órgão ou entidade e apoiar a priorização de projetos a serem atendidos."

Diversos outros Acórdãos dos órgãos de controle enfatizaram a importância da existência de um comitê de TI efetivamente implantado.

Nos itens 143 e 146 do acórdão 2308/2010 do TCU afirmou-se que

"143. Um comitê de TI funcionando adequadamente pode reduzir o risco de a área de tecnologia, agindo de forma independente, direcionar recursos para projetos que não são os mais importantes para o negócio, ou mesmo que haja um "sequestro" da TI (de seus recursos) por um dos setores da organização, normalmente aquele ao qual está subordinada.

...

146. O baixo índice de comitês de TI instituídos e acompanhados pode ser explicado pela falta de consciência da alta administração acerca de seu papel na governança de TI: um dirigente que não se responsabiliza pelas políticas de TI, não sentirá necessidade do apoio de um comitê, menos ainda de acompanhar seu funcionamento."

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

O item 9.2 do Acórdão 1233/2010 do TCU também trata do tema Comitê de TI:

“9.2. Recomendar, com fundamento na Lei 8.443/1992, art. 43, inciso I, c/c RITCU, art. 250, inciso III, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MP) que:
9.2.1. normatize a obrigatoriedade de que os entes sob sua jurisdição estabeleçam comitês de TI², observando as boas práticas sobre o tema, a exemplo do Cobit 4.1, PO4.2 – comitê estratégico de TI e PO4.3 – comitê diretor de TI (subitem II.3);

Da mesma forma, a criação e funcionamento efetivo de um Comitê de TI nos órgãos integrantes do SISP sempre foi considerada prioritária pela SLTI.

Na Estratégia Geral de TI para 2009, EGTI-2009, elaborada em 2008, no Modelo de Governança do SISP – Marco Zero, ficou determinado que³:

“3.2 São metas de referência para 2009:

...

3.2.1.1 Existência e uso efetivo de PDTI;

3.2.1.2 Funcionamento efetivo de instância diretiva, Comitê de TI, para as ações e investimentos de TI;

3.2.1.3 Elaboração do orçamento de TI com base nas ações planejadas (PDTI);

3.2.1.4 Contratações de TI realizadas alocando recursos previstos no orçamento.”

Na EGTI 2010⁴, que resultou da revisão da EGTI 2009, incorporando ajustes necessários definidos pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, definiu-se que 85% dos Órgãos Setoriais do SISP já deveriam possuir Comitê de TI ou alguma instância entre a área de TI e as áreas finalísticas. Nas metas de aperfeiçoamento da gestão de TI, constou como ação proposta aperfeiçoar o funcionamento do Comitê de TI, com a inclusão no Comitê de TI dos órgãos vinculados.

Na EGTI 2011-2012⁵, aprovada pela resolução nº 07 de 14 de dezembro de 2010, determinou-se a criação e pleno funcionamento dos Comitês de TI nos órgãos que integram o sistema (EGTI 2010-2011, Meta 5, Iniciativa Estratégica 12, página 18).

Na EGTIC 2013-2015⁶ definiu-se como iniciativa estratégica, para o objetivo de aperfeiçoar a governança de TI nos órgãos do SISP, “Ini. 3.1. Fortalecer a atuação do Comitê de TI”.

Por fim, na EGTI 2014-2015⁷, foi definida a meta “I4.1. Ao menos 100 órgãos devem

2 Grifo nosso.

3 A EGTI 2008 pode ser encontrada em <http://www.governoeletronico.gov.br/anexos/egti-2008/download>

4 A EGTI 2010 pode ser encontrada em www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/estrategia-geral-de-tecnologia-da-informacao-egti-2010/download

5 A EGTI 2011-2012 pode ser encontrada em <http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/estrategia-geral-de-tecnologia-da-informacao-egti-2011-2012/download>

6 A EGTI 2013-2015 pode ser encontrada em <http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/estrategia-geral-de-tecnologia-da-informacao-egti-trienio-2013-a-2015/download>

7 A EGTI 2014-2015 pode ser encontrada em <http://www.sisp.gov.br/egtic/wiki/download/file/EGTIC>

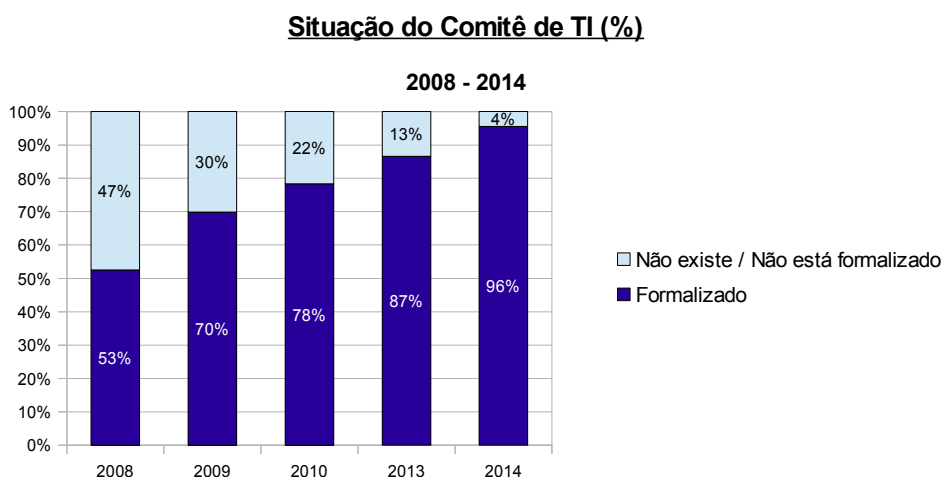
ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

realizar, no mínimo, 4 (quatro) reuniões do Comitê de TI”.

Para auxiliar os órgãos a implantarem seus Comitês de TI, a SLTI publicou o Guia do Comitê de TI do SISP, prestou diversas consultorias aos órgãos integrantes do Sistema, para o estabelecimento de seus Comitês de TI e tem orientado a formação de comitês nos diversos órgãos da Administração Pública Federal a fim de orquestrar as ações de tecnologia, de forma que a governança de TI seja mais eficiente e estruturada.

De acordo com o Guia do Comitê de TI, esses comitês institucionais deverão ser compostos por representantes de todas as áreas de negócio da entidade ou órgão, incluindo a alta administração. Esse envolvimento de alto nível hierárquico visa alinhar o plano de desenvolvimento de tecnologia da informação com o planejamento estratégico do órgão.

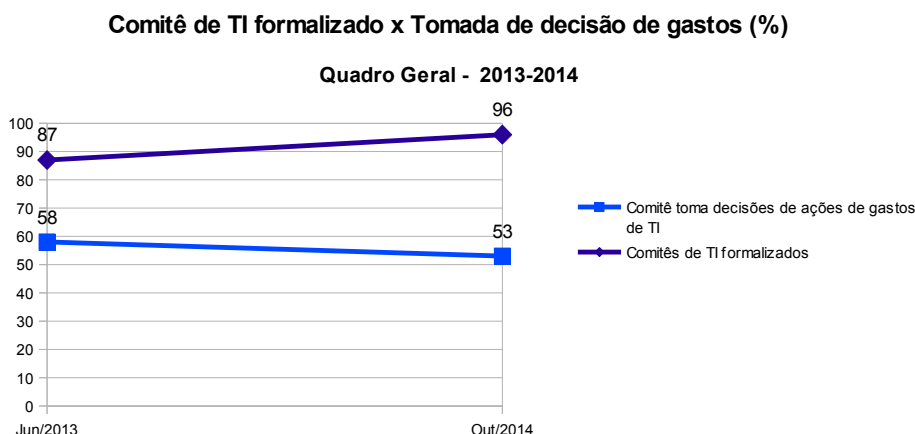
O gráfico a seguir apresenta os resultados obtidos em 2014 comparados aos resultados obtidos a partir de 2008.



Verifica-se uma evolução da situação em relação ao primeiro levantamento. Em 2008, 53% das instituições declararam possuir um Comitê de TI formalizado sendo que, atualmente, 96% das instituições informaram possuir um Comitê de TI formalizado.

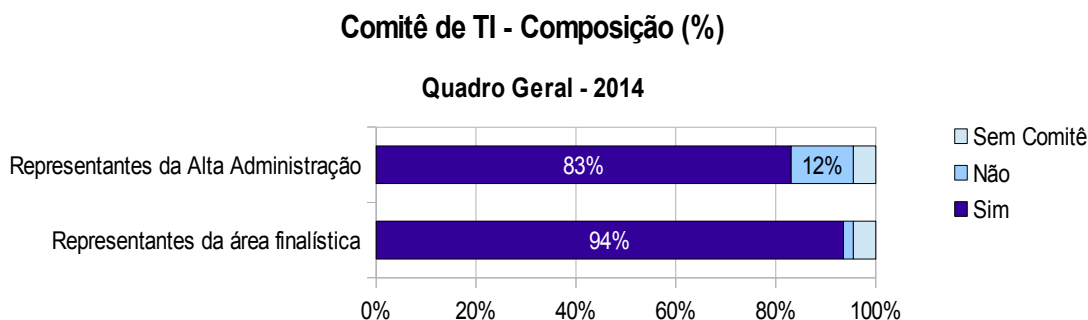
É importante observar no gráfico abaixo, o qual apresenta dados coletados em 2013 e em 2014, que 45% dos órgãos com Comitê (53% do total de órgãos) informaram que o Comitê não é o responsável pela tomada de decisão de gastos de TI (Observou-se uma redução de 5 pontos percentuais nesse item em relação a 2013. O principal motivo para essa redução foi o fato de que 15 órgãos alteraram sua situação de “responsável pela tomada de decisão de gastos” em 2013 para “não responsável pela tomada de decisão de gastos” em 2014).

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014



Esse resultado indica que em quase metade dos órgãos do SISP o Comitê de TI não participa das decisões relativas à priorização dos gastos de TI e que houve uma migração de instituições no sentido de que as decisões sobre os gastos de TI não passam pelo Comitê de TI (apesar disso, a situação declarada pelos órgãos do SISP é compatível com o quadro geral de toda a Administração Pública Federal⁸).

O gráfico a seguir mostra que, entre os órgãos que estabeleceram um Comitê de TI, 94% designaram representantes das áreas finalísticas e 83% desses comitês possuem representantes da Alta Administração do órgão.



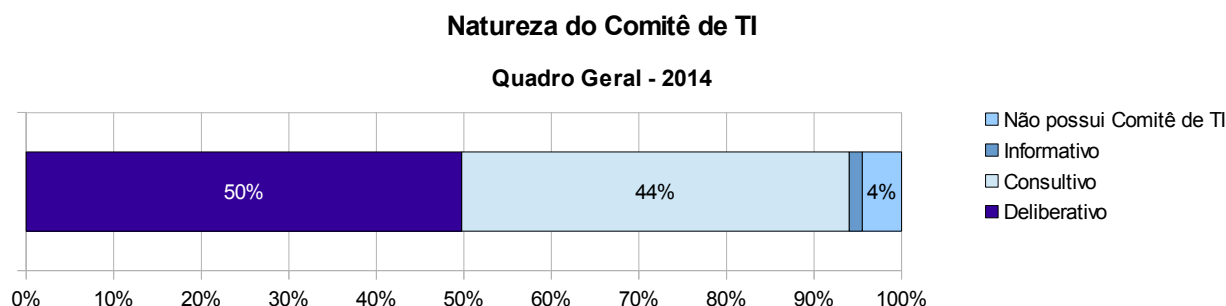
Esse quadro indica migração do antigo modelo de Comitê de TI, composto basicamente por membros da área de TI, para um modelo em sintonia com os negócios e estratégia da organização, no qual há participação direta das áreas finalísticas e também da alta administração.

Em relação à natureza do Comitê, verifica-se que, em 50% dos órgãos, o Comitê têm

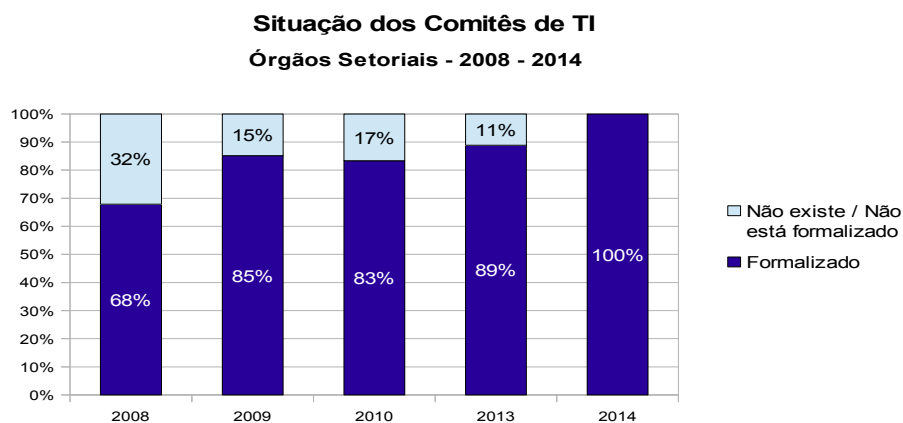
⁸ No "Levantamento de Governança de TI de 2012", realizado pelo Tribunal de Contas da União – TCU com a participação de 255 instituições (tanto do SISP como não-SISP), verificou-se que em 15% dos órgãos as decisões de gastos de TI eram tomadas exclusivamente pelo Comitê de TI e em 26% dos órgãos as decisões de gastos de TI eram tomadas pela Alta Administração com o apoio do Comitê de TI como instância consultiva. Em 46% dos casos, a Alta Administração tomava as decisões de gastos com o apoio da área de TI como instância consultiva e em 10% dos casos a área de TI decidia sobre os gastos de TI.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

natureza deliberativa, enquanto que em 44% dos órgãos o Comitê têm natureza consultiva.



Considerando apenas os órgãos setoriais, todos informaram possuir um Comitê de TI formalizado em 2014. Conforme pode ser visto no próximo gráfico, houve evolução desse indicador nos últimos anos.



Pode-se concluir que a formalização de Comitê de TI nos órgãos do SISP é uma realidade.

A falta de efetividade na tomada de decisões a cargo do Comitê de TI acaba por impedir a implementação de diretrizes fundamentais na organização e estrutura da TI. Outra faceta da ausência de atuação formal e efetiva do Comitê de TI surge do fato de que suas atividades não são monitoradas pela alta administração, cuja responsabilidade por estabelecer e fazer cumprir as políticas de gestão e uso corporativo de TI deveria ser apoiada pelo Comitê de TI. Essa ausência de monitoramento das atividades pelo Comitê de TI evidencia a falta de governança da área de TI, o que terá reflexos em todas as ações, especialmente nas contratações de bens e serviços de TI efetuadas pelos órgãos e entidades.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Em função desses indicadores, as próximas ações deveriam ser no sentido de:

- a) criar mecanismos que garantam a efetividade dos Comitês de TI, entre eles, acrescentar ao Guia de Comitê de TI do SISP os procedimentos para monitoração e avaliação das atividades do Comitê⁹, e
- b) estimular os órgãos a tornarem seus Comitês de TI deliberativos, uma vez que um conselho deliberativo tem força ativa nas decisões importantes, sendo também o corpo que formata a boa governança corporativa da instituição, fundamental para o crescimento sólido, ético e sustentado.

PDTI

O contexto atual de intensas mudanças faz com que as organizações tenham que se adaptar rapidamente às alterações do ambiente em que atuam. Dentro desse cenário, o planejamento tem se tornado cada vez mais importante e deve ser construído de maneira flexível, com o engajamento e comprometimento de todas as áreas da organização.

O alinhamento de todos os planos, recursos e unidades organizacionais é um fator fundamental para que a estratégia delineada no planejamento possa ser implementada. Assim, o planejamento das ações de TI tem que estar alinhado com os planos estratégico e de negócio da organização para o estabelecimento das prioridades e das ações a serem realizadas na área de TI, tornando-se uma importante ferramenta para a tomada de decisão e fazendo com que os gestores estejam aptos a agir com iniciativa, de forma pró-ativa, contra as ameaças e a favor das oportunidades identificadas nas constantes mudanças que ocorrem.

O planejamento do processo de informatização sempre foi uma das principais preocupações dos órgãos de controle.

“O acurado planejamento do processo de informatização é (...) requisito indispensável para que a administração pública possa contratar bens e serviços de forma satisfatória. Os resultados desse planejamento deverão ser automaticamente incorporados noutra peça imprescindível na contratação de serviços de informática: o projeto básico, exigência disposta no caput do artigo 7º da Lei nº 8.666/1993, combinado com o § 9º do mesmo dispositivo legal.” (Acórdão 1.521/2003 – TCU - Plenário)

“9.3.11. ao proceder a licitação de bens e serviços de informática elabore previamente

⁹ O monitoramento do funcionamento do Comitê de TI é um desafio para a maioria das instituições. No “Levantamento de Governança de TI de 2012”, realizado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, verificou-se que 42% acompanhavam e avaliavam as atividades do Comitê.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

minucioso planejamento, realizado em harmonia com o planejamento estratégico da unidade e com o seu plano diretor de informática, (...);” (Acórdão 1.558/2003 – TCU – Plenário)

“9.1.1. todas as aquisições devem ser realizadas em harmonia com o planejamento estratégico da instituição e com seu plano diretor de informática, quando houver, devendo o projeto básico guardar compatibilidade com essas duas peças, (...);” (Acórdão 2.094/2004 – TCU – Plenário)

“O alinhamento de todos os planos, recursos e unidades organizacionais é um fator fundamental para que a estratégia delineada no planejamento possa ser implementada. Assim, o planejamento estratégico de TI tem que estar alinhado com os planos de negócio da organização para o estabelecimento das prioridades e das ações a serem realizadas na área de TI” (Acórdão 1.603/2008-Plenário TCU)

Desde a publicação da Instrução Normativa nº 04, de 19 de maio de 2008, determinou-se que o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI é o instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação destinado a atender às necessidades de informação de um órgão ou entidade para um determinado período.

A fim de auxiliar os órgãos do SISP a implementar esse instrumento, a SLTI publicou o Guia de Elaboração do PDTI do SISP¹⁰, prestou diversas consultorias aos órgãos integrantes do Sistema para o estabelecimento de seus PDTIs e, desde a publicação da EGTI/2009, orienta os órgãos sobre a existência e uso efetivo do PDTI.

“3.2 São metas de referência para 2009:

...

3.2.1.1 Existência e uso efetivo de PDTI;”

Na EGTI 2010, que resultou da revisão da EGTI 2009, incorporando ajustes necessários implementados pela SLTI/MP, definiu-se que 68% dos Órgãos Setoriais do SISP já deveriam possuir Planejamento de TI. Além disso, nas metas de aperfeiçoamento da gestão de TI, há como ação proposta aprimorar o processo de planejamento de TI, com a elaboração do PDTI com um conteúdo mínimo constante no modelo de curso da ENAP, planejamento orçamentário das ações e investimentos de TI incorporados ao PDTI e revisão das metas anualmente.

Na EGTI 2011-2012, aprovada pela resolução nº 07 de 14 de dezembro de 2010, determina-se que os órgãos que integram o sistema devem ter um PDTI definido e em execução (EGTI 2010-2011, Meta 5, Iniciativa Estratégica 15, página 18).

Na EGTI 2013-2015, o assunto PDTI volta a ser considerado, definindo-se as seguintes metas a serem atingidas:

¹⁰ O guia pode ser encontrado em <http://www.sisp.gov.br/guiapdti/wiki/Documento>

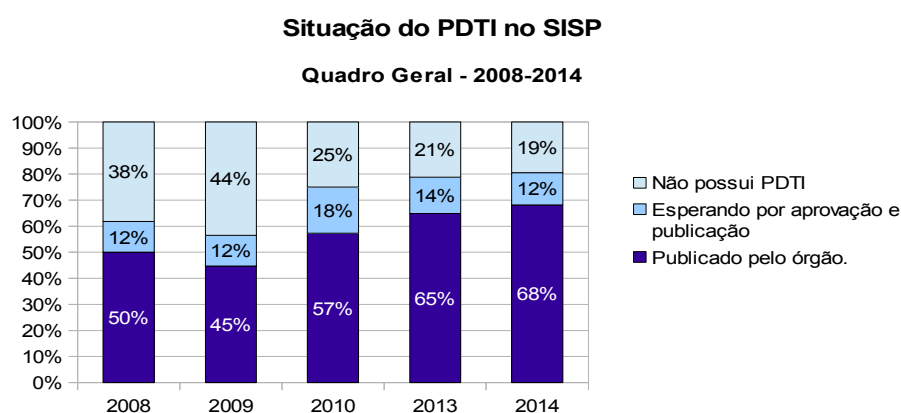
ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

a) Número de órgãos do SISP com PDTI publicado e vigente: 100 órgãos em 2013, 120 em 2014 e 140 em 2015; e

b) Número de órgãos Setoriais com PDTI aderente ao modelo de referência do SISP: 10 órgãos em 2013, 15 órgãos em 2014 e 25 órgãos em 2015.

No entanto, na EGTIC 2014-2015, a meta para 2014 voltou, basicamente, a ser aquela definida para 2013 na EGTI 2013-2015, ou seja, “I4.2 Ter, ao menos, 100 órgãos com PDTI publicado, vigente e em execução”

O quadro a seguir apresenta os resultados obtidos a partir de 2008 até 2014.



Verifica-se que a situação geral melhorou em relação ao ano de 2008 (aumento de 18 pontos percentuais). Em relação a 2013, a evolução no indicador foi de três pontos percentuais. Os dados indicam que 19% das instituições não possuem um plano diretor de TIC e 12% das instituições não formalizaram efetivamente o documento. A falta do PDTI tem, como efeitos, entre outros:

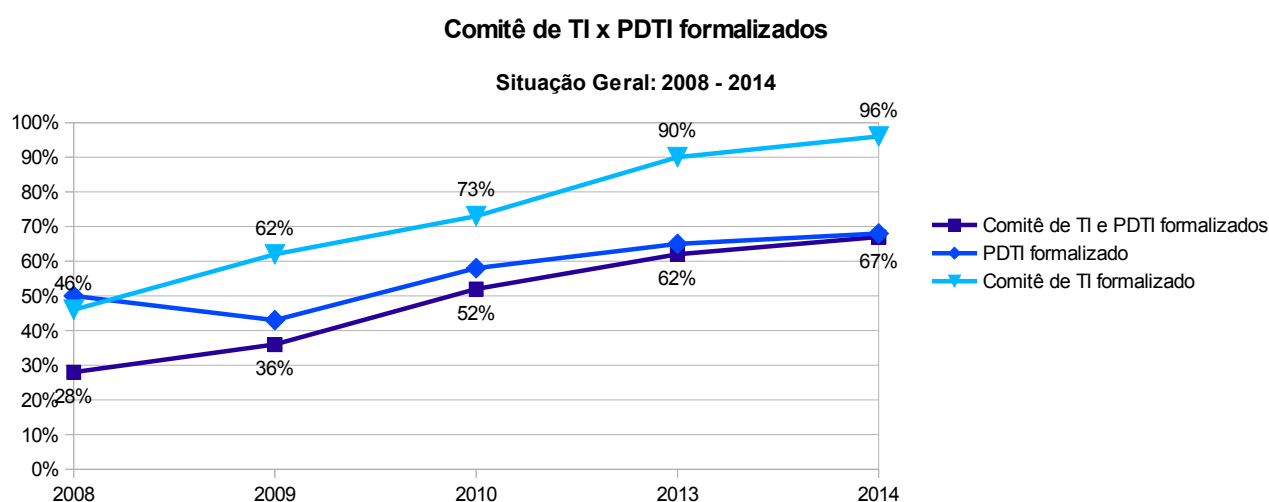
- a) suporte ineficaz da área de TI na consecução da missão da organização;
- b) ações de TI não alinhadas às necessidades do negócio;
- c) enfraquecimento e/ou descontinuidade das ações de TI;
- d) insatisfação dos usuários;
- e) visão negativa da área de TI;
- f) dificuldade de obtenção de recursos para a área de TI;
- g) investimentos desnecessários em TI;
- h) desperdício de recursos.

De qualquer forma, a meta prevista na EGTIC 2014-2015, no que se refere à publicação e vigência do PDTI já foi atingida, pois 137 órgãos já possuem PDTI publicado e vigente e em 25

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

órgãos o PDTI espera apenas a aprovação e publicação. No entanto, não foram definidos mecanismos que permitam verificar se está ocorrendo a devida execução do PDTI desses órgãos.

Existe uma diferença de 29 pontos percentuais entre os órgãos que afirmaram possuir Comitê de TI formalizado e aqueles que afirmaram possuir tanto o Comitê de TI como o PDTI formalizados (96% dos órgãos com Comitê de TI formalizado e 67% dos órgãos com Comitê de TI e PDTI formalizados – sendo que 1% dos órgãos possuem PDTI formalizado e não possuem Comitê de TI). Em 2008, a diferença entre os órgãos que possuíam Comitê de TI formalizado e aqueles que possuíam tanto o Comitê quanto o PDTI formalizados era de 18 pontos percentuais.



Percebe-se, portanto, que os órgãos conseguem, de maneira geral, instituir seus Comitês de TI, mas realizar o planejamento controlado das atividades de TI¹¹ conforme preconizado pela Instrução Normativa Nº 4 de 11/09/2014 e por todas as versões da EGTIC do SISP, é um ponto de desenvolvimento.

O fato de que um terço dos órgãos pesquisados não possuem nem o Comitê de TI nem PDTI formalizado sinaliza a importância da avaliação por parte da SLTI/MP das causas que geram essa situação. A existência do comitê de TI, aliada aos planejamentos estratégicos institucionais e de TI, constitui instrumento valioso no direcionamento dos investimentos de TI e no combate ao desperdício de recursos.

No caso dos órgãos setoriais, a situação é mais favorável. Em 2008, 67% dos órgãos possuíam um PDTI – em 63% dos casos, o PDTI estava formalizado. No último levantamento

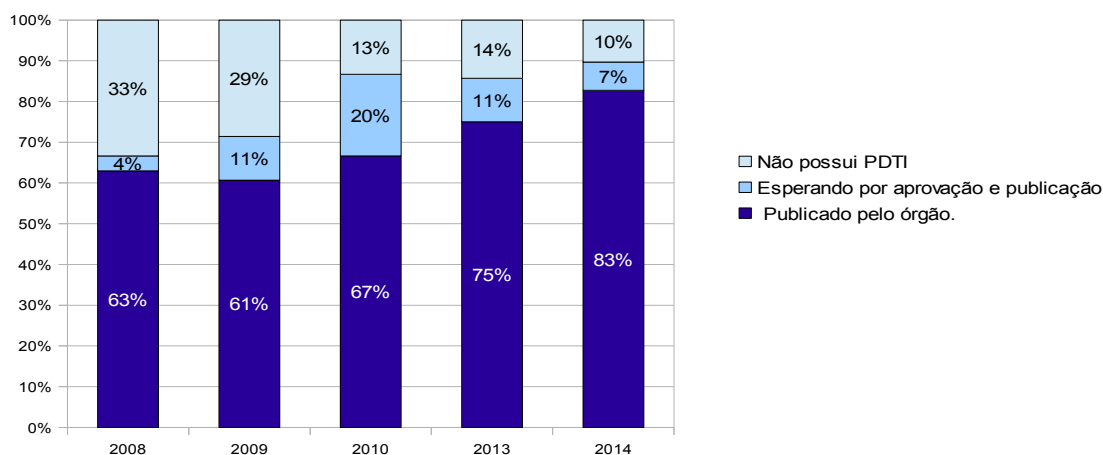
11 De acordo com o levantamento TIC Governo Eletrônico 2013, com dados coletados pelo NIC.Br em 1.341 órgãos públicos federais e estaduais que declararam ter área ou departamento de tecnologia da informação, 89% dos órgãos federais (Executivo, Legislativo e Judiciário) possuem Plano Estratégico de TIC ou PDTI, 9 pontos percentuais a mais do que o observado no quadro geral do SISP (considerados tanto os PDTIs formalizados como os que estão esperando aprovação).

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

verificou-se que 90% dos órgãos setoriais possuíam PDTI, o qual estava formalizado em 83% dos casos.

Situação do PDTI no SISP

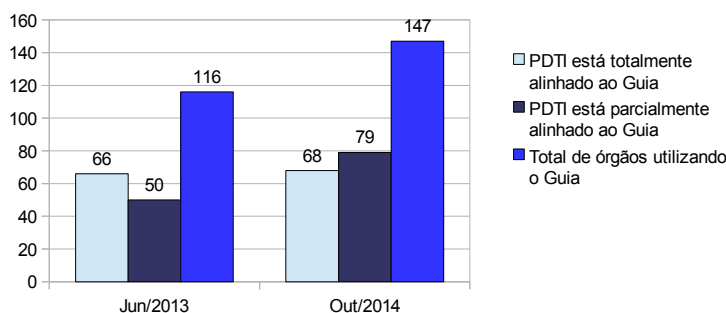
Órgãos Setoriais - 2008-2014



Em relação à aderência ao Guia de Elaboração de PDTI do SISP, é possível constatar que os órgãos têm adotado o material como referência para a elaboração de seus Planos Diretores de TI. Em 2013, 116 órgãos (de um total de 148 órgãos respondentes) afirmaram que seus PDTIs estavam alinhados ao Guia do SISP, sendo que 66 órgãos afirmaram que seus PDTIs estavam totalmente alinhados e 50 afirmaram que seus PDTIs estavam parcialmente alinhados. Em 2014, 147 órgãos (de um total de 201 órgãos) informaram que seus PDTIs estavam alinhados ao Guia do SISP, sendo que 68 estavam totalmente e 79 parcialmente alinhados.

Aderência do Guia de Elaboração do PDTI do SISP

Jun/2013 - Out/2014



Esse resultado serve para coroar o esforço da equipe de elaboração do Guia do PDTI do SISP e mostra que esse documento deve continuar a ser revisado e melhorado, como já ocorreu em

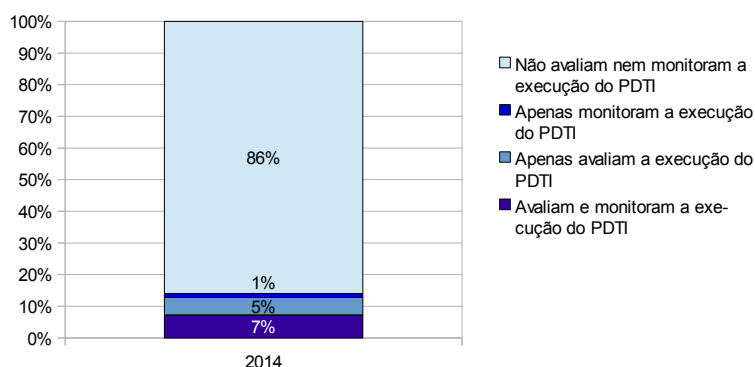
ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

2014, pois já se tornou uma das principais referências nas atividades de gestão e governança de TI dos órgãos, sendo citado inclusive em Acórdãos do TCU como uma fonte de boas práticas¹².

Atualmente, considera-se o risco de que o PDTI não seja cumprido alto, pois 86% dos órgãos não possuem um processo para acompanhar a execução de seus PDTIs (nem avaliam¹³ nem monitoram¹⁴ a execução de seus PDTIs), conforme pode ser visto no próximo quadro.

PDTI - Acompanhamento da Execução (%)

Quadro geral - 2014



Em função dos pontos levantados, recomenda-se que:

- continuem as atividades de apoio na elaboração de PDTI – preferencialmente através de *workshops* e utilizando parcerias com órgãos que já tenham uma boa maturidade na elaboração desse instrumento; e
- avalie-se as causas que levam os 20% dos órgãos a não apresentarem PDTI e Comitê de TI, definindo as melhores formas de auxiliar os órgãos a superar seus desafios.

Processo de Gestão Orçamentária de TI

Podemos entender o orçamento público como a lei que, entre outros aspectos, exprime em termos financeiros a alocação de recursos, sendo um instrumento de planejamento que espelha as decisões políticas, estabelecendo as ações prioritárias para atendimento das demandas da sociedade, em face à escassez de recursos.

¹² “Por fim, o Guia de Elaboração de PDTI do SISP provê informações que ajudam as organizações a planejarem melhor as ações relacionadas a TI. Cabe ressaltar que, apesar do referido guia ser destinado às instituições que fazem parte do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), considerou-se que as informações ali contidas são boas práticas que poderiam ser aplicadas para as demais instituições fiscalizadas neste trabalho.” - Acórdão 1056/2014-TCU-Plenário.

¹³ Avaliação: atividade em que se busca aferir as operações ou resultados de um programa ou política, comparando-as a um conjunto de padrões previamente definidos, com vistas a contribuir para o seu aperfeiçoamento.

¹⁴ Monitoração: processo contínuo de coleta de informações que utiliza de indicadores, previamente definidos, com a finalidade de fornecer informações sobre o progresso e o alcance dos objetivos.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

A gestão orçamentária, por sua vez, supera a visão estática que culmina com a aprovação da LOA e se caracteriza como sendo o processo contínuo, dinâmico e flexível que traduz, em termos financeiros e em metas, para determinado período, os planos, objetivos e programas de trabalho da administração, ajustando o ritmo da execução ao fluxo de recursos de modo a assegurar a oportuna liberação para atendimento das ações programadas.

Aprimorar a gestão orçamentária de TI sempre foi considerado importante pelos órgãos do SISP. Por esse motivo, esse assunto foi objetivo da EGTI 2011-2012, da EGTI 2013-2015, bem como da EGTIC 2014-2015.

A EGTI 2011-2012 definiu que 40% de todos os órgãos do SISP e 60% dos órgãos setoriais deveriam possuir um processo de gestão orçamentária de TI formalizado em 2012. Na EGTIC 2013-2015 foi definido que, em 2013, 50 órgãos do SISP deveriam possuir este processo de gestão formalizado, devendo esse número subir para 65 órgãos em 2014 e chegar a 80 órgãos em 2015. Na EGTIC 2014-2015 modificaram-se as metas; em vez de órgãos com um processo de gestão formalizado do orçamento de TI, definiu-se como meta alcançar 30 órgãos com dotação específica de TIC.

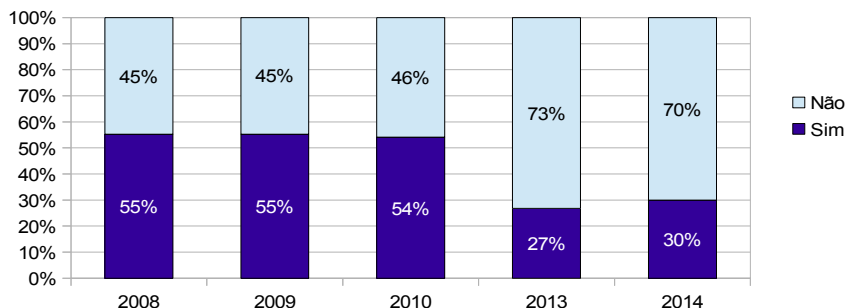
Quando da revisão do autodiagnóstico em 2013, verificou-se que a pergunta relativa a esse assunto poderia induzir o responsável pelo preenchimento do questionário. Dessa forma, a pergunta original foi modificada em 2013, o que fez com que os resultados fossem alterados, conforme pode ser visto no quadro a seguir,¹⁵ onde verifica-se uma queda nos percentuais de órgãos que afirmam possuir um processo formalizado de gestão orçamentária de TI entre 2010 e 2013 em função da mudança de entendimento do questionamento em si. Assim, 70% dos órgãos declararam não possuir o processo formalizado de gestão centralizada do orçamento de TI.

15 Até 2010, a pergunta que constava do autodiagnóstico era “Existe gestão centralizada e coordenada do orçamento de TI do Órgão?”. Desde 2013, a pergunta apresentada no autodiagnóstico é “O órgão possui um processo formalizado de Gestão Orçamentária e Coordenada do Orçamento de TI?”. Na pergunta feita até 2010, muitos órgãos entenderam que o que estava sendo perguntado era se após o orçamento ser aprovado havia alguma instância – formalizada ou não – que faria a gestão do orçamento destinado às atividades de TI do órgão. Na pergunta atual, ficou claro que o que se deseja saber é se o órgão possui um processo formalizado para a gestão do orçamento específico de TI, desde a sua elaboração até a sua execução. Por causa dessa diferença de entendimento, verificou-se resultados diferentes.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Processo Centralizado de Gestão Orçamentária de TI

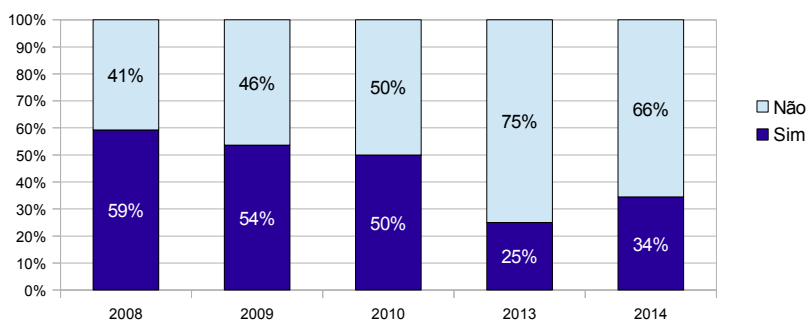
Quadro Geral - 2008-2014



Considerados apenas os órgãos setoriais, verifica-se que a situação é praticamente a mesma do quadro geral, tendo ocorrido uma evolução (de 25% para 34%), conforme pode ser visto no quadro a seguir:

Processo de Gestão Centralizada do Orçamento de TI

Setoriais - 2008-2014



Os resultados do quadro geral e dos órgãos setoriais mostram que, até o presente momento, não foi possível atingir as metas previstas para 2012. O atingimento da meta prevista na EGTIC 2013-2015 ficou mais próximo – 60 órgãos informaram possuir um processo de gestão centralizada do orçamento de TI (é importante ressaltar que mesmo que a meta seja atingida ela representa, aproximadamente, 40% dos órgãos do SISP).

A falta de um processo orçamentário centralizado específico para TI pode levar a uma situação onde o órgão se torne incapaz de realizar a devida alocação orçamentária às ações constantes dos planejamentos estratégico ou tático de TI e, ainda, não classificar - ou classificar erroneamente - o crédito orçamentário nos elementos e subelementos associados a despesas de TI.

Não realizar a devida alocação orçamentária tem como efeito a exposição ao risco de inexecução dos serviços por falta de previsão orçamentária. Isso acaba limitando os resultados

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

obtidos com a elaboração do PDTI, que deveria ser um instrumento de planejamento.

Já em relação à classificação correta do crédito orçamentário nos elementos e subelementos associados a despesas de TI, a adequabilidade dessa associação é elemento fundamental para que o orçamento cumpra a sua função de auxiliar a gestão e oferecer subsídios para atuação do controle externo sobre os gastos. Classificações inadequadas, que se apresentam de forma genérica, sem detalhar o tipo de gasto, além de prejudicar sobremaneira o controle sobre a gestão de gastos de TI, geralmente indicam a existência de contrato “guarda-chuva”, prática desalinhada à Legislação¹⁶ e às recomendações dos órgãos de controle¹⁷.

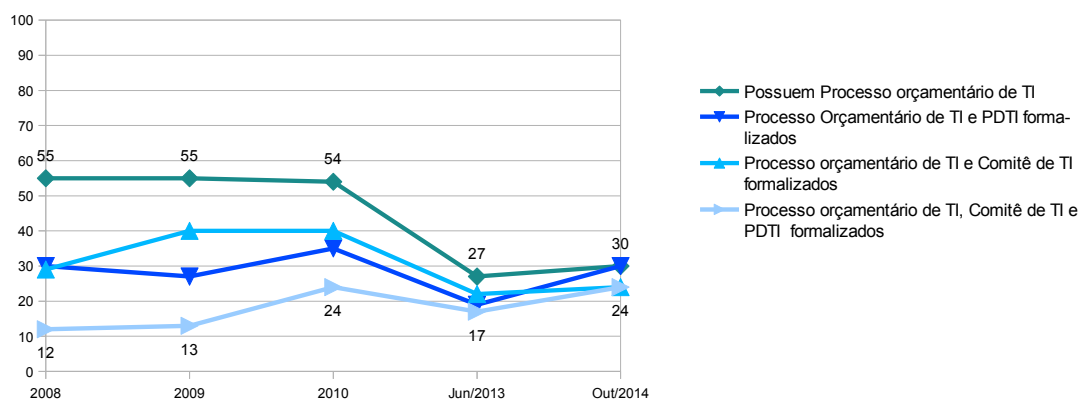
Por fim, a falta de um processo centralizado da gestão orçamentária de TI leva a uma situação onde o controle da execução do orçamento de TI é realizado sem formalização e padronização, podendo existir, inclusive, outros setores do órgão que executem despesas de TI sem que haja o conhecimento da área específica de TI, o que impede a pronta obtenção de informações acerca dos gastos e da disponibilidade de recursos do setor de TI.

A análise da gestão orçamentária de TI deve ser realizada com atenção, pois outros fatores a impactam, em especial a relação entre a existência de um comitê de TI, o PDTI e a gestão centralizada do orçamento de TI, pois o Comitê de TI seria o principal fórum para discussão e gestão do Orçamento de TI e o PDTI deveria ser o principal documento utilizado para a elaboração de uma estratégia de alocação de recursos orçamentários para a área de TI.

Conforme pode ser visto no quadro a seguir, em 2008, 12% dos órgãos possuindo Comitê de TI, PDTI e processo de gestão orçamentária de TI formalizados.

Gestão Orçamentária de TI x Comitê de TI x PDTI (%)

2008 - 2014



16 O contrato “guarda-chuva” contraria o disposto no art. 23, § 1º, no art. 54, § 1º, e no art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/1993.

17 Os contratos “guarda-chuva” têm sido objeto de avaliação por parte do Tribunal de Contas da União - TCU, conforme se depreende do Acórdão 1663/2005-Plenário, do Acórdão 1263/2007-Plenário, Acórdão nº 717/2005-TCU-Plenário, Acórdão nº 2.888/2011-2ª Câmara e de outros mais.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Em 2014, 24% dos órgãos do SISP possuem Comitê de TI, PDTI e processo de gestão orçamentária de TI formalizados. Apesar disso, é importante ressaltar que esse percentual de órgãos que declaram possuir Comitê de TI formalizado, PDTI formalizado e um processo formalizado de Gestão Orçamentária de TI **aumentou 100% em relação a 2008.**

Verifica-se, portanto, que está havendo uma migração de instituições no sentido de que possuam uma estrutura de governança cada vez mais sólida, com Comitê de TI, PDTI e processo de Gestão Orçamentária de TI formalizados.

Em função desses resultados, recomendam-se ações no sentido de:

- a) orientar os órgãos do SISP que, em atenção às disposições contidas na Lei nº 13.080 de 02 de janeiro de 2015 (LDO 2015), aperfeiçoem o processo de elaboração do orçamento de TI, de maneira que se faça constar, na Lei Orçamentária Anual, a correspondente previsão e classificação das despesas de tecnologia da informação, observando as práticas contidas no Cobit 5, processo PO5 – Gerenciar o Investimento em TI e na Gespública, critério de avaliação 2.2; e
- b) viabilizar a realização de palestras com a Secretaria de Orçamento Federal - SOF para fomentar as boas práticas referentes ao assunto.

Processos de Contratação e Gestão de Contratos de Bens e Serviços de TI

O processo de Contratação de Bens e Serviços de TI sempre foi uma preocupação para os órgãos de controle.

“Na contratação de bens e serviços de TI é essencial a adoção de processo de trabalho formalizado, padronizado e judicioso quanto ao custo, à oportunidade e aos benefícios advindos para a organização.” (Acórdão 1.603/2008-TCU-Plenário)

É por esse motivo que o TCU recomendou aos órgãos que:

“...envidem esforços visando à implementação de processo de trabalho formalizado de contratação de bens e serviços de TI, bem como de gestão de contratos de TI, buscando a uniformização de procedimentos nos moldes recomendados no item 9.4 do Acórdão 786/2006-TCU-Plenário;” Acórdão 1.603/2008-TCU-Plenário)

Em função dessa necessidade, a SLTI/MP editou as Instruções Normativas 02/2008 e 04/2008, as quais contemplavam a maior parte das recomendações do TCU quanto à implementação de um modelo de contratação de serviços de TI (Acórdãos 786/2006-TCU-Plenário, item 9.4, 1480/2007-TCU-Plenário, item 9.1.2.6 e 1999/2007-TCU-Plenário, item 9.4.1.1).

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

A IN/SLTI nº 04/2014, de 11 de setembro de 2014, que “dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) do Poder Executivo Federal” atualizou a IN SLTI nº 4, de 12 de novembro de 2010, e já se encontra alterada pela IN SLTI nº 2, de 02 de janeiro de 2015.

Na EGTI de 2008, o processo de aquisições em TI ocupava uma posição de destaque.

“3.1 Tomando por base o trabalho que fundamentou o Acórdão 1603 TCU Plenário, e considerando a necessidade de simplificar a visão inicial do contexto, serão monitorados os seguintes grupos de práticas:

...

3.1.3 Melhoria do Processo de Contratação de TI;

...

3.2. São metas de referência para 2009:

...

3.2.3. Melhoria do Processo de Contratação de TI;

3.2.3.1 Aderência do processo de contratação à IN SLTI 04/2008;

3.2.3.2 Aderência do processo de gestão dos contratos de TI à IN SLTI 04/2008.

3.2.4. Adoção de Padrões

3.2.1.4. Adoção de padrões para a contratação de bens e serviços de TI publicados pelo órgão central; ...”

Na EGTI 2010, a melhoria do processo de contratação continuou sendo objeto de esforços. Entre as metas definidas estavam:

- a) a melhoria do Processo de Contratação de TI;
- b) mapeamento do processo de planejamento e gestão de contratos, alinhando à IN 04/2008;
- c) a formalização do processo de contratação de bens e serviços de TI como uma norma interna dos órgãos do SISP;
- d) e a disseminação das melhores práticas de planejamento de gestão de contratos¹⁸.

Na EGTI 2011-2012, foi definida como meta para o Objetivo 4: Aperfeiçoar a gestão de processos de TI nos órgãos do SISP “Adotar processo de Contratações de Soluções de TI conforme a IN04/2010 e o Manual de Contratações de Soluções de TI”, onde esperava-se que 70% dos órgãos setoriais e seccionais tivessem atingido esta meta até o final de 2011 e que 100% dos órgãos possuíssem o processo em 2012.

Na EGTIC 2014-2015 foi definido um indicador para compras compartilhadas e também

¹⁸ DOU 19/02/2010 – Seção 1 – página 40, EGTI 2010 - Tabela 8.

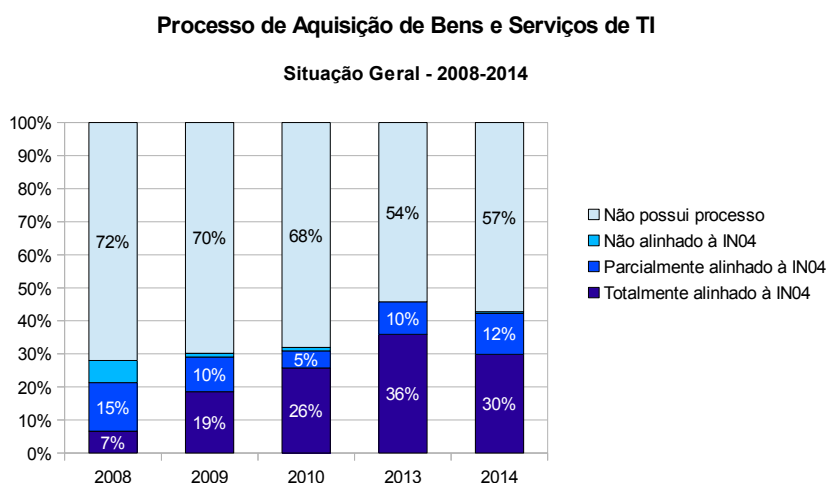
ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

uma meta para um sistema automatizado de contratações de soluções de TIC do SISP.

Além da IN04, a SLTI também desenvolve outras ações para promover um modelo de licitação e contratação de serviços de TI para a Administração Pública Federal, entre elas:

- o esclarecimento de dúvidas a respeito da utilização da IN04 através da C3S;
- a publicação do Guia Prático para Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação¹⁹ que foi atualizado recentemente e publicado em 11 de setembro de 2014); e
- elaboração de workshops e palestras sobre o assunto.

O quadro a seguir apresenta os resultados obtidos em 2014 comparados aos resultados apurados nos anos de 2008 até 2013, no que se refere ao alinhamento do processo de aquisição de bens e serviços de TI com a Instrução Normativa MP/SLTI nº 4²⁰.



Mesmo com a evolução constante desde 2008, verifica-se que mais de 50% dos órgãos não possuem um processo formalizado de contratação de bens e serviços de TI, sendo que o processo está totalmente alinhado à IN04 em 71% dos órgãos que possuem o processo (30% dos órgãos dos respondentes) e parcialmente alinhado nos demais.

Dos 42% dos órgãos que informaram possuir um processo de contratação formalizado, 74% (31% do total de órgãos) aprovaram e publicaram o processo²¹, conforme pode ser visto no gráfico abaixo.

19 O Guia pode ser encontrado em <http://www.governoeletronico.gov.br/sisp-conteudo/nucleo-de-contratacoes-de-ti/modelo-de-contratacoes-normativos-e-documentos-de-referencia/guia-de-boas-praticas-em-contratacao-de-solucoes-de-ti/>

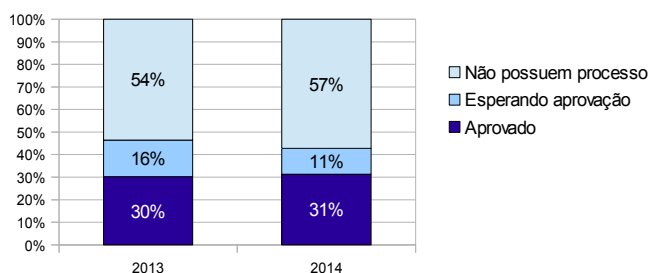
20 A Instrução Normativa MP/SLTI mais atualizada foi publicada em 11 de setembro de 2014 e entrou em vigor em janeiro de 2015. Em função disso, os órgãos utilizaram a IN04 de 12 de novembro de 2010 como referência para responder os questionamentos sobre seus processos de aquisição de bens e serviços de TI.

21 O percentual obtido pelo órgãos integrantes do SISP é mais alto que a situação geral de toda a Administração Pública Federal, de acordo com o Levantamento de Governança de TI 2012 do TCU. De acordo com esse documento, apenas 18% das instituições possuíam um processo de planejamento formalizado das contratações de TI em 2012; já nos órgãos do SISP o índice era de 26% em 2010 e chegou a 36% em 2013.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Processo de Aquisição de Bens e Serviços de TI - Formalização

Quadro Geral - 2013-2014



Deve-se observar que isso não significa deixar de cumprir a legislação específica. Entretanto, a falta de um processo de trabalho definido, padronizado, documentado e aprovado para realizar as contratações de TI pode expor a organização a riscos desnecessários e que poderiam ser evitados com a adoção de um processo de trabalho formalizado.

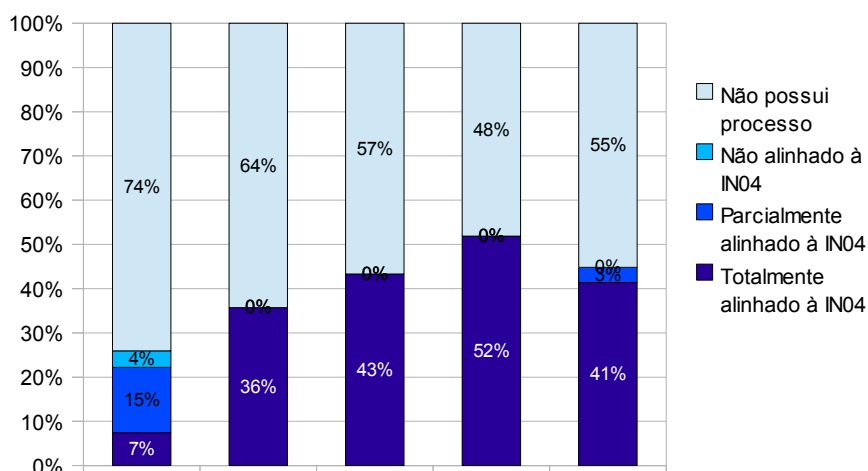
Devido à complexidade da legislação de licitações vigente, o primeiro risco é de que, eventualmente, não sejam observados todos os dispositivos legais e normativos. Fragilidades observadas no processo de aquisição impactam no processo de gestão dos contratos durante sua vigência e, em alguns casos, mesmo após seu encerramento, devido a pendências judiciais.

Outro risco decorrente da não existência de processo formal é a realização de aquisições desnecessárias, com baixa qualidade ou que não estejam alinhadas às necessidades do negócio a médio e longo prazos. Dessas situações decorrem, normalmente, desperdício de recursos. Em alguns casos, inclusive, a ocorrência de fraudes e desvios fica facilitada exatamente pela falta ou dificuldade de controle sobre processos não padronizados.

Os órgãos setoriais, apesar do percentual praticamente igual ao do quadro geral (43% dos órgãos no quadro geral e 45% dos órgãos setoriais) no que se refere a processo institucionalizado de aquisição de bens e serviços de TI, apresentaram resultados superiores em relação à situação geral dos órgãos do SISP no que se refere a processos totalmente alinhados à IN04 (diferença 10 pontos percentuais), conforme pode ser visto no quadro a seguir. Observa-se a redução de 11 pontos percentuais de 2014 em relação a 2013. Isso ocorreu pois 3 órgãos setoriais que informaram possuir um processo institucionalizado de aquisição de bens e serviços em 2013 alteraram a informação em 2014, declarando não possuir mais tal processo.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

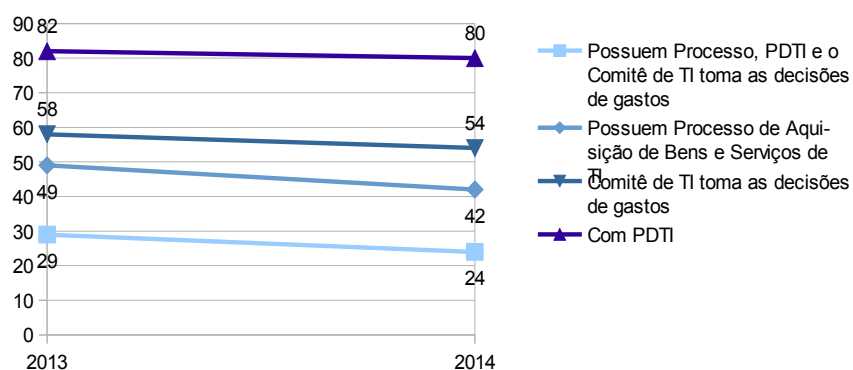
Processo de Aquisição de Bens e Serviços de TI (%) Setoriais - 2008-2014



Conforme pode ser visto no quadro a seguir, praticamente não houve evolução dos indicadores referentes ao percentual dos órgãos que possuem Comitê de TI, PDTI, Processo de aquisição de bens e serviços de TI e o Comitê de TI toma as decisões de gastos de TI. Verifica-se uma diferença de 56 pontos percentuais entre os órgãos que possuem PDTI formalizado e aqueles nos quais o PDTI está formalizado, o Comitê de TI é responsável pela tomada de decisão de gastos de TI e existe um processo de aquisição de bens e serviços de TI (80% dos órgãos declararam possuir PDTI formalizado, sendo que o levantamento verificou que 24% dos órgãos declararam possuir PDTI e que seus Comitês de TI também eram responsáveis pela tomada de decisões de gastos de TI e que também possuíam um processo de aquisição de bens e serviços de TI).

Processo de Aquisição de Bens e Serviços de TI x PDTI x Comitê de TI (%)

Quadro Geral - 2013-2014

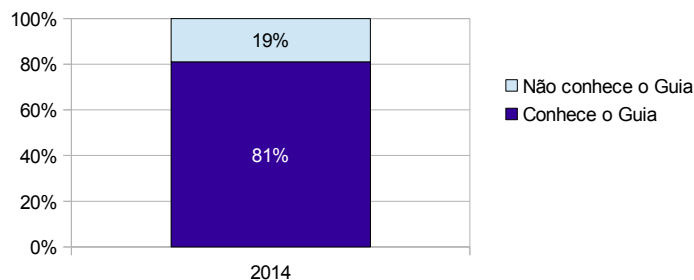


ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

O quadro a seguir apresenta o percentual de órgãos do SISP que não conhecem o Guia Prático para Contratações de Soluções de TI do SISP.

Guia Prático para Contratações de Soluções de TI do SISP

Quadro Geral - 2014

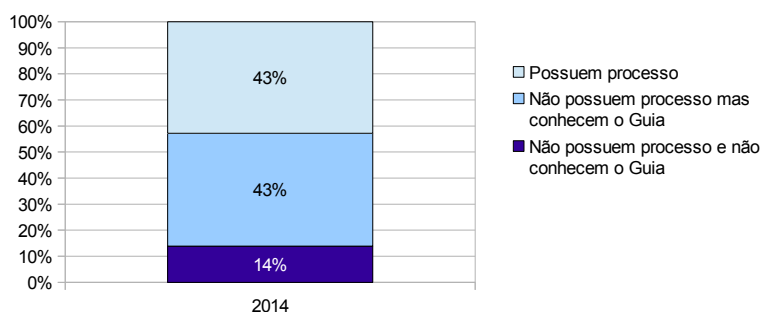


Conforme pode ser visto, mais de 80% dos órgãos do SISP já conhecem o Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de TI do SISP, sendo que 38 órgãos (2 setoriais) informaram não conhecer o Guia.

Em relação aos órgãos que não possuem um processo formal de aquisição de bens e serviços de TI, 28 (equivalente a 14% do total de órgãos do SISP e a 25% dos órgãos sem processo de contratação de bens e serviços de TI) informaram não conhecer este Guia de Contratações.

Órgãos sem processo x Guia de Contratações do SISP

Quadro Geral - 2014



Esses resultados demonstram que o Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de TI do SISP já se tornou um dos documentos de referência no processo de contratações de serviços e bens de TI entre os órgãos do SISP.

Atualmente, uma das tarefas mais cruciais para um gerente de projeto é a elaboração de estimativas de esforço de desenvolvimento, prazo e custo de um projeto de sistemas²². Para suportar a realização de tal atividade, torna-se necessária a adoção de um método de estimativa utilizando

22 FERNANDES. Aguinalde Aragon e KUGLER, Luiz Carlos - Gerência de Projetos de Sistemas

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

métricas²³ que forneçam informações gerenciais para definição de indicadores que suportarão uma série de atividades essenciais para a gerência eficaz de sistemas de informações.

A contratação pública de desenvolvimento de software tem que ser balizada por uma métrica objetiva. É um princípio legal disposto na Instrução Normativa 04/2014 SLTI/MP em seu Art.33 inciso II.

“Art. 33. O encaminhamento formal de demandas deverá ocorrer preferencialmente por meio do encaminhamento de Ordens de Serviço ou Fornecimento de Bens ou conforme definido no Modelo de Execução do contrato, disposto no art. 19, e deverá conter, no mínimo:

(...)

II - o volume de serviços a serem realizados ou a quantidade de bens a serem fornecidos segundo as métricas definidas em contrato;”.

Apesar de não existir dispositivo legal que relate a obrigatoriedade de usar Pontos de Função (PF) para medir software, diversos Acórdãos do TCU têm recomendado a adoção da métrica de Contagem Pontos de Função como uma boa prática na contratação e gestão de serviços de desenvolvimento e manutenção de soluções de software²⁴.

Por sua vez, a SLTI recomenda no art. 1º, parágrafo 3, da Portaria SLTI/MP nº 31, de 29 de novembro de 2010, a adoção da métrica Ponto de Função pelos órgãos do SISP na contratação de serviços de desenvolvimento de soluções de software. Esta mesma portaria, no seu art. 2º, parágrafo único, reforça esta recomendação também para projetos de melhoria ou manutenção adaptativa de softwares, através da utilização de procedimentos complementares ao manual de contagem do IFPUG. Estes procedimentos são estabelecidos no Roteiro de Métricas de Software do SISP²⁵, também recomendado nessa portaria.

Conforme pode ser visto no quadro a seguir, quase metade dos órgãos do SISP não utiliza um roteiro de métricas como parte dos seus processos de gestão. Isso indica que boa parte da contratação de desenvolvimento e manutenção de sistemas de TI é feita sem um embasamento em métricas que deem sustentação às decisões sobre tempo, esforço e custos que serão necessários.

23 A escolha da métrica para auxiliar e suportar as medições de software deve levar em conta alguns parâmetros, como: a) Prover resultados consistentes; b) Permitir sua obtenção por não especialistas em informática; c) Ser de fácil aprendizado; d) Ser compreensível ao usuário final; e) Servir para estimativas; f) Permitir automatização sempre que possível.

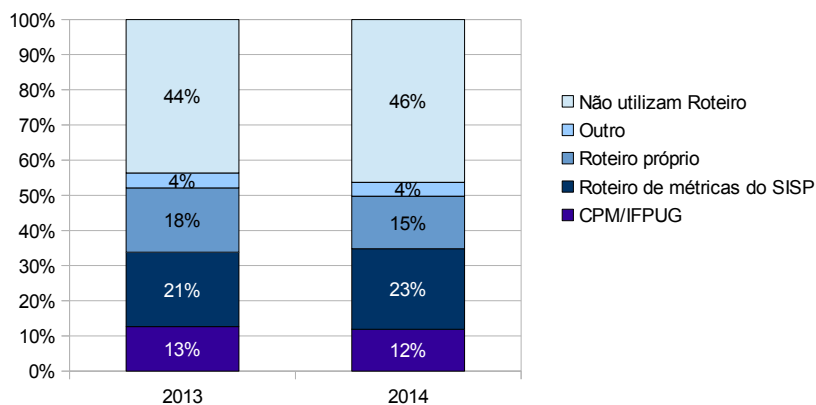
24 O TCU tem se posicionado pela inconveniência da utilização do modelo de estimativa de esforço de serviço baseado na medida homem/hora, em detrimento de outras métricas consideradas mais adequadas para serviços de desenvolvimento de sistemas, tais como o ponto de função, conforme exemplificam os Acórdãos 1.558/2003, 786/2006, 1.125/2009, 1.942/2009, 1.274/2010, todos do Plenário.

25 A versão 2.0 do Roteiro de Métricas do SISP pode ser encontrada em <http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/roteiro-de-metricas-de-software-do-sisp-versao-2.0>

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Roteiro de Métricas (%)

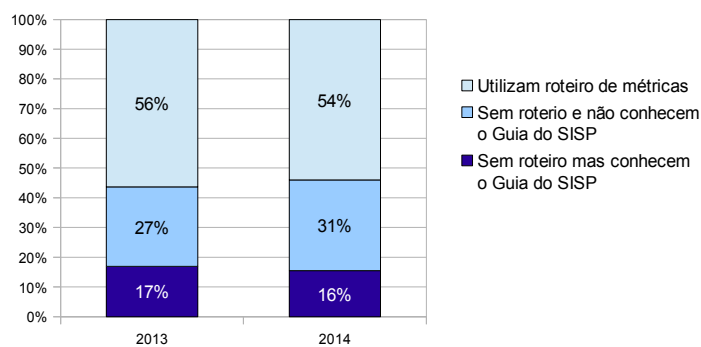
Quadro Geral - 2013-2014



Quando se perguntou aos órgãos que não utilizavam um roteiro de métricas se eles conheciam o Roteiro de Métricas do SISP, 2 em cada 3 informaram não conhecer o Roteiro do SISP, conforme pode ser visto no quadro a seguir, no qual se percebe, também, que a situação se manteve estável durante o período apurado.

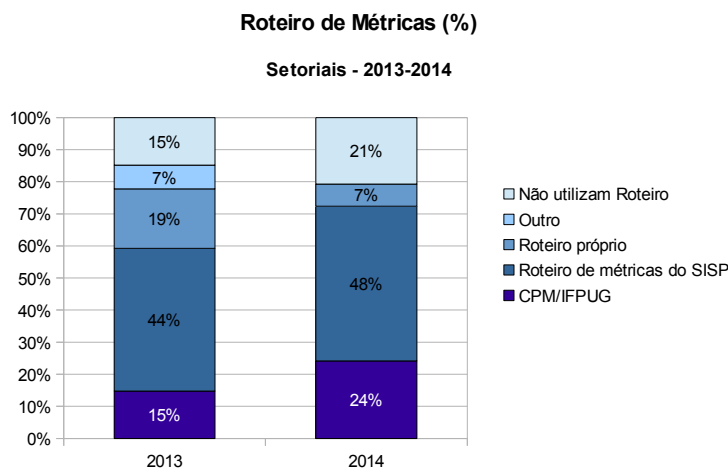
Órgãos sem Roteiro de Métricas x Roteiro de Métricas do SISP (%)

Quadro Geral - 2013-2014



Quando se avalia apenas os órgãos setoriais, cerca de 80% dos órgãos utilizam um roteiro de métricas, sendo que quase 50% utilizam o Roteiro de métricas do SISP, conforme pode ser visto no quadro a seguir.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014



O aumento de 6 pontos percentuais entre os órgãos que informaram não utilizar um roteiro de métricas se deve ao fato de que dois órgãos que informaram utilizar um roteiro em 2013 alteraram essa informação em 2014.

Da mesma forma que é importante que haja processo de trabalho formalizado para contratação de bens e serviços de TI, é essencial que os contratos advindos dessas aquisições sejam bem geridos. A boa gestão dos contratos de TI é essencial para se atingir os objetivos esperados. Esse processo de trabalho deve ser definido, padronizado, documentado, aprovado e divulgado para toda a organização.

Apesar da Lei n.º 8.666/1993 determinar algumas ações que devem ser obrigatoriamente realizadas, não há a indicação do que deva constar no processo de trabalho para gestão dos contratos. Já a IN04/SLTI/2014, em sua seção III, trata especificamente do gerenciamento da contratação, definindo suas fases e respectivas atividades.

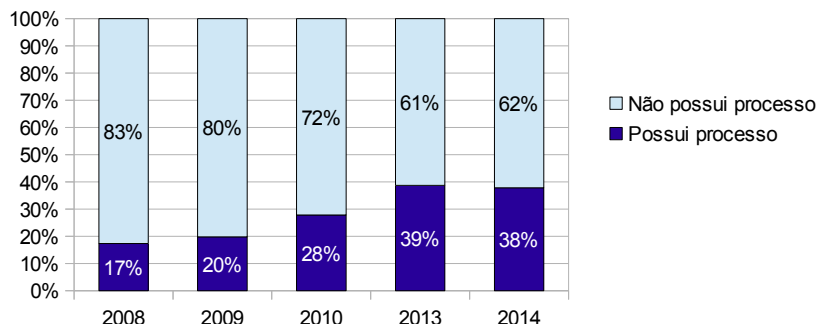
A ausência do processo de gestão da contratação pode dificultar o bom funcionamento da área de TI da organização, pois todas as atividades da organização que dependem de serviços de TI poderão sofrer com interrupções ou níveis de serviço abaixo do desejado e comprometer as metas e objetivos estratégicos da instituição. Além disso, alguma determinação legal poderá deixar de ser cumprida, o que tornará a organização vulnerável em termos jurídicos e na prestação de contas.

O quadro a seguir apresenta os resultados obtidos em 2014 comparados aos resultados apurados nos anos de 2008 até 2013, no que se refere ao processo de gestão de contratos de bens e serviços de TI.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Processo de Gestão de Contratos de TI

Quadro Geral - 2008-2014

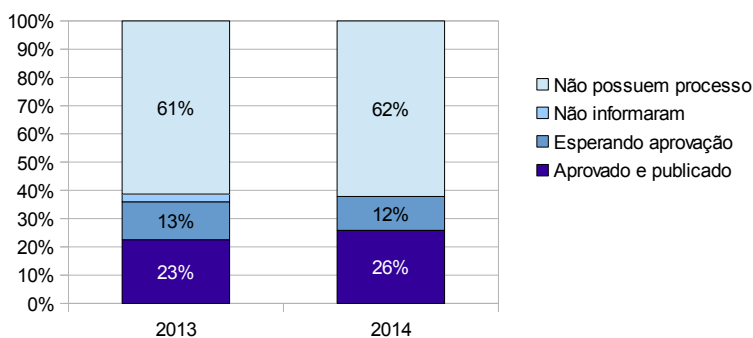


Assim como ocorreu com o processo de contratação de bens e serviços de TI, houve uma evolução constante desde 2008. No entanto, verifica-se que mais de 60% dos órgãos não possuem um processo institucionalizado de gestão dos contratos de bens e serviços de TI. Observa-se que o cenário praticamente não se alterou de 2013 para 2014, mantendo-se um percentual abaixo dos 40%.

Conforme pode ser visto no quadro a seguir, 26% das instituições declararam que o processo foi devidamente formalizado (aprovado e publicado em norma própria e de cumprimento obrigatório); nos 12% restantes o processo está aguardando aprovação.

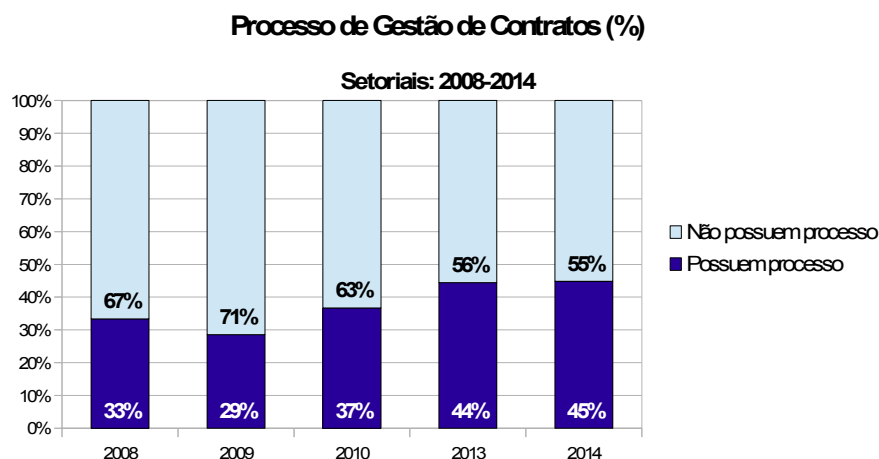
Processo de Gestão de Contratos - Formalização

Quadro Geral - 2013-2014

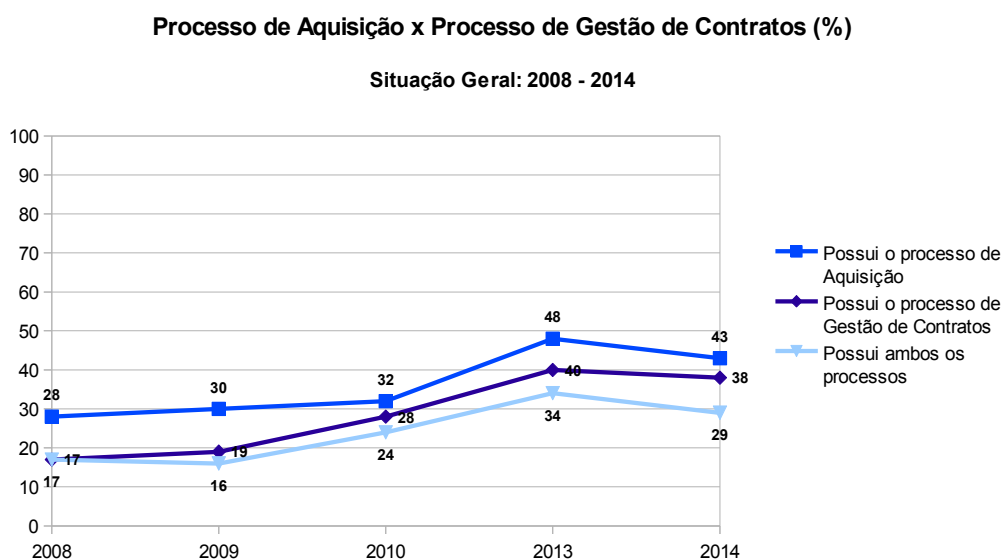


Mais de 50% dos setoriais não possuem um processo institucionalizado de gestão de contratos de TI, conforme o gráfico abaixo.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014



No próximo gráfico, que correlaciona a existência do processo de aquisição com o processo de gestão no período de 2013 a 2014, observa-se que 43% dos órgãos possuem um processo de contratação de bens e serviços de TI, 38% dos órgãos possuem um processo de gestão dos contratos de TI e 29% dos órgãos possuem ambos os processos.



Na última edição do Autodiagnóstico, aplicado em 2014, foi solicitado aos órgãos do SISP que ordenassem as principais dificuldades enfrentadas na fiscalização dos contratos entre quatro opções possíveis²⁶.

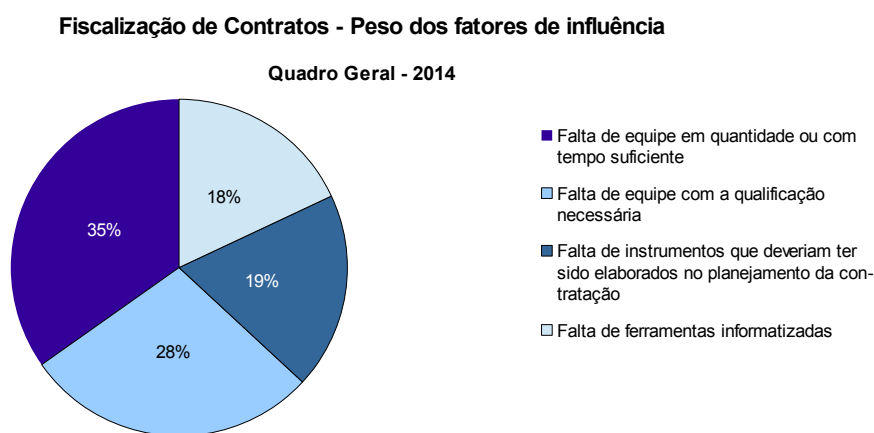
Após a devida análise dos valores, verificou-se que a principal dificuldade enfrentada pelos órgãos é a falta de equipe técnica em número suficiente ou com tempo disponível para as atividades

²⁶ Foram dados valores de 1 a 4, sendo 1 o mais importante e 4 o menos importante. Cada órgão deveria ordenar as opções de acordo com essa escala (36 órgãos não cumpriram as regras de preenchimento e por isso seus dados foram desconsiderados).

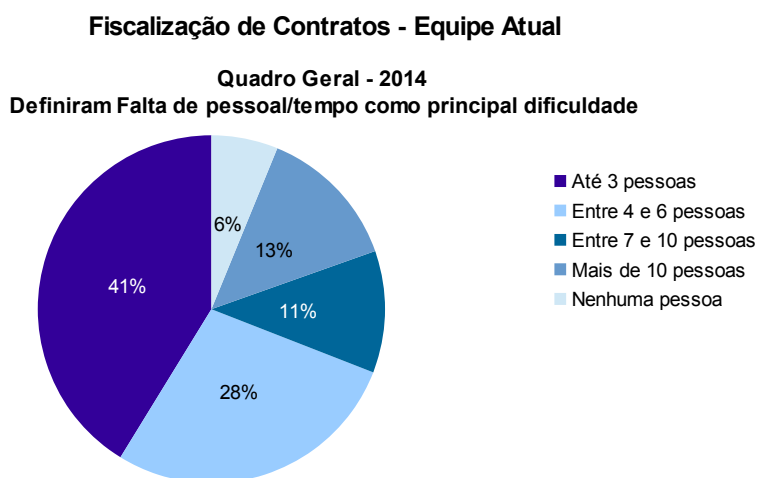
ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

de fiscalização, seguida pela falta de equipe técnica com qualificação suficiente, conforme pode ser visto no quadro a seguir.

Para tornar mais claro o entendimento, no quadro a seguir foram utilizados pesos para cada tipo de resposta: peso 4 para respostas com valor 1, peso 3 para respostas com valor 2, peso 2 para respostas com valor 3 e peso 1 para respostas com valor 4. Dessa forma, verifica-se que o fator “falta de equipe em quantidade ou com tempo suficiente” equivale a 35% do impacto na fiscalização dos contratos, seguida por “falta de equipe com a qualificação necessária”, com um impacto de 28%.

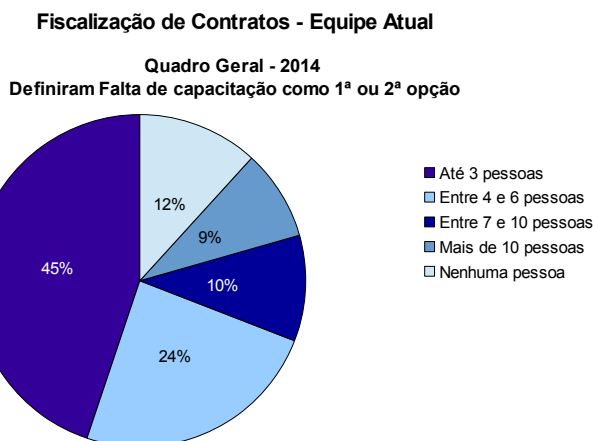


Entre os 97 órgãos que indicaram falta de equipe em quantidade ou com tempo suficiente como a principal dificuldade para a devida fiscalização dos contratos, 69% afirmaram possuir no máximo 6 pessoas disponíveis para essa atividade (41% informaram possuir até 3 pessoas e 28% informaram possuir de 4 a 6 pessoas), conforme pode ser visto no gráfico a seguir.



ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Entre os 136 órgãos que definiram falta de equipe técnica com qualificação suficiente como sua 1ª ou 2ª opção, 69% afirmaram possuir no máximo 6 pessoas qualificadas para a atividade (45% informaram possuir até 3 pessoas e 24% informaram possuir de 4 a 6 pessoas), conforme pode ser visto no próximo gráfico.



Entretanto, essas informações sobre falta de pessoal e/ou falta de equipe qualificada devem ser objeto de novas análises, uma vez que diversos dos órgãos que escolheram essas opções informaram possuir um quadro de pessoal qualificado tanto para o planejamento da contratação como para a gestão dos contratos menor do que aquele que realmente possuem em função do número de ATIs e servidores detentores de GSISP atualmente alocados em seus quadros²⁷.

Em função da situação apresentada, é necessário manter esforços no sentido de:

- a) aumentar o percentual de órgãos que possuem processo formal de contratação e/ou de gestão de contratos de bens e serviços de TI alinhado à Instrução Normativa 04/2014, preferencialmente através de *workshops* que capacitem os servidores dos órgãos que não possuem tais processos;
- b) desenvolver (ou adaptar, se existir) e disponibilizar aos órgãos do SISP uma ferramenta informatizada que padronize o processo de contratação de bens e serviços de TI em consonância com os artefatos previstos na IN04/2014 e capacitar os servidores do órgão no uso da ferramenta²⁸;
- c) desenvolver (ou adaptar, se existir) e disponibilizar aos órgãos do SISP uma ferramenta

²⁷ Analistas de Tecnologia da Informação e servidores detentores de GSISP realizam o curso PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE GESTORES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO(DGTI), na ENAP, no qual são ministrados três módulos específicos sobre contratações de TI, a saber: Planejamento de Contratação de TI, com 35 horas de duração, Seleção de fornecedores de TI, com 28 horas de duração, e Gestão de Contratos de TI, com 35 horas de duração. Dessa forma, tanto os ATIs como os servidores detentores de GSISP estão capacitados tanto para o processo de planejamento da contratação como para a gestão dos contratos.

²⁸ Sendo que, para atender esse objetivo, já se encontra em andamento do projeto para desenvolver o sistema estruturante do SISP, que, dentre outros, apresentará o módulo de contratações de TI. A primeira fase do projeto é a criação da arquitetura da informação do SISP

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

informatizada que padronize os processos de fiscalização e gestão de contratos de bens e serviços de TI em consonância com a IN04/2014 e capacitar os servidores do órgão no uso da ferramenta²⁹;

d) coordenar a formação de turmas para os cursos de Planejamento da Contratação e Seleção de Fornecedores de Tecnologia da Informação³⁰ (voltado para o planejamento da contratação de bens e serviços de TIC) e Gestão da Contratação³¹ (voltado para a gestão de contratos de TIC) oferecido pela ENAP no programa de Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação - DGTI ;

e) realizar uma análise mais detalhada sobre o quantitativo de pessoal – em especial ATI e detentores de GSISP - com qualificação para a fiscalização de contratos de TI. Caso essa análise mais detalhada confirme que as equipes realmente não estão qualificadas, apesar do curso de capacitação realizado, será necessário identificar os fatores que estão causando esse resultado³²;

f) orientar que a monitoração administrativa (verificação de aspectos trabalhistas, aspectos fiscais, manutenção das condições de habilitação na licitação, entre outros aspectos) dos contratos de TI seja por um setor especializado e não pela área de TI. A monitoração administrativa dos contratos deve ser feita em cumprimento ao disposto no inciso XIII do art. 55, c/c o art. 29, da Lei n.º 8.666/1993. No entanto, nem todos os profissionais de TI estão aptos a realizar a monitoração administrativa por ser uma atividade que requer o acompanhamento da legislação e jurisprudência da área de licitações e contratos. Além disso, essa atividade pode tomar um tempo elevado devido à quantidade de documentos e requisitos burocráticos a serem observados. Se a atividade for realizada por pessoa não preparada devidamente, o risco de adversidades para a organização é considerável³³;

g) aumentar a divulgação do Roteiro de Métricas do SISP entre os órgãos do SISP e coordenar com os demais órgãos do Sistema a formação de turmas de capacitação contínua na métrica de Pontos de Função.

29 Idem 32.

30 Curso com duração de 63 horas, composto por dois módulos: Planejamento da contratação de soluções de tecnologia da informação; e Seleção de fornecedores de soluções de tecnologia da informação. Link para o curso: http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_include&evento=lista_cursos_presenciais&Itemid=1638&cod_modulo=2322&pag_cod=1

31 Curso com duração de 35 horas. Link para o curso: http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_include&evento=lista_cursos_presenciais&Itemid=1638&cod_modulo=2350&pag_cod=1

32 Uma das hipóteses é a falta de formação específica na área de TI, o que causa dificuldades no momento do planejamento e/ou fiscalização de contratações que envolvam aspectos técnicos em TI.

33 Como exemplo, pode-se citar o caso julgado pelo TCU em que órgãos da Administração Pública Federal pagavam 0,5% a mais de FGTS, em contratos de TI, por não terem observado a mudança da alíquota em 1º de janeiro de 2007, conforme a Lei Complementar n.º 110/2001 (Acórdão 353/2008-TCU-Plenário).

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Segurança de Informações e Comunicações

A Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 13 de junho de 2008, que disciplina a gestão de segurança da informação e comunicações na administração pública federal, determina que:

“ CONSIDERANDO:

...

o interesse do cidadão como beneficiário dos serviços prestados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta;

o dever do Estado de proteção das informações pessoais dos cidadãos;

a necessidade de incrementar a segurança das redes e bancos de dados governamentais;

e

a necessidade de orientar a condução de políticas de segurança da informação e comunicações já existentes ou a serem implementadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar orientações para Gestão de Segurança da Informação e Comunicações que deverão ser implementadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta.

...

Art. 5º Aos demais órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, em seu âmbito de atuação, compete:

...

IV - nomear Gestor de Segurança da Informação e Comunicações;

V - instituir e implementar equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais;

VI - instituir Comitê de Segurança da Informação e Comunicações;

VII - aprovar Política de Segurança da Informação e Comunicações e demais normas de segurança da informação e comunicações;”

Neste tópico, o objetivo é delinear a qualidade do tratamento dado pelos órgãos públicos à segurança das informações sob sua responsabilidade. Foram abordados os seguintes aspectos: Comitê de Segurança de Informação e Comunicações, Política de Segurança de Informação e Comunicações, Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede, e existência de treinamento/capacitação em Segurança de Informação e Comunicações.

A importância do correto tratamento para a confidencialidade, a integridade, a autenticidade e a disponibilidade das informações de órgãos públicos é evidente. A própria prestação do serviço

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

de uma instituição pública aos cidadãos depende da confiabilidade das informações por ela tratadas e ofertadas.

A Instrução Normativa GSI/PR nº 01³⁴, de 13 de junho de 2008, disciplina a gestão da segurança da informação e comunicações na APF e determina que compete ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR, entre outras atividades:

- a) planejar e coordenar as atividades de segurança da informação e comunicações na APF;
- e
- b) estabelecer norma definindo os requisitos metodológicos para a implementação da gestão de SIC na APF.

Existem também, atualmente, 21 normas complementares à IN01/GSI/PR³⁵, que tratam de diversos aspectos da disciplina de segurança da informação e comunicações.

A SLTI também está envolvida nesse processo desde 2008, com a definição de meta na EGTI 2009 a respeito de segurança da informação

*“A gestão dos processos de Segurança da Informação deve estar em consonância com as orientações e normas emanadas pelo Gabinete de Segurança Institucional – GSI/PR”
(EGT 2008, página 5)*

Na EGTI 2010, constavam as seguintes informações na tabela 9: Metas para a Gestão da Segurança da Informação:

“Descrição: Elaborar política de Segurança da Informação e de Comunicações e demais normas em consonância com o Gabinete de Segurança Institucional GSI/PR

Ações propostas:

- 1) Criar Grupo de Trabalho para elaboração da Política de Segurança da Informação...*
- 2) Elaborar Política de Segurança da Informação ...*
- 3) Implementar normas para Gestão da Segurança da Informação...*
- 4) Promover em conjunto com a DSIC/GSI/PR a capacitação em Segurança da Informação...*
- 5) Adotar os padrões de SIC definidos na E-ping e outros dispositivos...” (DOU 19/02/2010, Seção 1, página 40 - EGTI 2010)*

Na EGTI 2011-2012, foi definido como meta promover a segurança da tecnologia da informação e comunicações nos órgãos do SISP, sendo que 80% dos órgãos seccionais e 100% dos órgãos deveriam possuir um processo básico de segurança da informação formalizado e

³⁴ A IN01/GSI/PR pode ser encontrada em http://dsic.planalto.gov.br/documentos/in_01_gsidsic.pdf

³⁵ A Normas Complementares à IN01/GSI/PR podem ser encontradas em <http://dsic.planalto.gov.br/legislacao/dsic/23-dsic/legislacao/53-normas-complementares>

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

implementado em 2012.

Na EGTIC 2013-2015, definiu-se como objetivo implementar ações a fim de que a segurança da informação e comunicações seja efetiva em seus princípios de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade. Para isso, 30 órgãos do SISP deveriam ter formalizado e implementado as determinações da IN01/GSI e suas normas complementares até o final de 2013, devendo o número de órgãos subir para 40 em 2014 e 50 em 2015. Além disso, o número de órgãos com mapeamento das infraestruturas críticas de informação publicado deveria ser de 30 em 2015.

Na EGTIC 2014-2015 definiu-se como objetivo “implementar ações efetivas que visem o aumento dos níveis de segurança da informação e comunicações”, tendo como meta alcançar 100 órgãos em conformidade com as normas complementares de segurança, aprovadas pelo CGSI/GSI-PR, relacionadas à, pelo menos, POSIC, controles de acesso, ETIR, gestão de incidentes e análise de conformidade de segurança. Ou seja, na EGTIC 2014-2015, em relação à EGTIC 2013-2015, diminuiu-se o escopo de normas a serem implementadas (criando-se um modelo mínimo para o SISP), num primeiro momento, mas aumentou-se o número de órgãos que deveriam implementá-las.

Mapeamento dos Ativos de TI

De acordo com a NC10/IN01-GSI/PR, o Inventário e Mapeamento de Ativos de Informação "é um processo interativo e evolutivo, composto por 3 (três) etapas: (a) identificação e classificação de ativos de informação, (b) identificação de potenciais ameaças e vulnerabilidades e (c) avaliação de riscos".

O processo de Inventário e Mapeamento de Ativos de Informação tem como objetivo prover os órgãos do SISP:

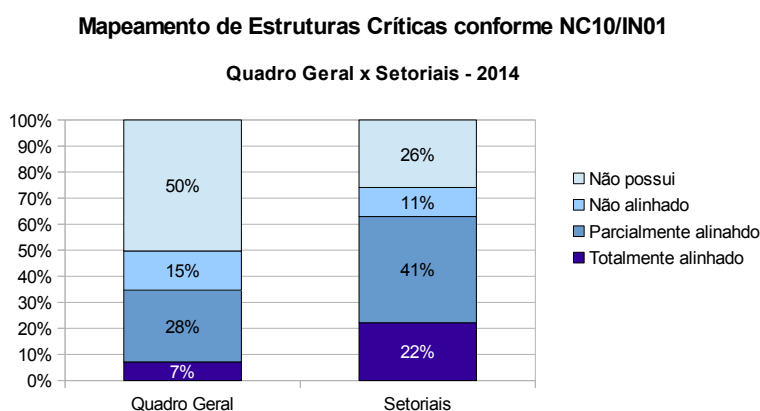
- a) de um entendimento comum, consistente e inequívoco de seus ativos de informação;
- b) da identificação clara de seu(s) responsável(eis) - proprietário(s) e custodiante(s);
- c) de um conjunto completo de informações básicas sobre os requisitos de segurança da informação e comunicações de cada ativo de informação, os quais devem ser definidos por meio de critérios que atendam a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade da informação;

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

- d) de uma descrição do contêiner de cada ativo de informação, com atenção especial para os limites do ambiente que deve ser examinado para o risco e dos relacionamentos que devem ser compreendidos para atendimento das exigências de segurança da informação e comunicações;
- e) da identificação do valor que o ativo de informação representa para o negócio do órgão;
- e
- f) da identificação dos impactos quando da indisponibilidade ou destruição de tais ativos de informação, seja no caso de incidentes ou de desastres, visando atender os interesses da sociedade e do Estado

Pode-se concluir, portanto, que sem a realização do mapeamento das estruturas de informação, dificilmente será possível desenvolver políticas e processos de segurança da informação bem estruturados pela simples falta de conhecimento daquilo que realmente se deve proteger e o grau de risco que cada uma dessas estruturas apresenta.

O quadro a seguir apresenta a situação do mapeamento das estruturas críticas de TI nos órgãos do SISP, no qual pode ser visto que 50% dos órgãos não possuem o mapeamento de suas estruturas críticas de TIC.



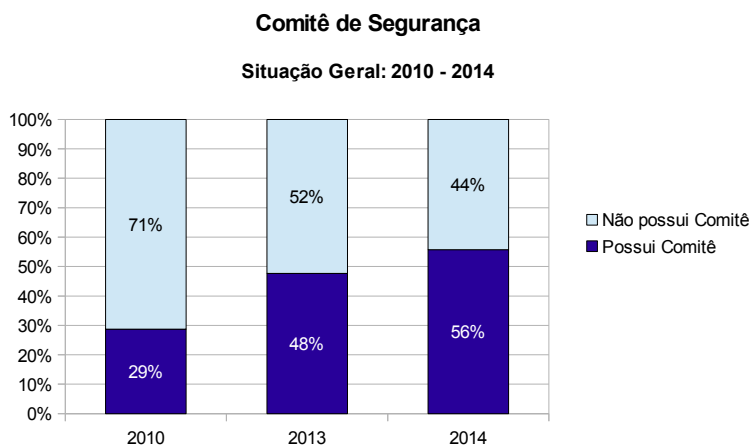
Conforme pode ser visto no quadro anterior, 50% dos órgãos do SISP não possuem mapeamento de estruturas críticas e 7% dos órgãos estão totalmente alinhados à NC10/IN01. Quando consideramos apenas os órgãos setoriais, observa-se que 26% dos setoriais informaram não possuir um mapeamento de estruturas críticas realizado, e 22% dos setoriais afirmaram que o mapeamento está totalmente alinhado à NC10/IN01 do GSI.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Comitê de Segurança de TIC

O art. 6 da IN01/GSI/PR define as competências do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações³⁶. Essa estrutura também é tratada no item 6.1 da NBR ISO/IEC 17799:2005. De maneira geral, cada órgão deve adotar a estrutura organizacional que mais se adeque à cultura e ao tamanho da instituição, assegurando, contudo, que a implementação dos controles de segurança da informação tenha uma coordenação que permeie toda a organização. Assim, as organizações podem até usar um fórum já existente (por exemplo, um conselho de diretores), desde que este assuma também, de forma explícita e formalizada, as atividades de gestão da segurança da informação.

O quadro a seguir apresenta os resultados obtidos no período de 2010 a 2014, a respeito da existência de Comitê de Segurança de TIC³⁷ nos órgãos do SISP.



Os resultados revelam que houve um aumento nos percentuais relativos a existência de Comitê de Segurança de TIC, que foi de 29% em 2010 para 56% em 2014. Entretanto, 44% dos órgãos não possuem um Comitê de Segurança instituído.

Considerando-se apenas os órgãos setoriais, 76% dos órgãos declararam possuir um Comitê de Segurança da Informação, conforme pode ser visto no gráfico a seguir.

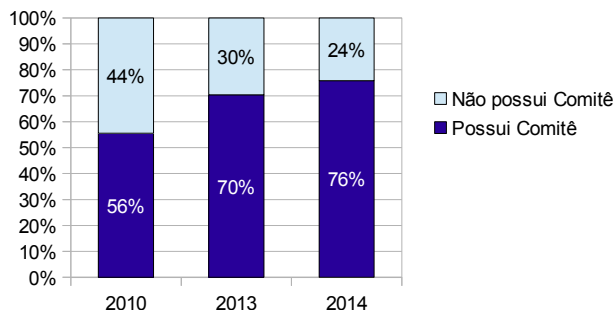
36 A existência de Comitê de Segurança da Informação é prevista no inciso IV do art.5º da IN01/GSI/PR de 13 de junho de 2008. Suas competências são definidas no art. 6º desse mesmo normativo. A Norma Complementar 03/IN01/DSIC/GSIPR, de 30 de junho de 2009 também define responsabilidades do Comitê de Segurança.

37 É importante ressaltar que nos levantamentos feitos pela SLTI até o presente momento têm se concentrado apenas em determinar a existência do Comitê.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Comitê de Segurança da Informação (%)

Setoriais: 2010 - 2014



Sem um Comitê de Segurança de TIC formalizado, há maior probabilidade de que as questões de segurança não sejam tratadas de maneira consistente. Além disso, torna-se difícil para a organização avaliar se estão sendo endereçados de modo adequado os recursos humanos e de logística para a implementação dos controles de segurança da informação, ou se tais controles estão sintonizados com o negócio da organização.

De qualquer forma, tanto no quadro geral como nos órgãos setoriais - percebe-se uma migração constante dos órgãos no sentido de instituir Comitês de Segurança da Informação e Comunicações em suas estruturas. Esse movimento levará a uma melhor qualidade dos processos relativos à segurança de informações e comunicações no SISP.

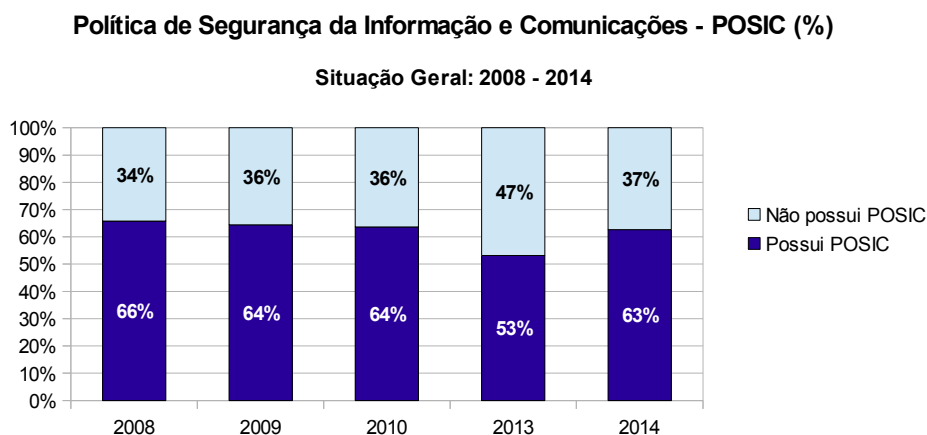
Política de Segurança de Informação e Comunicações – POSIC

A política de segurança da informação é o documento que contém as diretrizes da instituição quanto ao tratamento da segurança da informação. A POSIC deve declarar explicitamente o comprometimento da direção da instituição com a segurança da informação. Além disso, deve também conter definições dos termos relacionados dentro do escopo da instituição e apontar os objetivos de controle, os controles, as estruturas que implementam esses controles, as responsabilidades e também as políticas e normas que disciplinam e complementam esse documento de diretrizes, incluindo referências à legislação e aos requisitos regulamentares e contratuais. Em geral, esse é o documento da gestão da segurança da informação a partir do qual derivam os documentos específicos para cada meio de armazenamento, transporte, manipulação ou tratamento específico da segurança da informação em TI.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

A Norma Complementar nº 03/IN01/DSIC/GSIPR³⁸ define as diretrizes para a elaboração de POSIC³⁹ nos órgãos da APF.

O gráfico a seguir apresenta os resultados obtidos no período de 2008 a 2014 em relação à existência de Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC.



Verifica-se que a situação de instituições que possuem POSIC permaneceu praticamente inalterada durante todos os levantamentos realizados, com exceção do ano de 2013, quando houve uma queda de 11 pontos percentuais em relação a 2010. Como esse documento de diretrizes é um dos primeiros passos na construção de uma gestão de segurança da informação, constatar que mais de um terço dos órgãos não o possuem é um indício de que essa gestão é inexistente ou incipiente em boa parte das organizações da APF.

A POSIC foi aprovada e publicada em 36% dos órgãos do Sistema (um resultado 6 pontos percentuais abaixo do obtido em 2013⁴⁰), conforme pode ser visto no quadro a seguir.

38 A norma pode ser encontrada em http://dsic.planalto.gov.br/documentos/nc_3_psic.pdf

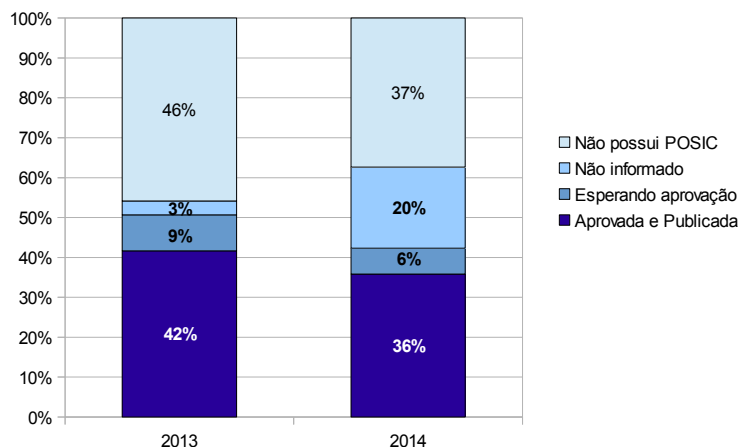
39 A Política de Segurança de TIC também é tratada em outras normas, como a NBR ISO/IEC 17799:2005, item 5.1 – Política de segurança da informação: "convém que a direção estabeleça uma política clara, alinhada com os objetivos do negócio e demonstre apoio e comprometimento com a segurança da informação por meio da publicação e manutenção de uma política de segurança da informação para toda a organização"; e também no Cobit 4.1 DS5.2 IT Security Plan - "Plano de Segurança de TI – Traduzir requisitos de negócio, risco e conformidade num plano geral de segurança de TI, levando em consideração a infraestrutura de TI e a cultura de segurança. Garantir que o plano seja implementado dentro das políticas e dos procedimentos de segurança em conjunto com investimentos apropriados em serviços, pessoal, software e hardware. Comunicar as políticas e procedimentos de segurança aos interessados e usuários".

40 Ressalte-se que esse resultado parece ter sido influenciado pelo fato de que 20% dos órgãos não informaram qual a situação de suas POSICs.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

POSIC - Situação (%)

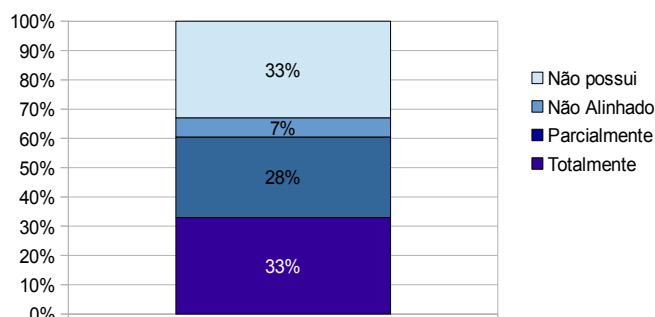
Quadro Geral: 2013 - 2014



Foi feito um levantamento complementar a respeito da adequação à Norma Complementar 03/IN01/DSIC/GSIPR com 167 órgãos integrantes do SISP e os resultados são apresentados no quadro a seguir.

Alinhamento à NC03/IN01

Quadro Geral - Out/2014



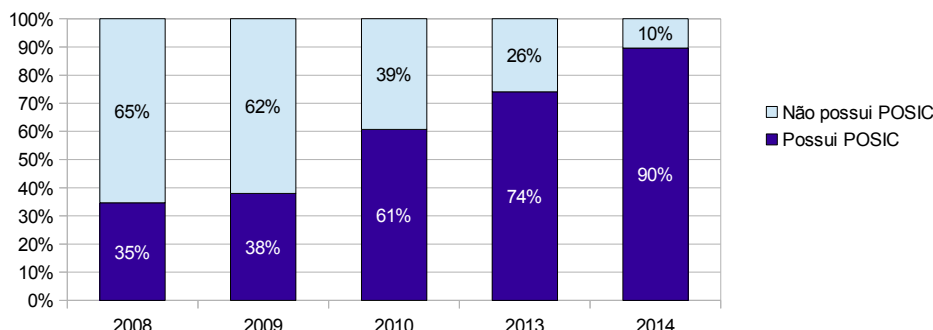
Os resultados, que parecem condizentes com os obtidos no processo de autodiagnóstico, revelam um outro aspecto: apesar de aproximadamente 65% dos órgãos possuírem POSIC em ambos os levantamentos, um terço dos órgãos do SISP possuem POSIC totalmente alinhada à NC03/IN01/DSIC/GSIPR e 7% dos órgãos informaram que suas POSICs não estão alinhadas à norma.

Quando se considera os órgãos setoriais em relação à existência de POSIC, observava-se um percentual de 35% em 2008, que foi alterado para 90% em 2014, o que pode ser verificado no quadro a seguir.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC (%)

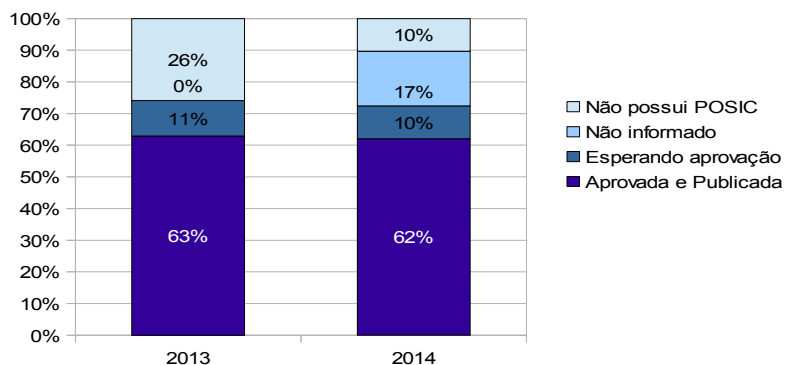
Setoriais: 2008 - 2014



O mesmo quadro se repete quando verificamos o percentual de órgãos que formalizaram a POSIC. Enquanto no quadro geral do SISP 36% dos órgãos formalizaram a POSIC, entre os setoriais esse resultado é de 62% (sendo que 17% dos órgãos setoriais deixaram de informar a situação da POSIC).

Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC (%)

Setoriais: 2013 - 2014

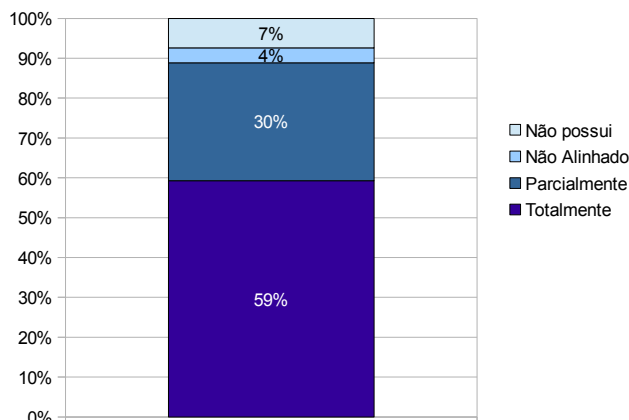


Quando consideramos apenas os 27 órgãos setoriais que responderam o levantamento complementar a respeito da adequação às Normas Complementares de Segurança da Informação publicadas pelo GSI (contra 29 órgãos setoriais que responderam o autodiagnóstico), verifica-se que quase 60% dos órgãos alinharam totalmente suas Políticas de Segurança à NC03/IN01/DSIC/GSIPR conforme o gráfico a seguir.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Alinhamento à NC03/IN01

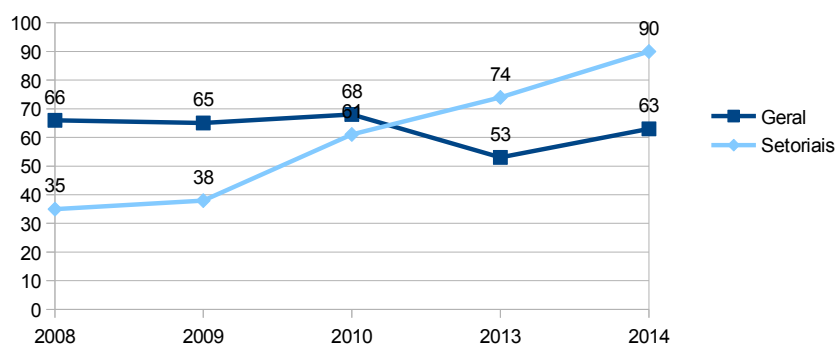
Órgãos Setoriais - 2014



Conforme pode ser visto no quadro a seguir, enquanto a situação geral praticamente não se modificou ao longo dos anos, os órgãos setoriais conseguiram evoluir neste aspecto da segurança da informação. Por esse motivo, recomenda-se verificar quais foram as estratégias adotadas pelos órgãos setoriais para determinar se as mesmas podem ser estendidas aos demais órgãos do SISP.

POSIC - Quadro Geral x Setoriais (%)

2008 - 2014



Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede – ETIR e Gestão dos Incidentes de Rede

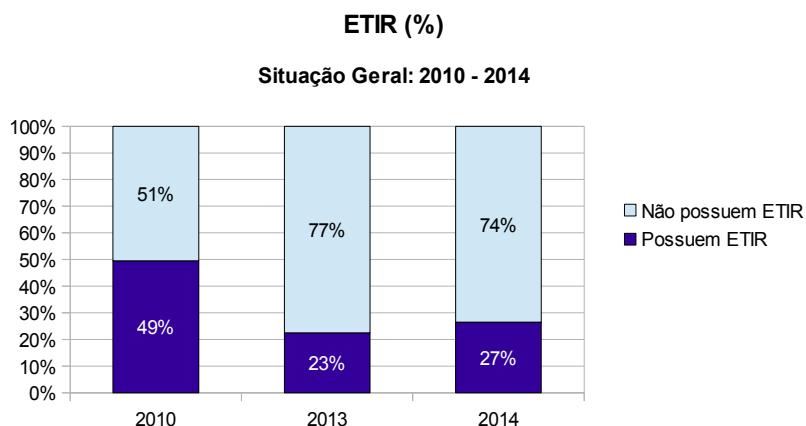
O objetivo do processo de gestão de incidentes de segurança é assegurar que seja aplicado tratamento consistente e efetivo para os incidentes, que incluem desde falhas de sistemas até

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

violações intencionais da política de segurança. Para isso, há que se designar claramente as responsabilidades no tratamento de incidentes, bem como os procedimentos a serem adotados, em sintonia com outras diretrizes, como o plano de continuidade de negócio e a classificação das informações.

A existência de uma área específica - a ETIR - é uma determinação prevista na IN01/GSI/PR e normatizada na Norma Complementar nº 05/IN01/DSIC/GSIPR⁴¹ para órgão ou entidade que possuir a competência formal e respectiva atribuição de administrar a infraestrutura da rede de computadores de sua organização.

Os quadros a seguir apresentam a situação das Equipes de Tratamento de Incidentes de Rede – ETIR nos órgãos do SISP.



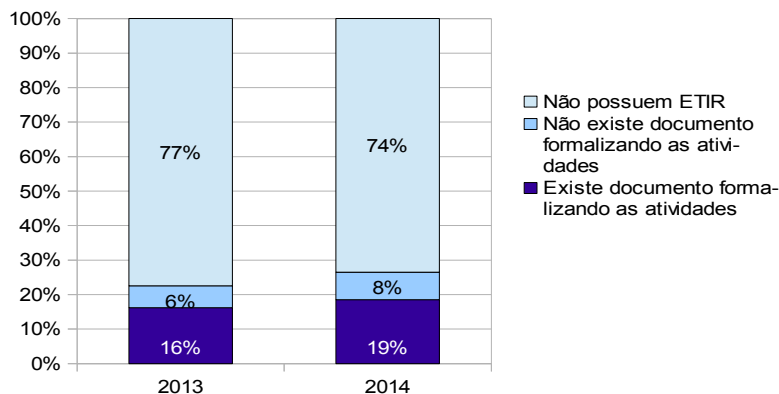
Um dos aspectos que chama a atenção foi a queda 26% pontos percentuais ocorrida em 2013 em relação a 2010. Isso se deve, principalmente, ao fato de que, em 2010, vários dirigentes consideraram que as equipes terceirizadas que atuavam na área de infraestrutura e que mantinham os dispositivos de segurança representariam a ETIR do órgão. Em 2013, quando o questionamento passou a ser se a ETIR estava alinhada à NC05/IN01/DSIC/GSIPR, houve uma mudança de entendimento e, portanto, uma grande redução no índice.

⁴¹ A norma pode ser encontrada em http://dsic.planalto.gov.br/documentos/nc_05_etir.pdf

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

ETIR - Documento de formalização de atividades (%)

Quadro Geral: 2013 - 2014



De 2013 para 2014, 74% dos órgãos não possuíam ETIR e as atividades das equipes foram formalizadas em 19% dos órgãos.

Tal resultado representa um risco de que eventuais incidentes envolvendo a disponibilidade, a integridade ou o sigilo das informações não tenham tratamento adequado e consistente.

Existem grupos articuladores de tratamento de incidentes na Internet, como o Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança para a Internet brasileira (CERT.br) e outros grupos localizados, como o Grupo de Incidentes da Rede Nacional de Pesquisa (RNP) e de outros provedores de rede. Sem um contato nos órgãos da administração pública, fica comprometida a atuação de tais entidades na ocorrência de incidentes que afetam várias instituições, inclusive quanto à possibilidade de articulação específica para tratamento de incidentes de órgãos governamentais.

Finalmente, esses resultados se relacionam com um dos eixos da Estratégia Geral de Segurança Cibernética do SISP⁴², o CTRIS.SISP⁴³, que será o órgão central de gerenciamento de incidentes no âmbito do SISP, e dependerá da existência de ETIRs implementadas nos órgãos para o seu devido funcionamento.

O quadro a seguir apresenta o resultado do levantamento complementar sobre a adequação NC05/IN01/DSIC/GSIPR com 167 órgãos integrantes do SISP.

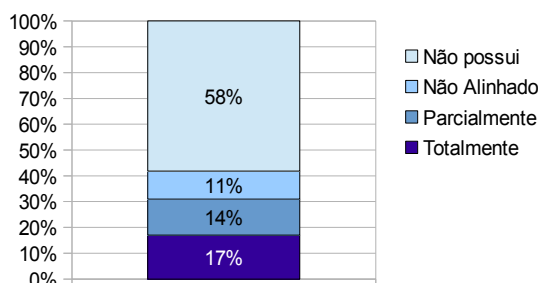
42 A Estratégia Geral de Segurança Cibernética do SISP é uma das entregas previstas no Planejamento Estratégico 2011-2015 do Ministério do Planejamento, que pode ser visto em http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/slti/plano_estrategico_SLTI_2011-2015.pdf.

43 O CTRIS.SISP terá como finalidade o atendimento, análise, resposta aos incidentes em redes de computadores pertencentes aos órgãos e entidades integrantes do SISP. Outro objetivo do CTRIS.SISP será coordenar ações relativas a incidentes de forma articulada, auxiliando o SISP no desenvolvimento da cooperação entre os grupos de respostas de incidentes existentes no Brasil e no exterior; no fomento das iniciativas de gerenciamento de incidentes; na distribuição de informações, alertas e recomendações para os administradores de segurança em redes de computadores. (NCs 05 e 08/IN01/DSIC/GSIPR). O CTRIS.SISP também é uma das entregas previstas no Planejamento Estratégico 2011-2015 do Ministério do Planejamento.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

ETIR - Alinhamento à NC05/IN01

Quadro Geral - 2014



40% dos órgãos que possuem ETIR afirmam que estão totalmente alinhados à NC05/IN01/DSIC/GSIPR (17% do total de órgãos), enquanto praticamente a mesma quantidade de órgãos informa que as atividades de suas equipes não estão alinhadas à NC05/IN01/DSIC/GSIPR⁴⁴.

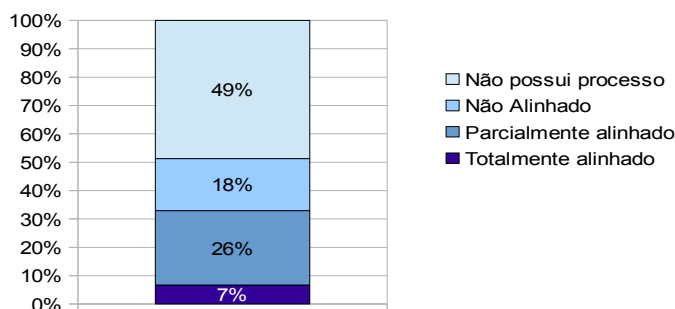
A fim de verificar a efetividade da ETIR, foram feitas duas perguntas:

- a) se os processos de gerenciamento de incidentes de rede estavam alinhados à Norma Complementar nº 08/IN01/DSIC/GSIPR⁴⁵; e
- b) se eram emitidos relatórios periódicos sobre os incidentes de rede.

Em relação à existência de processo de gerenciamento de redes alinhado com a NC08/IN01/DSIC/GSIPR, 163 órgãos responderam a esse questionamento e os resultados são apresentados no quadro a seguir.

Gerenciamento de Incidentes em Redes conforme a NC 08/IN01

Quadro Geral - 2014



Considerando-se apenas os 51% dos órgãos que informaram possuir um processo de gerenciamento de incidentes de rede, verifica-se que em 14,5% deles (7% do total) o processo está

44 Esse resultado causa muita preocupação uma vez que nas recomendações do Acórdão TCU – Plenário – 1233/2012 à APF direta e indireta afirma-se que “9.8.2. a implantação dos controles gerais de segurança da informação positivados nas normas do GSI/PR não é faculdade, mas obrigação da alta administração, e sua não implantação sem justificativa é passível da sanção prevista na Lei 8.443/1992, art. 58, II (subitem II.8)”.

45 Estabelece as Diretrizes para Gerenciamento de Incidentes em Redes Computacionais nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal., que pode ser encontrada em http://dsic.planalto.gov.br/documentos/nc_8_gestao_etir.pdf.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

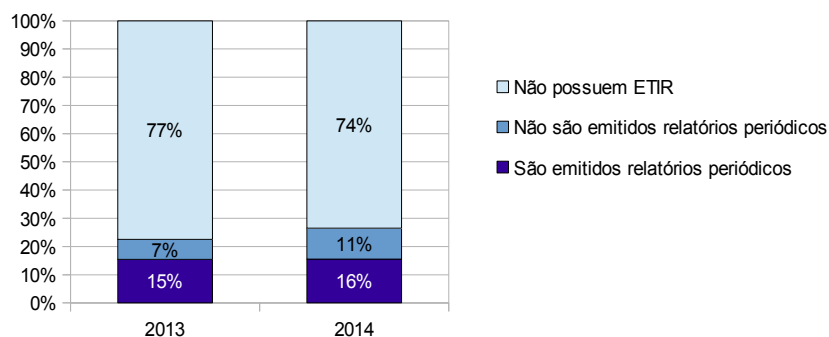
totalmente alinhado ao preconizado pela NC08/IN01/DSIC/GSIPR, em 51% (26% do total) o processo está parcialmente alinhado e em 36,5% (18% do total) processo não está alinhado.

Além disso, 8 órgãos que informaram possuir ETIR declararam não possuir processo de gerência de incidentes de rede e 45 órgãos que informaram possuir processo de gerência de incidentes de rede declararam não possuir ETIR.

Os resultados relativos à emissão de relatórios periódicos sobre os incidentes de rede são apresentados no quadro a seguir.

ETIR - Emissão de relatórios sobre incidentes de segurança

Quadro Geral - 2013-2014



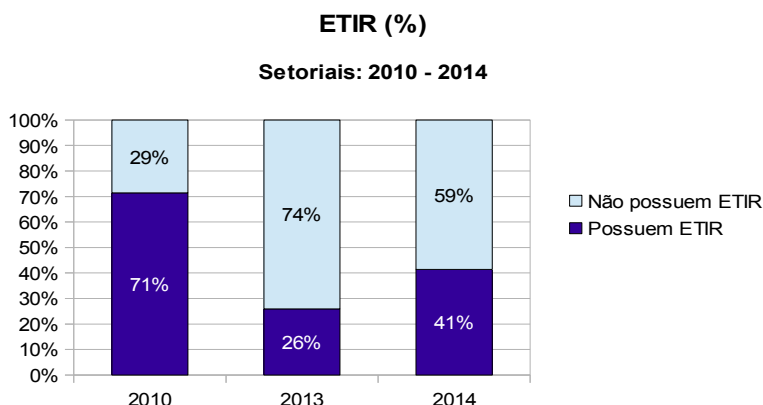
Verificou-se que 16% dos órgãos emitem relatórios periódicos sobre os incidentes de rede, ou seja, aproximadamente 60% dos órgãos que possuem ETIR emitem os relatórios sobre incidentes. Isso pode indicar que 40% das ETIR existentes deixam de fornecer os resultados de sua atuação⁴⁶.

Quando são considerados apenas os órgãos setoriais, observa-se que 41% dos órgãos possuem ETIR, além da evolução que ocorreu de 2013 para 2014, de 15 pontos percentuais⁴⁷, conforme pode ser visto no gráfico a seguir.

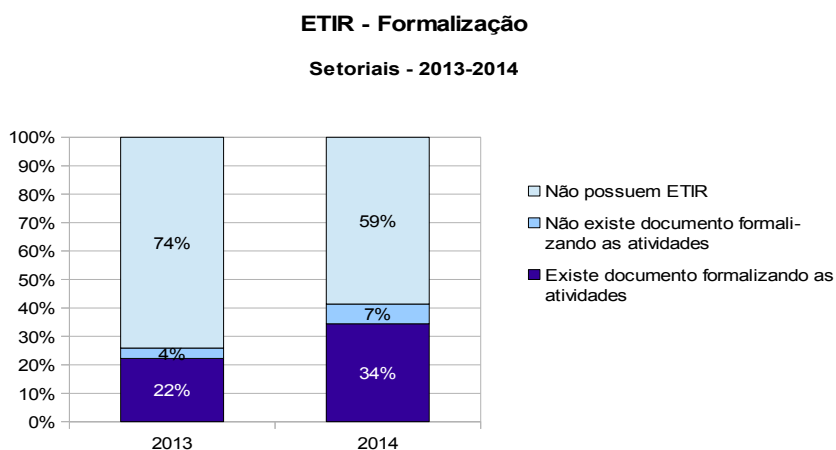
46 Isso também pode indicar que a ETIR é reativa, sendo incapaz de evitar ataques à rede, ou que não está apta a identificar tentativas e/ou ataques bem sucedidos.

47 Em 2010, vários dirigentes consideraram que as equipes terceirizadas que atuavam na área de infraestrutura e que mantinham os dispositivos de segurança representariam a ETIR do órgão. Em 2013, quando o questionamento passou a ser se a ETIR estava alinhada à NC05/IN01, houve uma mudança de entendimento e, portanto, uma grande redução no índice

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014



Da mesma forma, o percentual de formalização da ETIR nos órgãos setoriais é superior ao do quadro geral do SISP, com 34% dos órgãos formalizando as atividades de suas ETIR (contra apenas 19% do quadro geral), conforme pode ser visto no quadro a seguir.

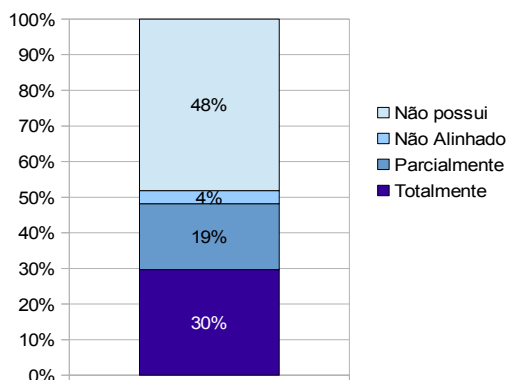


Além disso, quando consideramos apenas os 27 órgãos setoriais que responderam o levantamento complementar a respeito da adequação às Normas Complementares de Segurança da Informação publicadas pelo GSI (contra 29 órgãos setoriais que responderam o autodiagnóstico), verifica-se que 30% dos órgãos estão totalmente alinhados à NC05/IN01/DSIC/GSIPR e seus anexos, conforme o gráfico a seguir.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

ETIR - Alinhamento NC05/IN01

Setoriais - 2014



Verifica-se que quase 50% dos órgãos setoriais não possuem uma equipe central responsável pela gerência dos incidentes de segurança, e que, nos locais onde as equipes foram instituídas, 44% delas não atuam em conformidade total com a NC05/IN01/DSIC/GSIPR.

Assim como foi feito no quadro geral, a fim de verificar a efetividade da ETIR nos órgãos setoriais, foram feitas duas perguntas:

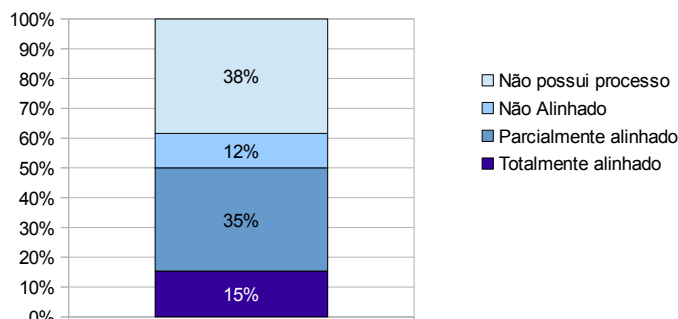
- a) se os processos de gerenciamento de incidentes de rede estavam alinhados à NC08/IN01/DSIC/GSIPR; e
- b) se eram emitidos relatórios periódicos sobre os incidentes de rede.

Quanto a existência de um processo de gerenciamento de incidentes de redes nos órgãos setoriais, os resultados apresentados no quadro a seguir apresentam resultados superiores ao quadro geral: 62% dos órgãos setoriais declararam possuir um processo de gerenciamento de incidentes de rede, contra 51% do quadro geral; e 15% dos órgãos setoriais declaram estar totalmente alinhados à NC08/IN01, contra 7% no quadro geral. Esses resultados, no entanto, devem ser analisados, uma vez que 2 órgãos setoriais que informaram possuir ETIR declararam não possuir processo de gerência de incidentes de rede e 7 órgãos setoriais que informaram possuir processo de gerência de incidentes de rede declararam não possuir ETIR.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Gerenciamento de incidentes de rede conforme a NC08/IN01

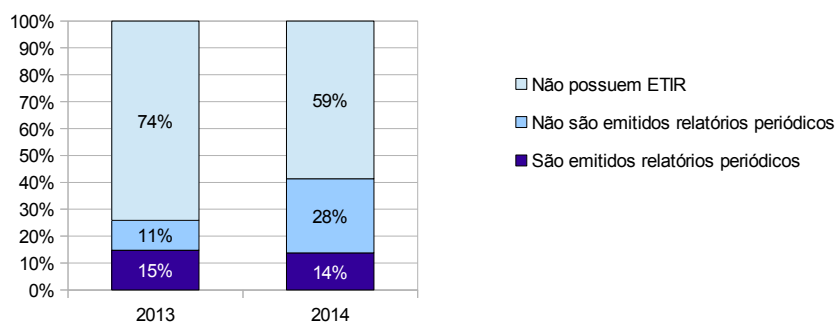
Setoriais - 2014



Em relação à emissão de relatórios sobre incidentes de segurança, o resultado obtido pelos órgãos setoriais é semelhante ao do quadro geral, conforme pode ser verificado no quadro a seguir.

ETIR - Emissão de relatórios sobre incidentes de segurança

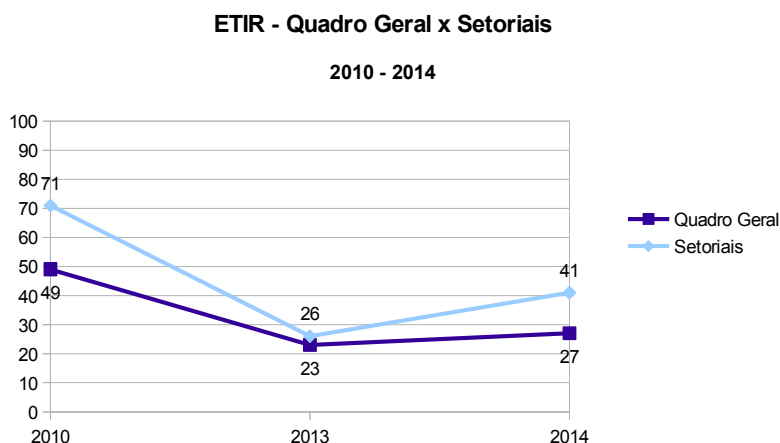
Setoriais - 2013-2014



Verifica-se que 14% dos órgãos setoriais emitem relatórios periódicos sobre incidentes de rede – contra 16% do quadro geral. Esse percentual indica que um terço dos órgãos setoriais que possuem ETIR emitem os devidos relatórios.

O gráfico a seguir apresenta uma comparação entre a evolução percentual dos órgãos com ETIR entre o Quadro Geral do SISP e os órgãos setoriais do sistema. Registre-se que, após a queda dos índices de 2010 para 2013, em função da mudança de entendimento sobre a ETIR, quase não houve uma evolução nos resultados de 2013 para 2014 no quadro geral do SISP; no entanto, entre os órgãos setoriais, houve aumento de número de órgãos com ETIR.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014



A inexistência da ETIR em mais de 70% dos órgãos do SISP apresenta o risco de incidentes que podem afetar o próprio funcionamento da Entidade.

Além disso, a ausência de um processo de gerenciamento de incidente de redes afeta a efetividade das ETIR e dos procedimentos de segurança que porventura existam nos órgãos. Essa situação eleva o risco de efeitos negativos no caso de falhas de segurança, sobretudo pela ausência de padronização dos procedimentos, permitindo que os responsáveis pela segurança de informações e comunicações possam adotar condutas não objetivas, as quais, inclusive, podem tornar mais crítica a situação e até impedir, futuramente, a determinação da extensão e/ou a identificação dos responsáveis pela violação da segurança.

Por esses motivos, recomenda-se desenvolver, em consonância com o GSI, uma estratégia que auxilie os órgãos a estabelecer essa estrutura de segurança, de acordo com a NC05/IN01/DSIC/GSIPR, o que garantiria, no futuro, o devido funcionamento do CTRIS.SISP.

Capacitação em Segurança de Informações e Comunicações

No art. 3º da IN01/GSI/PR, afirma-se que cabe ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, por intermédio do Departamento de Segurança de Informações e Comunicações – DSIC, “elaborar e implementar programas destinados à conscientização e à capacitação dos recursos humanos em segurança das informações e comunicações”.

No art. 7º da IN01/GSI/PR, afirma-se que cabe ao Gestor de Segurança da Informação e Comunicações “promover a cultura de segurança de informações e comunicações”.

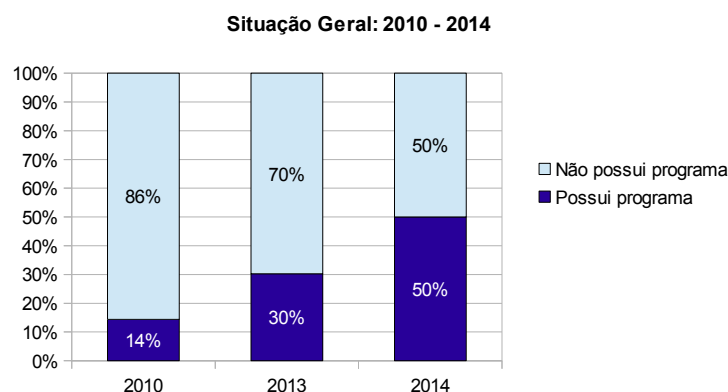
ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Pode-se perceber, portanto, que o desenvolvimento da cultura e a capacitação em segurança de informações e comunicações são ações a serem trabalhadas.

Também foram publicadas duas normas específicas relativas à capacitação em segurança de informação e comunicações: a Norma Complementar nº 17/IN01/DSIC/GSIPR, mais técnica e voltada para os profissionais da área de segurança de informações e comunicações, com uma lista de certificações recomendadas e linhas/temas para formação/capacitação; e a Norma Complementar nº 18/IN01/DSIC/GSIPR, mais abrangente e voltada para todos os servidores da APF, que define as diretrizes para as atividades de ensino em segurança de informações e comunicações, entre elas as atividades de sensibilização e conscientização em segurança.

No quadro a seguir, pode-se verificar a existência de programas de capacitação e conscientização em segurança da informação e comunicações nos órgãos do SISP.

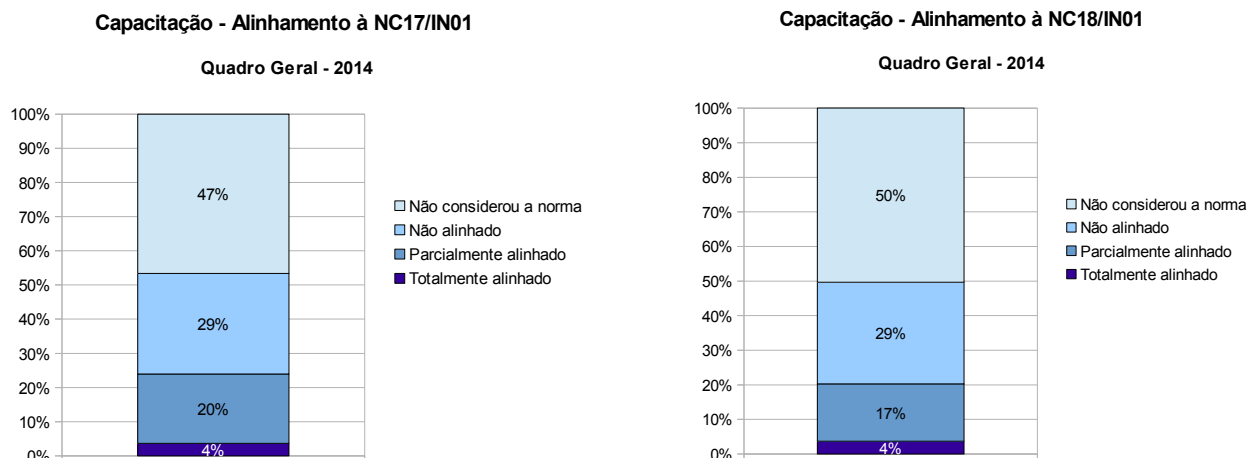
Programa de Conscientização e Capacitação em Segurança (%)



Verificou-se, nos últimos 4 anos, uma evolução no número de órgãos que possuem programa de conscientização e capacitação em segurança, especialmente no último ano, quando houve um aumento de 20 pontos percentuais.

Entretanto, quando se verificou a adequação dos programas de conscientização e capacitação às NC17/IN01/DSIC/GSIPR e NC18/IN01/DSIC/GSIPR no levantamento complementar de segurança da informação, realizado com 163 órgãos do SISP, constatou-se que, além de 50% dos órgãos não considerarem a norma, em 29% dos órgãos o programa de capacitação de pessoal não estava alinhado a essas normas e, em 17% dos órgãos, o programa de capacitação estava parcialmente alinhado a essas normas. Os resultados podem ser vistos nos gráficos a seguir.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

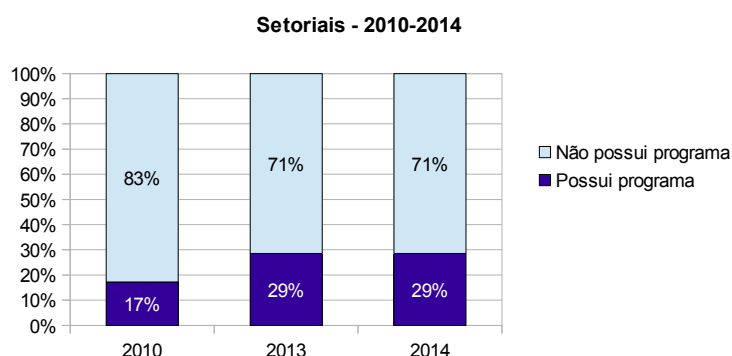


Aproximadamente 50% dos órgãos do SISP não possuem um programa de conscientização e capacitação em segurança e, naqueles em que essa prática foi adotada, a maioria não alinhou seus programas às normas previstas.

Entre os efeitos da falta de um programa de capacitação em segurança da informação, estão a não otimização do potencial de recursos humanos, a desatualização do quadro de pessoal em termos de conhecimento e a capacidade para garantir a observação das normas de segurança nos órgãos.

Quando se consideram apenas os órgãos setoriais, observa-se 29% dos órgãos declarando possuir esse tipo de programa (frente aos 50% no quadro geral), conforme pode ser visto no quadro a seguir. Além disso, ao contrário do que ocorreu no quadro geral, não houve evolução de 2013 para 2014.

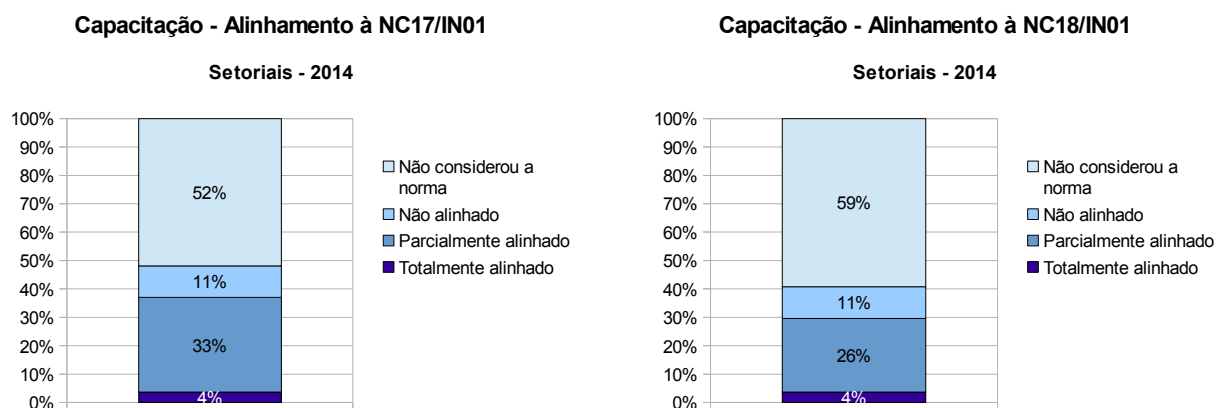
Programa de Conscientização e Capacitação em Segurança



Em relação a adequação dos programas de conscientização e capacitação às NC17/IN01/DSIC/GSIPR e NC18/IN01/DSIC/GSIPR no levantamento complementar de segurança

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

da informação, respondido com 27 órgãos setoriais do SISP, os resultados obtidos foram praticamente os mesmos do quadro geral. Em 29% dos órgãos, o programa de capacitação não estava alinhado a essas normas e mais de 50% dos órgãos não as consideraram. Além disso, em 11% dos órgãos, o programa de capacitação estava parcialmente alinhado a essas normas. Os resultados podem ser vistos nos gráficos a seguir.



Um plano de capacitação, além de constituir um guia para dirigentes e servidores, serve a propósitos gerenciais, permitindo aos membros da organização se orientarem sobre as competências que precisam ser desenvolvidas, os meios disponíveis, os prazos, os recursos e as condições para que tais competências se desenvolvam.

No âmbito da segurança da informação e comunicação, a necessidade de um plano de capacitação também apresenta como instrumento estratégico, uma vez que a própria prestação do serviço de uma instituição pública aos cidadãos depende da confiabilidade e disponibilidade das informações por ela tratadas e ofertadas.

As respostas fornecidas pelos órgãos pesquisados às questões a respeito da existência de programas de conscientização e capacitação em segurança e do alinhamento dos programas de capacitação às normas publicadas pelo GSI indicam que é preciso mais atenção ao tema, pois a existência de uma Política de Segurança no órgão não é suficiente para garantir sua devida aplicação.

Além disso, para que um plano de recuperação seja invocado adequadamente é preciso que os envolvidos estejam capacitados para esta atividade. Regras, responsabilidade, níveis de serviço mínimos, procedimentos; tudo isto deve ser do conhecimento de todos.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

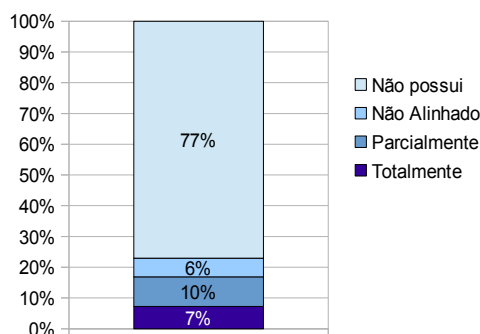
Outros Aspectos da Segurança da Informação

Durante o Levantamento Complementar de Segurança de Informações e Comunicações, realizado com 167 órgãos do SISP, no mesmo período da realização do Autodiagnóstico 2014, além dos aspectos abordados anteriormente, foi verificada a situação relativa às demais Normas Complementares à IN01/GSI/PR. Para complementar a análise da situação de segurança de informação e comunicações no âmbito do SISP, serão considerados os levantamentos sobre Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações - GRSIC, Gestão de Continuidade de Negócios, Controles de Acesso e Tratamento da Informação. Além disso, as análises se limitarão à situação geral dos órgãos do SISP.

O quadro a seguir apresenta a situação do alinhamento do processo de Gestão de Riscos à Norma Complementar nº 04/IN01/DSIC/GSIPR⁴⁸, de 2013. A ausência da gestão de riscos na área de TI, informada por 77% dos órgãos/entidades pesquisados, é um indício de que as ações de segurança não são executadas de maneira sintonizada com as necessidades do negócio dessas organizações. Isto porque, sem análise de riscos, não há como o gestor priorizar ações e investimentos com base em critérios claros e relacionados com o negócio da organização. O resultado pode ser desperdício, uso ineficaz de recursos, carência de ações prioritárias.

Gestão de Riscos - Alinhamento à NC04/IN01

Quadro Geral - 2014



Além disso, o desconhecimento dos riscos na área de TI aumenta a exposição às ameaças de acesso indevido, indisponibilidade e perda de integridade (intencional, como no caso das fraudes, ou por falhas) das informações sob responsabilidade dessas organizações.

48 A norma pode ser encontrada em http://dsic.planalto.gov.br/documentos/nc_04_grsic.pdf

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

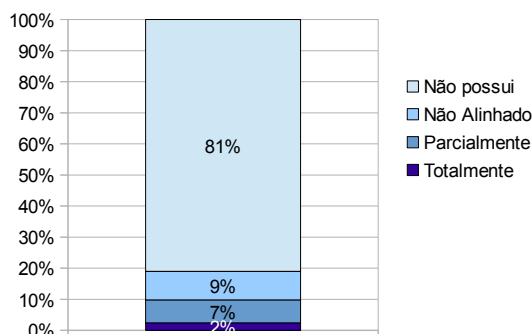
A implementação de GRSIC permite que a entidade estabeleça um conjunto de processos que visa a identificar e implementar as medidas de proteção necessárias para minimizar ou eliminar os riscos a que estão sujeitos os seus ativos de informação, e equilibrá-los com os custos operacionais e financeiros envolvidos.

Sem um processo de gestão de riscos, o órgão não terá subsídios para suportar o Sistema de Gestão de Segurança da Informação e Comunicações e a Gestão de Continuidade de Negócios.

O quadro a seguir apresenta a situação do processo de Gestão de Continuidade de Negócios, em conformidade com a Norma Complementar nº 06/IN01/DSIC/GSIPR⁴⁹, de 2009.

Gestão de Continuidade - Alinhamento à NC06/IN01

Quadro Geral - 2014



Alguns dos principais fatores motivadores para a existência de um processo de gestão de continuidade de negócios são:

- a) a necessidade de recuperar e garantir o fornecimento dos processos críticos de negócio;
- b) proteger a reputação da entidade;
- c) proteger os colaboradores; e
- d) cumprir com obrigações legais/regulatórias.

O gerenciamento da continuidade visa a suportar o processo de gerenciamento da continuidade do negócio com a garantia de que a infraestrutura técnica e de serviços sejam recuperadas dentro do prazo especificado e acordado com o cliente.

É de responsabilidade do gerenciamento da continuidade:

- a) após um desastre, fazer a avaliação do risco e impacto da perda dos serviços de TI;
- b) fazer a definição de tempo de restauração dos serviços;
- c) identificar serviços primordiais para o negócio para provimento de medidas de

49 A norma pode ser encontrada em http://dsic.planalto.gov.br/documentos/nc_6_gcn.pdf

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

prevenção adicionais;

d) fazer a definição de qual abordagem será tomada para a restauração dos serviços;

e) tomar medidas para prevenir e reduzir os efeitos do impacto de um desastre;

f) criar, manter e testar um plano de recuperação que seja bem detalhado para restaurar os serviços, no período definido, após um desastre.

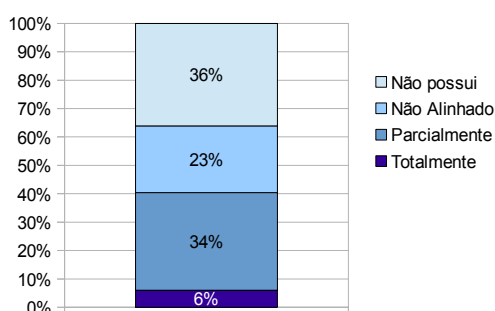
Por ser um processo que envolve riscos, procedimentos, conscientização, detalhes e ações proativas, é comum que seja um trabalho difícil para as organizações.

O processo de Gestão de Continuidade é adotado por 19% dos órgãos do SISP.

O quadro a seguir apresenta a situação dos processos de Controle de Acesso, em conformidade com a Norma Complementar nº 07/IN01/DSIC/GSIPR⁵⁰. De acordo com as respostas fornecidas, procedimentos para disciplinar o controle de acesso a recursos computacionais existem em 64% dos pesquisados. É provável que esse resultado seja uma consequência da necessidade de controle de acesso lógico em sistemas de informação e sistemas operacionais em geral, que induz a necessidade de definição de normativos de identificação e de senhas, bem como de direitos de acesso para cada usuário ou grupo de usuários. Adicionalmente, 34% dos órgãos declararam que seus processos de controle de acesso estão parcialmente alinhados à NC07/IN01 e 23% dos órgãos declararam que seus processos não estão alinhados à NC07/IN01.

Controle de Acesso - Alinhamento à NC07/IN01

Quadro Geral - 2014



A definição de normativos para controle de acesso é fundamental para sincronizar o controle de acesso às informações com as reais necessidades de acesso dos usuários, garantir o acesso mínimo e necessário a cada informação, isto é, que tenha acesso a uma informação quem realmente precisa dela, e que toda informação realmente necessária esteja disponível para acesso. A ausência da formalização de normativos e inobservância da NC07/IN01 é um indício de que o acesso não

50 A norma pode ser encontrada em http://dsic.planalto.gov.br/documentos/nc_07_revisao_01.pdf

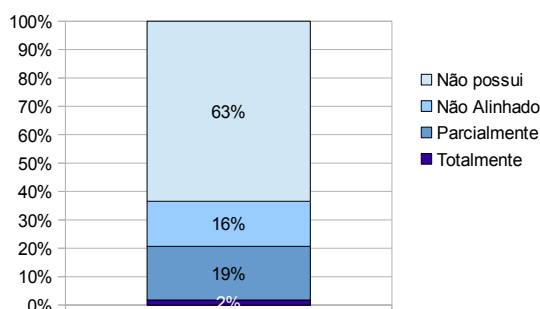
ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

está definido de forma criteriosa.

O quadro a seguir apresenta a situação dos processos de Tratamento da Informação em conformidade com a Norma Complementar nº 20/IN01/DSIC/GSIPR.

Tratamento da Informação - Alinhamento à NC20/IN01

Quadro Geral - 2014



63% dos órgãos/entidades declararam não possuir um processo de classificação das informações, 16% dos órgãos declararam possuir um processo não alinhado à NC20/IN01, 19% declararam possuir um processo parcialmente alinhado à norma e 2% dos órgãos declararam possuir um processo totalmente alinhado à norma. Esse é um processo caro e trabalhoso, que envolve muitas áreas da organização, e essa é uma possível causa para o percentual obtido.

A classificação das informações é um dos pilares da segurança da informação numa organização.

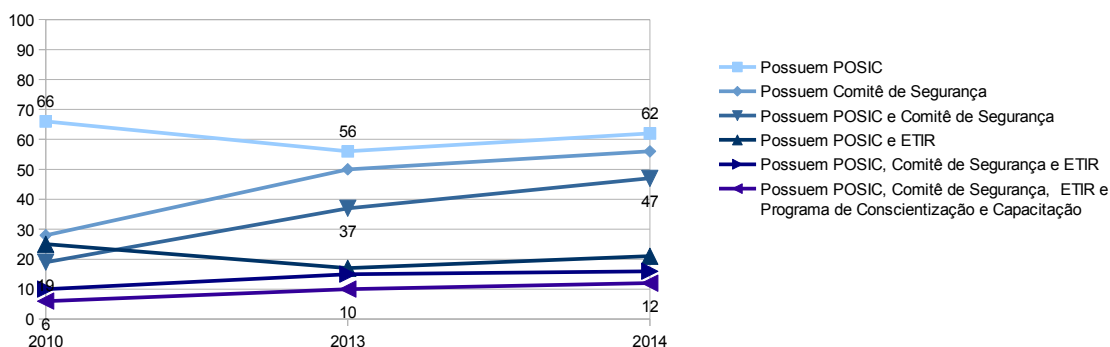
As respostas fornecidas pelos órgãos pesquisados às questões sobre o tratamento dado à segurança das informações sob sua responsabilidade indicam que é preciso mais atenção ao tema. Mais de 50% dos órgãos do SISP não possuem processos específicos para a grande maioria dos aspectos avaliados.

Conforme pode ser visto no quadro a seguir, considerando-se apenas a existência dos aspectos mais básicos, como existência de Comitê de Segurança, existência de POSIC, existência de ETIR e existência de um programa de conscientização e capacitação, percebe-se que, de 2010 a 2014, a evolução foi de 6 pontos percentuais, saindo de 6% em 2010 e chegando a 12% em 2014.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Comitê de SIC x POSIC x ETIR x Programa de Capacitação (%)

Quadro Geral - 2010-2014



Em função desse quadro, recomenda-se a realização de ações, em conjunto com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, com o objetivo de:

- disseminar a importância do gerenciamento da segurança da informação;
- orientar os órgãos do SISP a realizarem ações para a devida implantação dos processos de gerenciamento da segurança da informação;
- dar continuidade a elaboração da Metodologia de Gestão de Riscos, baseada na norma GSI nº 4;
- ampliar a oferta de ações de capacitação em segurança da informação para os órgãos do SISP.

Gestão de Projetos

Uma metodologia de apoio ao gerenciamento de projetos padroniza e unifica os processos de uma entidade e orienta o trabalho nas diferentes fases dentro do ciclo de vida do projeto. A adoção de uma metodologia requer o desenho dos processos e a capacitação daqueles que vão aplicá-los durante o ciclo de vida dos projetos.

O Acórdão 1233/2012-TCU faz as seguintes considerações sobre o assunto:

“9.2. recomendar, com fundamento na Lei 8.443/1992, art. 43, inciso I, c/c RITCU, art. 250, inciso III, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MP) que:

...

9.2.5. elabore um modelo de estrutura de gerenciamento de projetos para os entes sob sua jurisdição, observando as boas práticas sobre o tema (e.g., PMBoK; subitem II.6);

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

9.2.6. *estabeleça a obrigatoriedade de que os entes sob sua jurisdição formalizem um processo de gerenciamento de projetos para si, observando as boas práticas sobre o tema (e.g., PMBoK; subitem II.6);” (grifo nosso)*

Em resposta ao acórdão em questão, a SLTI, após estudo, constatou que não era o momento de normatizar o tema, mas, a fim de auxiliar os órgãos do SISP no processo de gerenciamento de seus projetos, tem realizado um conjunto de atividades, entre elas:

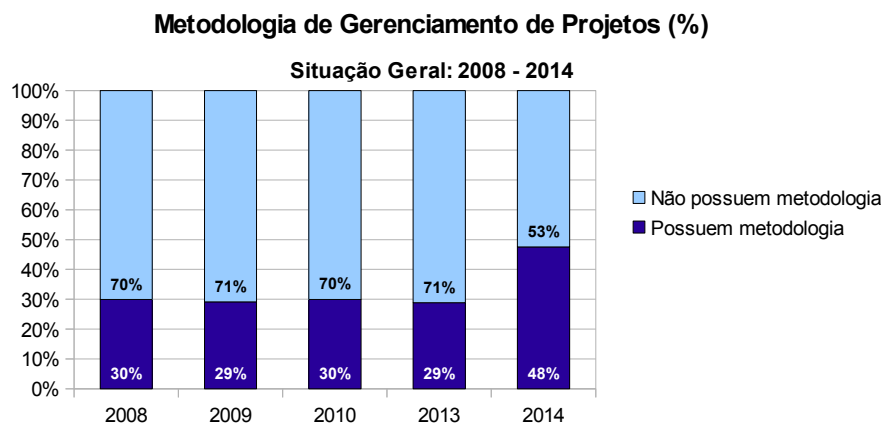
- a) publicação da Metodologia de Gerenciamento de Projetos do SISP – MGP-SISP⁵¹ em 2011;
- b) publicação da Metodologia de Gerenciamento de Portfólio de Projetos do SISP – MGPP-SISP⁵², em 2013;
- c) prestação do serviço de esclarecimento de dúvidas a respeito da utilização da MGP-SISP através da C3S; e
- d) elaboração de *workshops* e palestras sobre o assunto.

Na EGTI 2011-2012 foi definido o objetivo de aperfeiçoar a gestão de projetos de TI nos órgãos do SISP, estabelecendo-se como meta que 80% dos órgãos seccionais e 100% dos setoriais possuiriam processos formais de gestão de projetos em 2012.

Na EGTI 2013-2015 foi definido como objetivo adotar processos de trabalho e boas práticas de gestão relevantes e sensíveis à gestão de TI, tendo como uma de suas metas que o número de órgãos que adotam processos formais de gerenciamento de projetos baseados na MGP-SISP ou em outra metodologia fosse de 40 em 2013, chegando a 60 em 2015.

Na EGTIC 2014-2015 não foram definidas metas relativas à gestão de projetos.

O quadro a seguir apresenta os resultados do autodiagnóstico referentes à existência de metodologia de gerenciamento de projetos – MGP nos órgãos do SISP de 2008 a 2014.



51 O documento pode ser encontrado em http://www.sisp.gov.br/mgpsisp/wiki/download/file/MGP-SISP_Versao_1.0.pdf

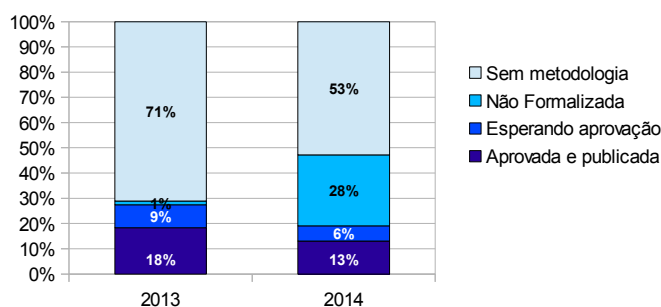
52 O documento pode ser encontrado em http://www.sisp.gov.br/mgpsisp/wiki/download/file/MGPP-SISP_Versao_1.0.pdf

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Mais de 50% dos órgãos não possuem uma metodologia de gerenciamento de projetos. Além disso, o índice de formalização da metodologia é de 13% dos órgãos – sendo que em mais da metade dos órgãos que possuem uma MGP (28% do total dos órgãos do SISP) esse documento não está formalizado, conforme pode ser visto no gráfico a seguir.

Metodologia de Gerenciamento de Projetos (%)

Situação Geral: 2013 - 2014



Segundo Dinsmore e Cabanis-Brewin (2009), entre as principais causas de dificuldades nos projetos estão⁵³:

- escopo mal definido ou mudanças constantes no escopo;
- prazos mal estimados durante a fase de planejamento;
- recursos humanos insuficientes ou sem qualificação necessária;
- atrasos na execução das atividades por falta de monitoramento e controle;
- atrasos nas entregas de fornecedores por falta de monitoramento e controle;
- baixa qualidade do produto final, sendo necessário novo esforço para adequá-lo às exigências dos demandantes; e
- riscos não previstos que se tornam realidade.

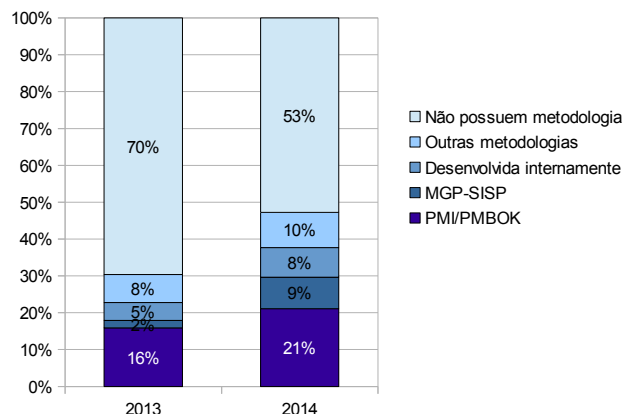
O quadro a seguir apresenta as principais metodologias de projetos utilizadas pelos órgãos do SISP, no qual verifica-se que a maioria dos órgãos que possuem uma MGP adota o modelo proposto no Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK), editado pelo *Project Management Institute* (PMI) – 21% dos órgãos, um aumento de 5 pontos percentuais em relação ao resultado obtido em 2013.

53 DINSMORE, Paul C., CABANIS-BREWING, Jeannette, Manual de Gerenciamento de Projetos. Brasport, Rio de Janeiro, 2009.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Metodologias de Base (%)

Quadro Geral - 2013-2014

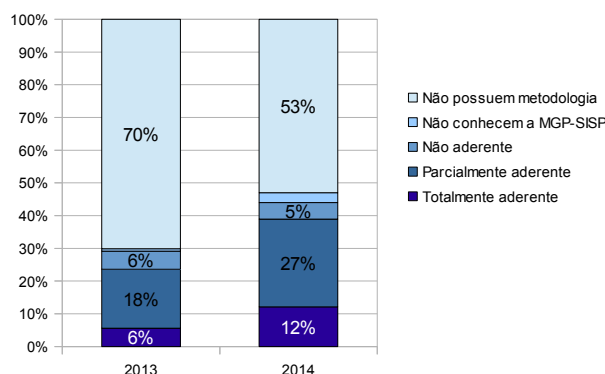


Tanto a MGP-SISP como metodologias desenvolvidas internamente estão presentes em praticamente o mesmo número de órgãos; no entanto, o percentual de adoção da MGP-SISP cresceu mais (7 pontos percentuais) do que o de metodologias desenvolvidas internamente (4 pontos percentuais). Entre os 10% de órgãos que adotam outras metodologias, 1 órgão informou adotar o PRINCE 2 e 7 órgãos informaram adotar metodologia ágil segundo o PMI.

Em função dessa distribuição de metodologias, verifica-se, no gráfico a seguir, que 12% dos órgãos declaram estar totalmente alinhados com a MGP-SISP, sendo que a grande maioria – 27% dos órgãos – está parcialmente alinhada com a MGP-SISP.

Metodologia de Gerenciamento de Projetos (%)

Quadro Geral: 2013 - 2014

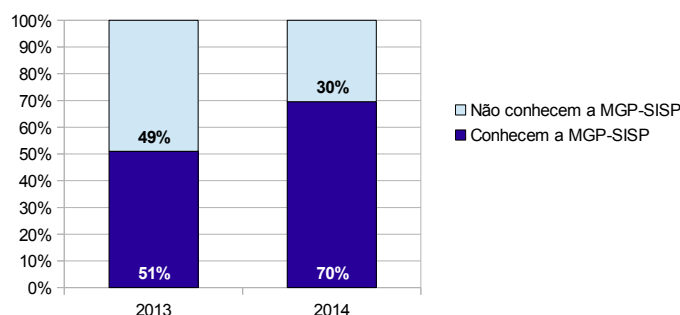


O quadro a seguir apresenta o percentual de órgãos que passaram a conhecer a MGP-SISP entre os anos de 2013 e 2014.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Metodologia de Gerenciamento de Projetos do SISP (%)

Quadro Geral: 2013 - 2014



Se, em 2013, 51% dos órgãos já conheciam a MGP-SISP, em 2014 esse percentual subiu para 70% dos órgãos. Esse aumento percentual é o mesmo relativo ao aumento de órgãos com uma metodologia de gerenciamento de projetos entre 2013 e 2014, ou seja, apesar de vários órgãos não terem adotado a MGP-SISP, ela provavelmente serviu de subsídio para que eles conseguissem instituir o processo. Dos 95 órgãos que declaram possuir uma MGP, 80 afirmam conhecer a MGP-SISP. No entanto, dos 105 que declaram não possuir uma MGP, apenas 50 afirmaram conhecer a MGP-SISP, um percentual abaixo dos 50%.

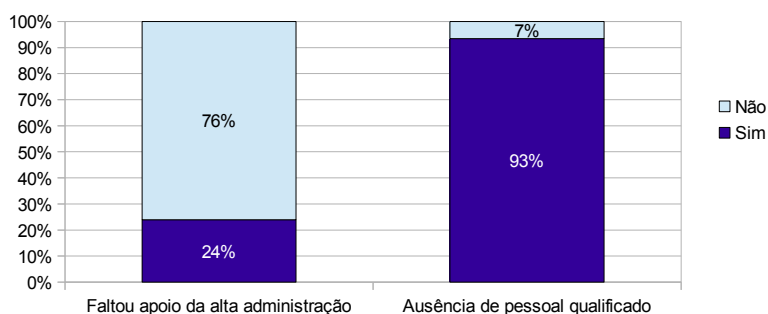
Foram feitas duas perguntas, que não eram mutuamente exclusivas, sobre as dificuldades na adoção de uma MGP:

- a) se faltou apoio da alta administração; e
- b) se faltou pessoal qualificado para realizar as tarefas de adoção da MGP.

Conforme pode ser visto no quadro a seguir, a falta de pessoal qualificado foi considerada a principal dificuldade por 93% dos órgãos sem uma MGP.

Dificuldades na adoção de MGP (%)

Quadro Geral - 2014

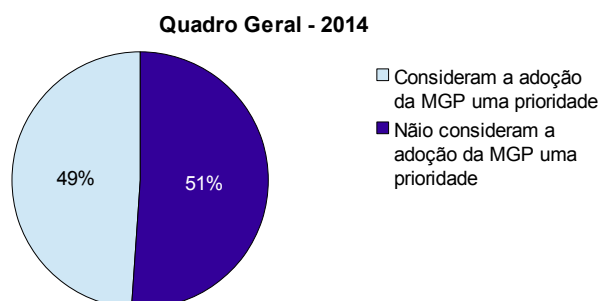


Também foi perguntado aos órgãos que responderam não possuir uma metodologia de gerenciamento de projetos se a adoção de uma MGP era uma prioridade. Pouco mais da metade

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

(51%) respondeu que a adoção de uma MGP não era uma prioridade do órgão, como pode ser visto no quadro a seguir.

Órgãos sem MGP - Priorização na adoção da MGP



Atualmente, não basta possuir excelência em gerenciamento de projetos isoladamente, pois é comum as organizações terem vários projetos em execução conjuntamente. Estas organizações acabam demonstrando, muitas vezes, a falta de controle, tanto de quantos projetos estão em desenvolvimento como do real benefício e necessidade/viabilidade de cada um deles.

Crawford (2001)⁵⁴ considera que a única maneira de visualizar como os projetos de uma organização estão sendo desempenhados é ter um centralizador, um ponto focal em projetos: o Escritório de Projetos - ou *Project Management Office* (PMO).

O Escritório de Projetos é uma unidade que possibilita incrementar a qualidade de condução dos projetos, através da estruturação e implantação de processos e métodos de gestão, simultaneamente com o acompanhamento dos projetos e o suporte efetivo às equipes na execução das funções de gestão, para que os projetos atinjam os objetivos requeridos pelos negócios. Ele tem como objetivo dar orientação e suporte que permita à organização identificar, selecionar, priorizar, executar e acompanhar seus programas/projetos da forma mais eficiente e eficaz possível.

Os principais benefícios a serem atingidos com a implementação do Escritório de Projetos são: propiciar o alinhamento dos projetos com as metas e objetivos organizacionais; reduzir os custos dos projetos pela diminuição do retrabalho; melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços gerados pelos projetos; cumprir prazos, custos e requisitos de negócio; e aumentar a satisfação dos clientes.

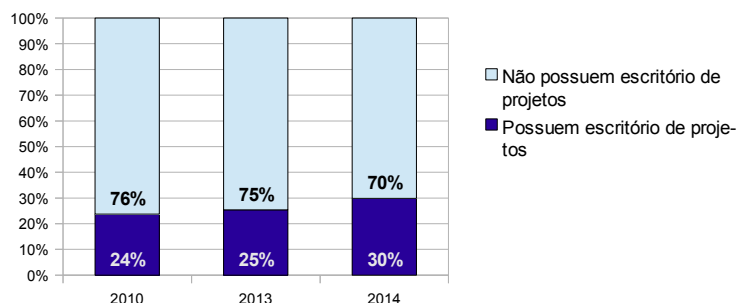
O quadro a seguir apresenta a situação da implantação de escritório de projetos nos órgãos do SISP.

⁵⁴ CRAWFORD, J. Kent. *The Strategic Project Office: a guide to improving organizational performance*. New York: Marcel Dekker, 2001.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Escritório de Projetos (%)

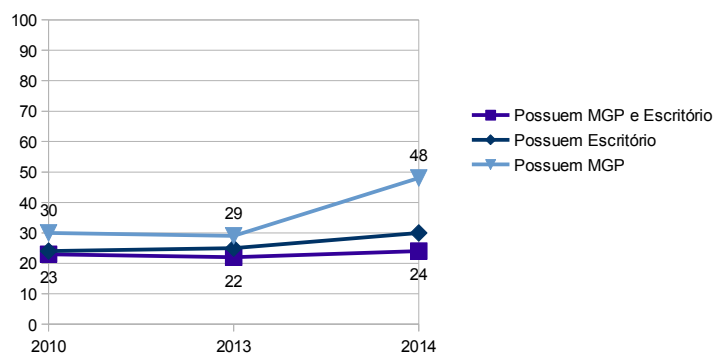
Situação Geral: 2010 - 2014



Nos últimos 4 anos, houve evolução nos indicadores (6 pontos percentuais), com 70% dos órgãos sem um Escritório de Projetos. De 2013 para 2014, houve uma evolução no percentual de órgãos com uma MGP adotada, mas manteve-se o percentual de órgãos que possuem tanto a MGP como um Escritório de Projetos implantados nos últimos 4 anos, como pode ser visto no quadro a seguir.

MGP x Escritório de Projetos (%)

Quadro Geral - 2010-2014

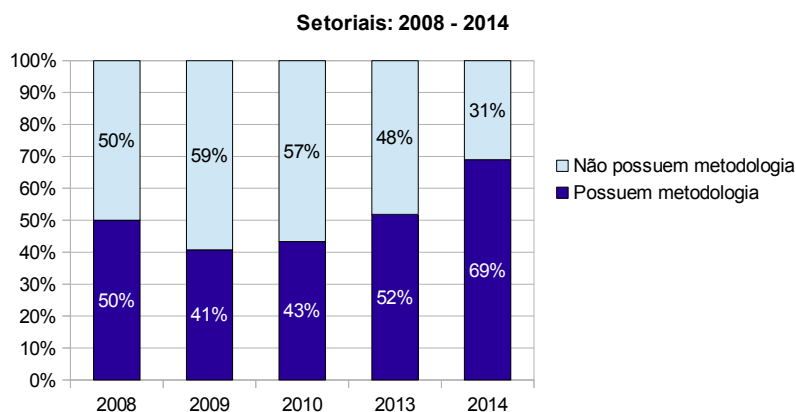


O quadro a seguir apresenta a existência de metodologia de gerenciamento de projetos apenas nos órgãos setoriais.

Quase 70% dos setoriais declaram possuir uma metodologia de gerenciamento de projetos, enquanto o resultado obtido no quadro geral do SISP é de 48% dos órgãos.

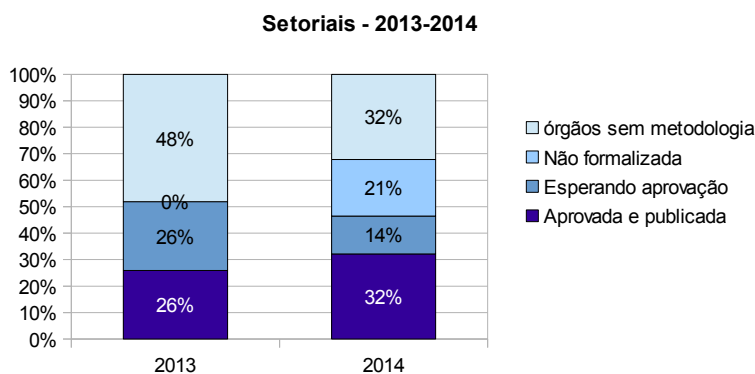
ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Metodologia de Gerenciamento de Projetos (%)



Em relação ao percentual de formalização da metodologia nos órgãos setoriais, houve redução percentual de órgãos nos quais a metodologia está aguardando aprovação, mas o índice de formalização aumentou em 6 pontos percentuais e se manteve acima do percentual obtido no quadro geral (32% nos órgãos setoriais contra apenas 13% no quadro geral), conforme pode ser visto no quadro a seguir.

Metodologia de Gerenciamento de Projetos - Formalização (%)

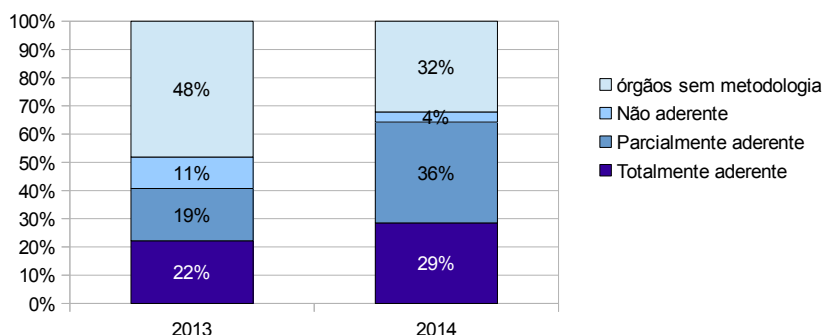


Em relação à Metodologia de Gerenciamento de Projetos do SISP – MGP-SISP, todos os órgãos setoriais informaram conhecer o documento, mesmo aqueles que não possuem uma metodologia de gerenciamento de projetos. Além disso, 29% dos órgãos setoriais estão totalmente alinhados à MGP-SISP e 36% estão parcialmente alinhados à MGP-SISP, conforme pode ser visto no quadro a seguir.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Aderência à MGP-SISP

Setoriais - 2013-2014

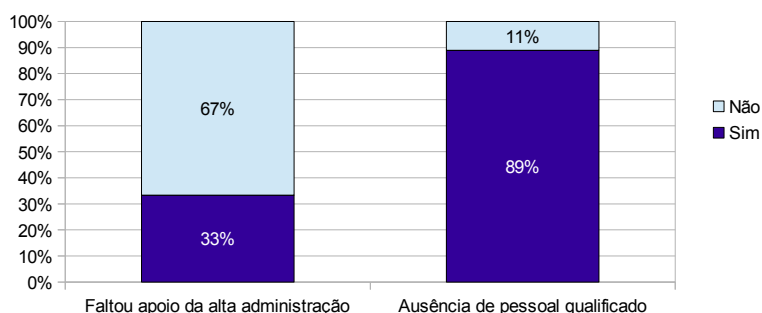


Verifica-se que, entre os órgãos setoriais, a MGP-SISP tornou-se um dos documentos de referência no processo de gestão de projetos, com um crescimento de 7 pontos percentuais de 2013 para 2014 de órgãos nos quais a metodologia está totalmente alinhada e de 17 pontos percentuais nos quais a metodologia está parcialmente alinhada, ou seja, uma melhoria de 24 pontos percentuais em relação a 2013. Parte dessa evolução se deu nos órgãos onde a metodologia de gerenciamento de projetos não estava aderente à MGP-SISP.

Em relação às dificuldades na adoção de uma MGP nos órgãos setoriais, os resultados foram semelhantes aos obtidos no quadro geral, com 89% dos órgãos sem MGP, considerando a falta de qualificação de pessoal como a principal dificuldade na adoção da MGP, conforme pode ser visto no quadro abaixo.

Dificuldades na adoção de uma MGP

Setoriais - 2014



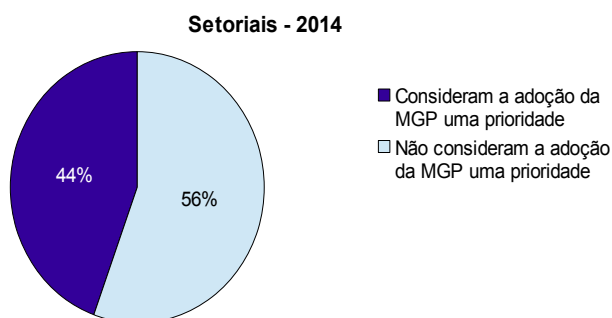
Da mesma forma, quando se consideram apenas os órgãos setoriais, o resultado foi basicamente o mesmo do quadro geral em relação a prioridade da adoção da MGP nos órgãos sem metodologia de gerenciamento de projetos.

Considerando os órgãos que não possuem MGP, tem-se que a maior parte deles não julgam

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

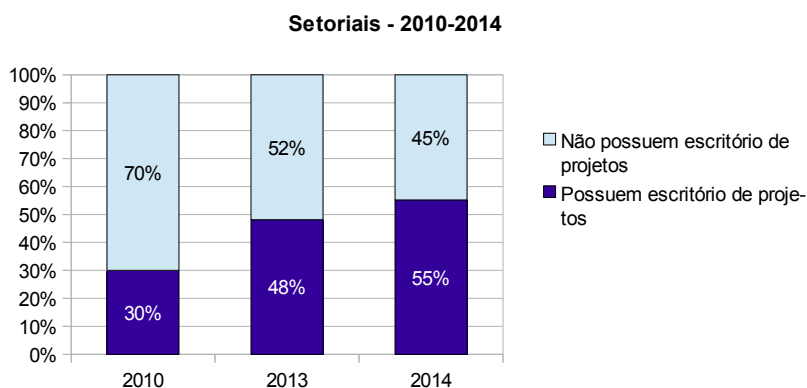
essa ação uma prioridade, conforme se observa no gráfico abaixo.

Órgãos sem MGP - Priorização na adoção de uma MGP



O quadro a seguir apresenta os resultados referentes à existência de Escritório de Projetos nos órgãos setoriais, no qual se verifica que, nos últimos 4 anos, houve uma evolução nos indicadores, com um aumento percentual de mais de 50% em relação a 2010 e de 7 pontos percentuais em relação a 2013, chegando-se a 55% dos órgãos com um Escritório de Projetos.

Escritório de Projetos (%)

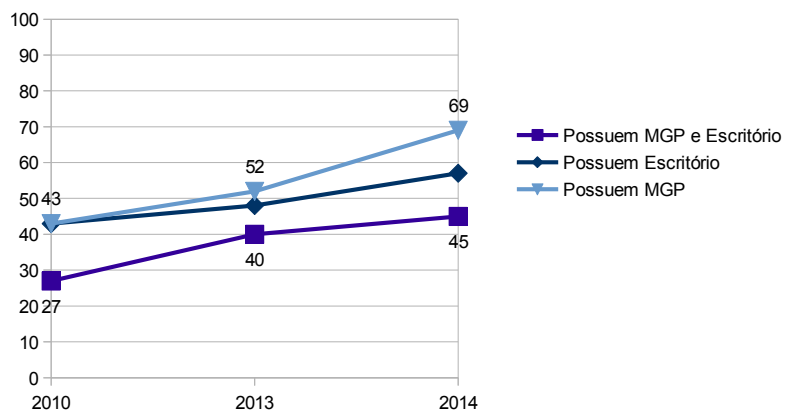


Para os órgãos setoriais, verifica-se uma evolução constante do total de órgãos que possuem tanto uma MGP como um Escritório de Projetos. Apesar do percentual de evolução do número de órgãos com MGP ser mais acentuado do que a do número de Escritório de Projetos, o quadro indica uma tendência positiva de amadurecimento da cultura da gestão de projetos nos órgãos setoriais, com 45% dos órgãos possuindo tanto uma MGP como um Escritório de Projetos implantado.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

MGP x Escritório de Projetos (%)

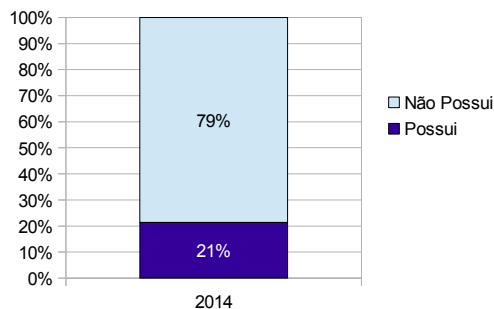
Setoriais - 2010-2014



O quadro a seguir apresenta os resultados referentes à existência de metodologia de gerenciamento de portfólio de projetos.

Metodologia de Gerenciamento de Portfólio

Quadro Geral - 2014

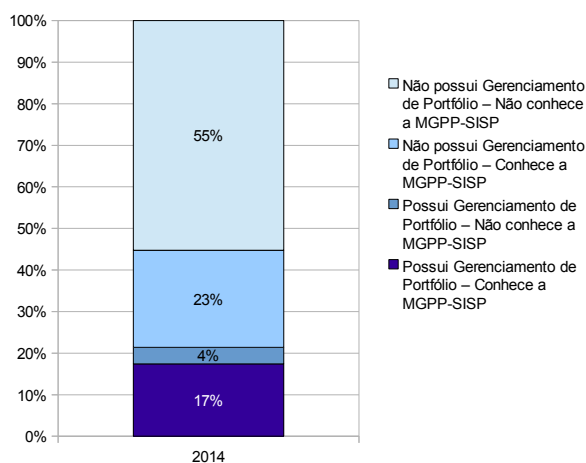


Verifica-se que quase 80% dos órgãos do SISP não possui uma metodologia de gerenciamento de portfólio de projetos. Além disso, como pode ser visto no quadro a seguir, 59% dos órgãos não conhecem a Metodologia de Gerenciamento de Portfólio de Projetos do SISP – MGPP-SISP (80% dos órgãos que possuem uma metodologia de gerenciamento de portfólio não conhecem a MGPP-SISP. Entre os órgãos que não possuem metodologia, 70% desconhecem a MGPP-SISP).

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Metodologia de Gerenciamento de Portfólio - MGPP-SISP (%)

Quadro geral - 2014



Assim, observa-se que será necessário adotar ações de divulgação da MGPP-SISP junto aos órgãos.

O atual cenário do SISP indica que há espaço para evolução na área de gerenciamento de projetos.

Ressalta-se que os números apurados mostram melhora no quadro de instituições que praticam gerenciamento de projetos, o que sugere tendência de mudança de comportamento nos órgãos do SISP.

Em função desse cenário, e em atenção ao Acórdão 1.233/2012-TCU-Plenário (itens 9.2.5, 9.11.6, 9.13.5 e 9.15.8), que recomendou aos órgãos governantes superiores a elaboração de um modelo de estrutura de gerenciamento de projetos para os órgãos e entidades sob sua jurisdição, observando as boas práticas sobre o tema, recomenda-se:

- disseminar a importância do gerenciamento de projetos, preferencialmente através de *workshops* sobre o assunto;
- articular com as escolas de governo e com os demais órgãos do SISP a oferta de programas de capacitação em gerenciamento de projetos baseados na MGP-SISP e na MGPP-SISP;
- revisar a MGP-SISP, projeto que está previsto para 2016.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Desenvolvimento de Sistemas de Informação

Em 2008, o TCU recomendou aos órgãos governantes superiores, em seu Acórdão 1603/2008, TCU - Plenário, no item 9.1.4 que “estimulem a adoção de metodologia de desenvolvimento de sistemas, procurando assegurar, nesse sentido, níveis razoáveis de padronização e bom grau de confiabilidade e segurança”. A expressão “metodologia de desenvolvimento de sistemas” foi substituída, a partir de 2008, por “processo de software” em consonância com as normas técnicas vigentes, em especial a ABNT NBR ISO/IEC 15.504.

O Acórdão 1.233/2012, TCU – Plenário, recomendou aos órgãos governantes superiores da Administração Pública Federal que elaborassem modelo de processo de software e **estabelecessem a obrigatoriedade de os entes sob sua jurisdição o formalizarem para si**, conforme itens transcritos a seguir:

“9.2.3 elabore um modelo de processo de software para os entes sob sua jurisdição, observando as boas práticas sobre o tema (e.g., NBR ISO/IEC 12.207 e 15.504, MPS.BR, CMMI; subitem II.5);

9.2.4 estabeleça a obrigatoriedade de que os entes sob sua jurisdição formalizem um processo de software para si, observando as boas práticas sobre o tema (e.g., NBR ISO/IEC 12.207 e 15.504, MPS.BR, CMMI; subitem II.5).”

Para responder às demandas desse quadro, a SLTI publicou, em 2012, o Guia do Processo de Software para o SISP – PSW-SISP⁵⁵, que aborda tanto as atividades ligadas ao desenvolvimento de software como as de planejamento dos recursos necessários para que o software tenha o ambiente necessário ao seu devido funcionamento.

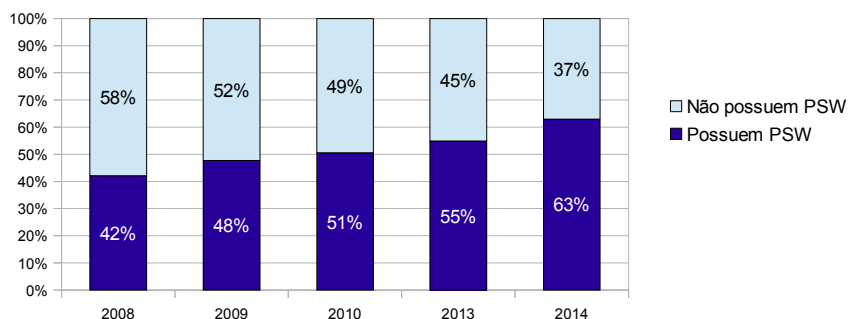
O quadro a seguir apresenta a evolução da situação do Processo de Desenvolvimento de Software de 2008 até 2014 nos órgãos do SISP.

55 O Guia do PSW-SISP pode encontrado em <http://www.sisp.gov.br/pswsisp/wiki/guiapswsisp>.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Processo de Desenvolvimento de Software

Situação Geral - 2008-2014

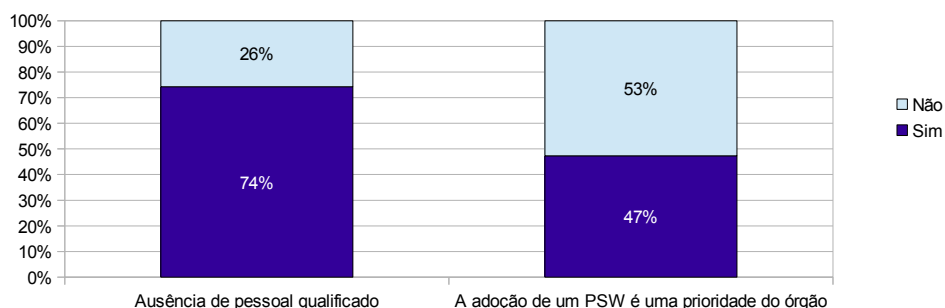


Conforme pode ser visto, houve uma evolução constante nos indicadores, sendo que, atualmente, mais de 60% dos órgãos do SISP possuem um processo de desenvolvimento de software. A ausência de metodologia, observada em 37% dos órgãos, aumenta o risco de que etapas mal conduzidas do processo produzam resultados inadequados para a organização.

Quando perguntou-se aos órgãos que informaram não adotar um PSW se havia ausência de pessoal qualificado para realizar as atividades de adoção de um PSW, 74% afirmaram que sim.

Órgãos sem PSW - Dificuldades encontradas

Quadro Geral - 2014

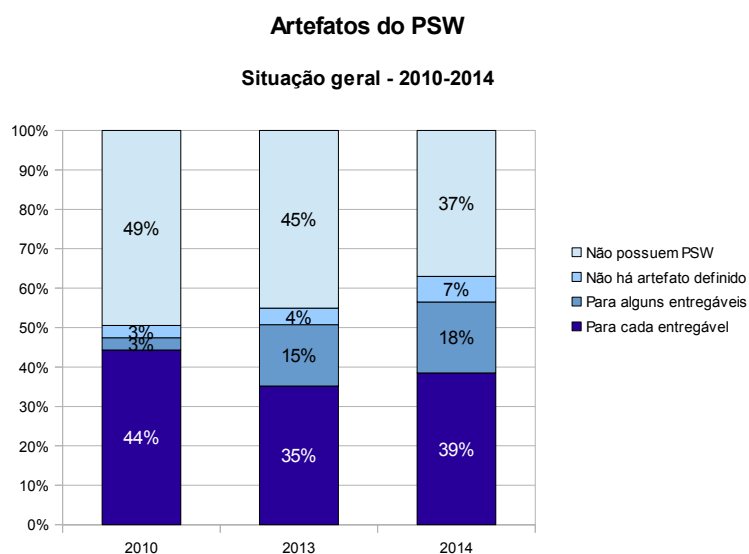


Outro fator que influencia na não adoção de um PSW é a falta de prioridade para 53%.

Quando se pergunta aos órgãos sobre os artefatos que devem ser produzidos, 39% afirmam que possuem artefatos definidos para todos os entregáveis. 18% dos órgãos afirmaram que há artefatos definidos para apenas alguns entregáveis e 7% não definiram artefatos para os entregáveis. Esses dados podem ser vistos no quadro a seguir. A redução do percentual de órgãos que afirmaram possuir artefatos definidos para todos os entregáveis ocorrida de 2010 para 2013 provavelmente se deve ao melhor entendimento do processo por parte dos gestores. O gráfico também permite perceber que os órgãos estão empenhados em formalizar o processo de software para depois se

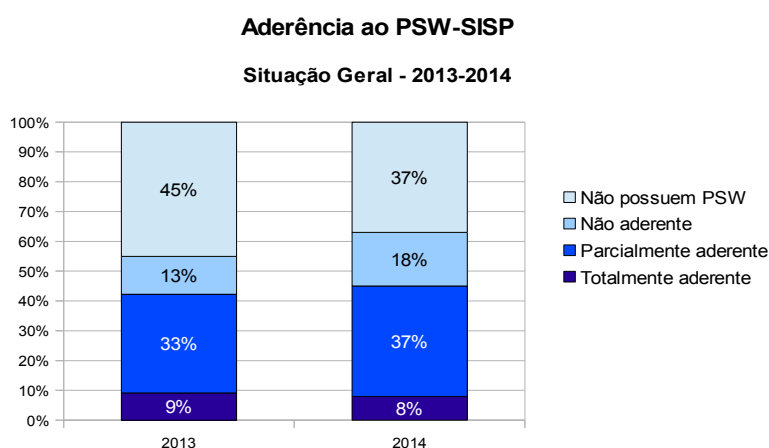
ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

concentrar na definição dos artefatos.



Cabe ressaltar o fato de que qualquer contratação deve ter seu objeto claramente definido⁵⁶, o que, no caso de o objeto ser desenvolvimento de software, passa pelo estabelecimento de atividades e artefatos presentes num processo de software definido.

O processo de software do SISP – PSW-SISP já se tornou uma das principais referências utilizadas pelos órgãos do SISP. Conforme pode ser visto no quadro a seguir, 45% dos órgãos estão aderentes ao PSW-SISP (37% estão parcialmente e 8% estão totalmente aderentes).



Conforme pode ser visto no quadro a seguir, 25% dos órgãos que não possuem um PSW afirmaram não conhecer o PSW-SISP. Esse percentual se manteve praticamente inalterado de 2013 para 2014. Já a redução do percentual do número de órgãos que não possuíam PSW, mas conheciam

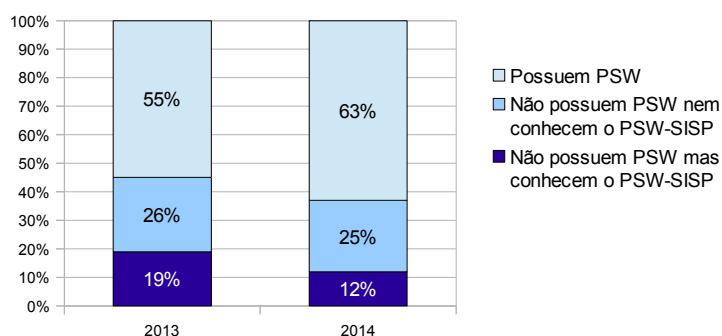
⁵⁶ Lei 8.666/1993, art. 6º, inciso IX.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

o PSW-SISP ocorreu em função da implantação do processo por diversos órgãos que se encontravam nessa situação em 2013. Dos 27 órgãos que informaram não possuir um PSW em 2013, mas que conheciam o PSW-SISP, 9 implantaram seus processos de software (um percentual de 33,3%). Isso mostra que o PSW-SISP já se tornou um instrumento para a melhoria da gestão da área de TI nos órgãos do SISP.

PSW x PSW-SISP

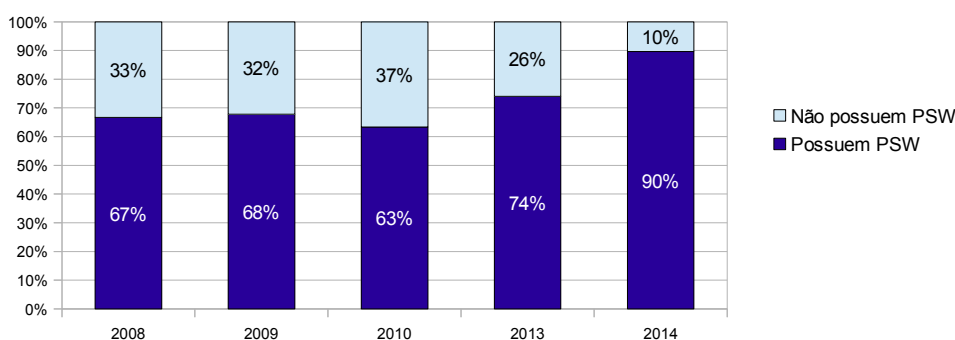
Situação geral - 2013-2014



Considerando-se apenas os órgãos setoriais, 90% dos órgãos informaram que possuem um Processo de Software implantado, conforme pode ser visto no quadro a seguir.

Processo de Desenvolvimento de Software - PSW

Setoriais - 2008-2014

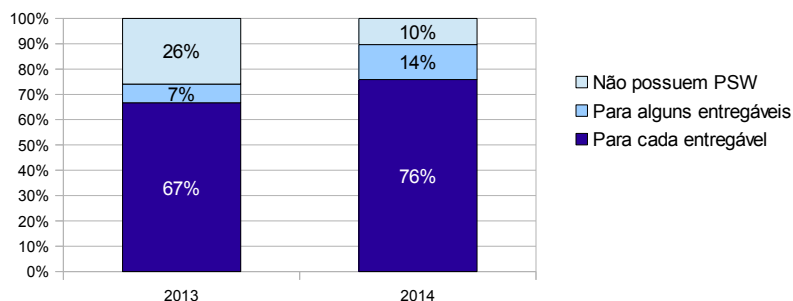


Além disso, 76% dos órgãos setoriais definiram artefatos para cada entregável do processo.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Artefatos definidos no PSW

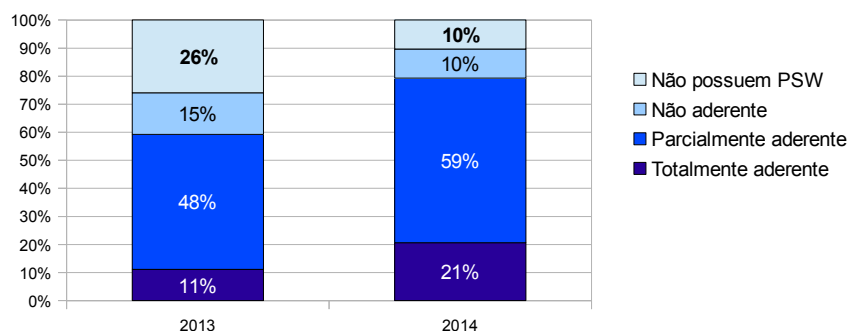
Setoriais - 2013-2014



Por fim, 80% estão aderentes (59% parcialmente e 21% totalmente) ao PSW-SISP, conforme pode ser visto a seguir.

Aderência ao PSW-SISP

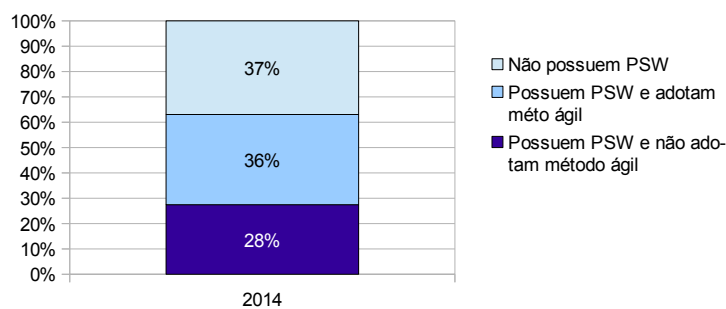
Setoriais - 2013-2014



O quadro a seguir apresenta a situação da adoção de método ágil pelos órgãos que possuem um processo de desenvolvimento de software.

PSW x Adoção de Método Ágil

Quadro Geral - 2014



Como pode ser visto, 43% dos órgãos que possuem um processo de desenvolvimento de

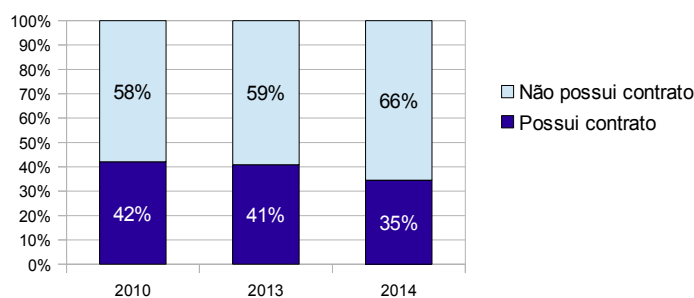
ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

software (28% do total de órgãos do SISP⁵⁷) não adotam um método ágil.

A terceirização de serviços de desenvolvimento de software é uma realidade em boa parte das organizações. Como pode ser visto no quadro a seguir, apesar de ter ocorrido uma redução nos percentuais de órgãos que estão contratando fábricas de software desde 2010, 35% dos órgãos do SISP possuem contrato de fábrica de software em andamento.

Contrato de Fábrica de Software

Situação geral - 2010-2014

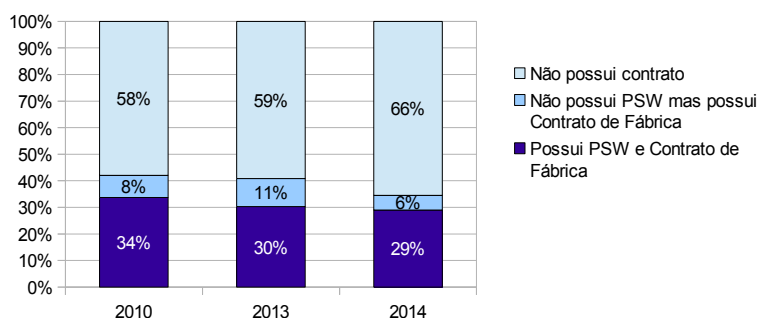


Mesmo que não se questione os benefícios dessa opção, não há dúvidas de que terceirizar o processo de desenvolvimento de software representa um risco para a organização, pois sem um processo de software definido não há uma formalização de como medir o serviço prestado ou garantir que não haverá perda de conhecimento ou que o resultado seja o esperado pela organização.

O quadro a seguir apresenta o cruzamento de informações entre os órgãos que possuem contrato de fábrica de software e também possuem um PSW definido.

Existência de PSW x Contrato de Fábrica de Software

Situação Geral - 2010-2014



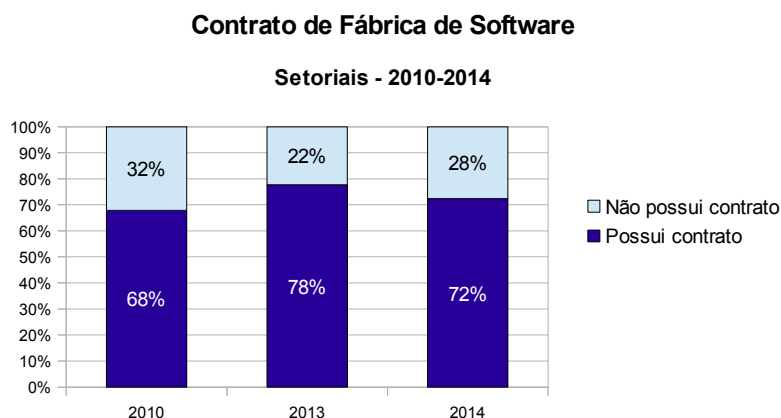
Conforme pode ser visto, apesar da redução ocorrida de 2013 para 2014, 11 órgãos do SISP

⁵⁷ O questionamento sobre a adoção de método ágil não foi feito aos órgãos que informaram não adotar um processo de desenvolvimento de software.

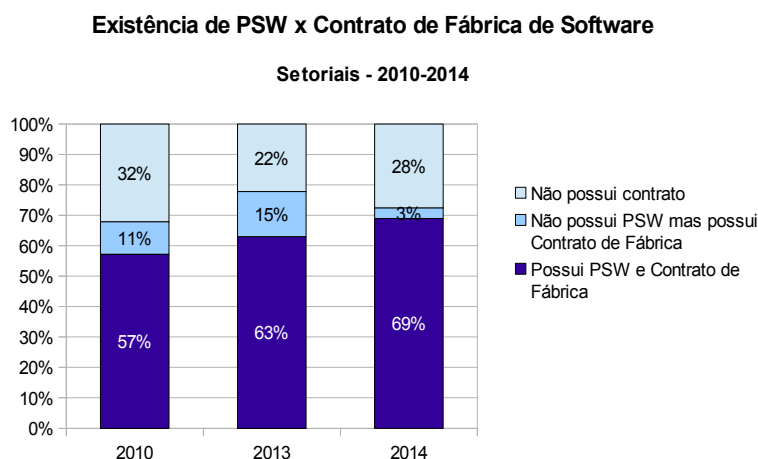
ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

(6% do total) possuem contrato de fábrica de software em andamento apesar de não possuírem um PSW definido.

Quando consideramos apenas os órgãos setoriais, verifica-se que os mesmos utilizam mais fábricas de software que o quadro geral do SISP. No quadro a seguir, verifica-se que 72% dos órgãos setoriais possuem contratos de fábrica de software.



Além dos órgãos setoriais utilizarem contratos de fábrica de software de forma mais intensa que os do quadro geral, apenas 1 dos órgãos setoriais (3% da amostra) que possui contrato de fábrica de software não possui um PSW definido, conforme pode ser visto no quadro a seguir.



A efetiva gestão dos sistemas de informação de um órgão depende, entre outros aspectos, da existência e atualização constante do catálogo de sistemas de informação.

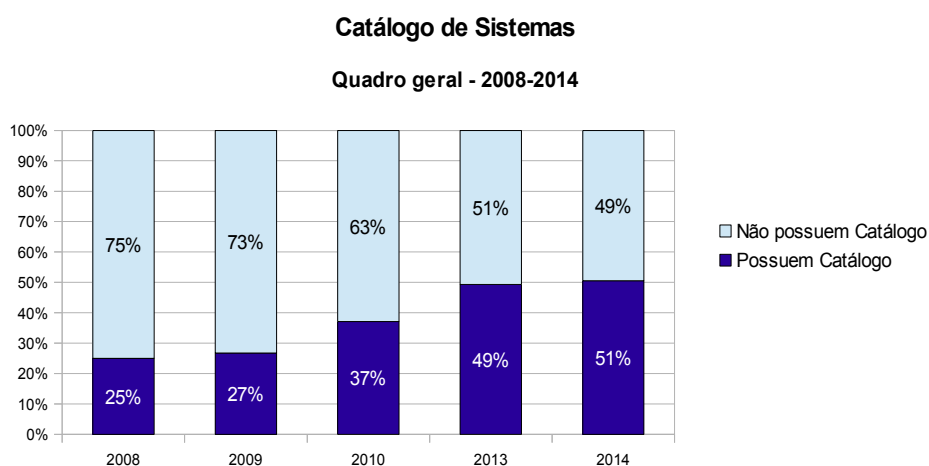
A SLTI, através da Portaria nº 33, de 1 de dezembro de 2010, em função do art. art. 11 da IN SLTI MP nº 4, de 2010, item II, alíneas a e b, que tratam da identificação similar de soluções de sistemas de informação utilizada por outros órgãos ou entidades da Administração Pública, instituiu

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

o Catálogo de Sistemas de Informação do SISP. A portaria definiu três fases específicas para o cadastramento dos dados sobre os sistemas informatizados dos órgãos:

- a) Na primeira fase de cadastramento, com data de conclusão em 10 de dezembro de 2010, seriam considerados os sistemas de finalidade administrativa (sistemas que atendam serviços administrativos gerais, como controle de frota, administração de almoxarifado, administração de patrimônio, administração de contratos, controle de portaria, controle de processos);
- b) Na segunda fase, com data de conclusão em 10 de março de 2011, seriam cadastrados os sistemas de informação que atendam a outras funções administrativas, orçamentárias, financeiras, de recursos humanos e gestão da tecnologia da informação; e
- c) Na terceira fase, com data de vencimento em 10 de junho de 2011, seriam cadastrados os sistemas de informação das áreas finalísticas.

Era de se esperar, portanto, que em função da Portaria nº 33/2010-SLTI que todos os órgãos já possuíssem seus Catálogos de Sistemas atualmente, uma vez que o cadastramento no Catálogo de Sistemas de Informação do SISP deveria ter se encerrado em 2011. No entanto, isso não ocorreu, conforme pode ser visto no quadro a seguir, que apresenta a situação da existência do catálogo de sistemas de informação nos órgãos do SISP.



Como se pode ver, apesar da evolução nos percentuais desde 2008, praticamente metade dos órgãos do SISP não possui um catálogo de sistema de informações. Sem esse instrumento, torna-se mais difícil garantir que a área de TI realmente conheça todos os sistemas em produção, a finalidade dos mesmos e a situação na qual esses sistemas se encontram. Além disso, 14 órgãos que

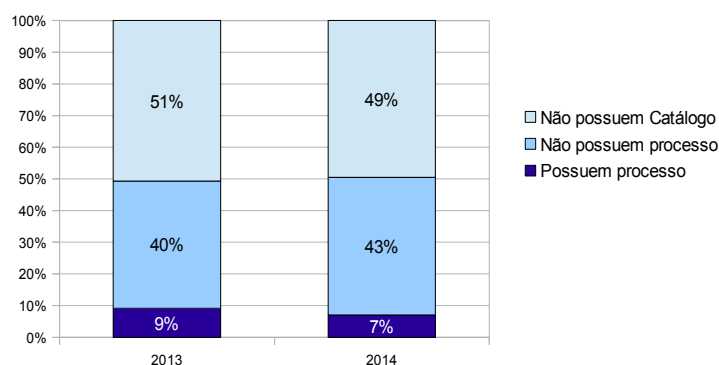
ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

informaram não possuir catálogo de sistemas possuíam contratos de fábrica de software; desses 14 órgãos, 4 também não possuíam um processo de software definido.

Por fim, 43% dos órgãos não possuem um processo formal de gestão de seus catálogos de sistemas – ou seja, 84% dos órgãos que possuem um catálogo de sistemas não possuem um processo de gestão desse catálogo – conforme pode ser visto no quadro a seguir.

Processo formal de gestão do catálogo de sistemas

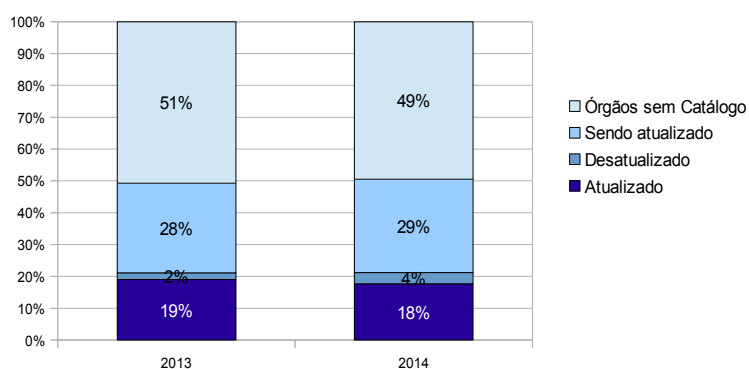
Quadro geral - 2013-2014



Apesar da maioria dos órgãos que possuem um catálogo de sistemas não possuir um processo de gestão do catálogo, percebe-se, pelos resultados obtidos, que quase todos têm trabalhado no sentido de manter o catálogo atualizado, conforme pode ser visto no quadro a seguir.

Situação do Catálogo de Sistemas

Quadro Geral - 2013-2014

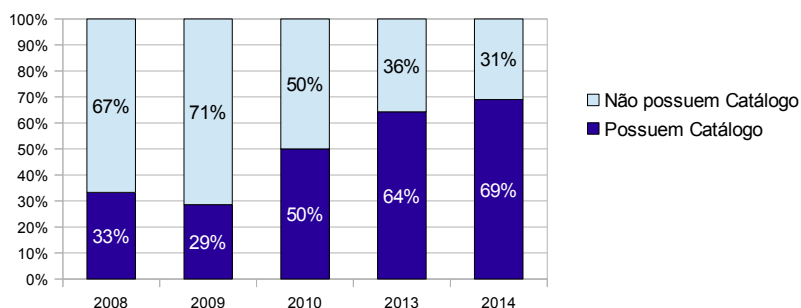


Quando consideramos apenas os órgãos setoriais, verifica-se que quase 70% dos órgãos possuem um catálogo de sistemas, conforme pode ser visto no quadro a seguir.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Catálogo de Sistemas

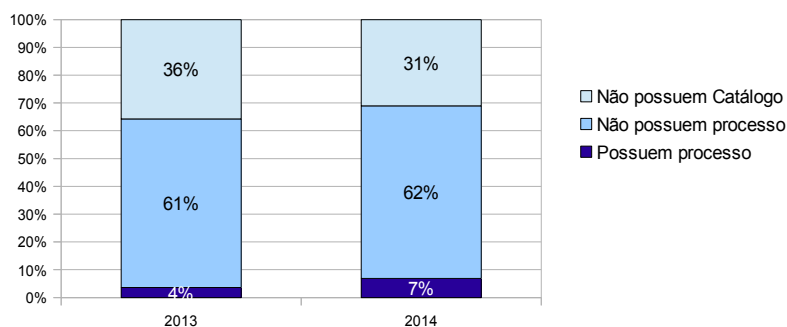
Setoriais - 2008-2014



No entanto, o percentual de órgãos que possuem um processo formal de gestão do catálogo dos setoriais não se altera em relação ao da situação geral, como pode ser visto no quadro a seguir.

Processo formal de gestão do catálogo de sistemas

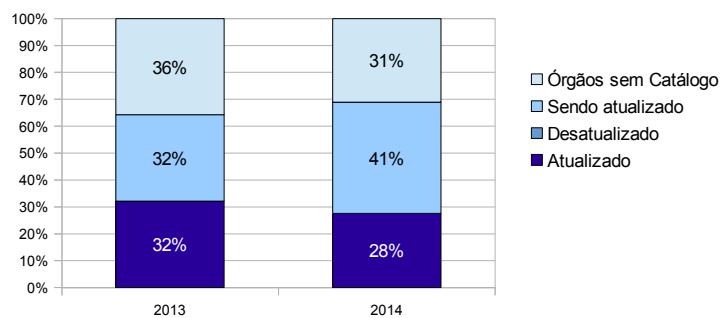
Setoriais - 2013-2014



Todos os órgãos que possuem o catálogo informaram que estão mantendo os mesmos atualizados, como pode ser visto no quadro a seguir.

Situação do Catálogo de Sistemas

Setoriais - 2013-2014



Em função da situação apresentada, recomenda-se desenvolver esforços no sentido de:

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

- a) disseminar a importância da existência de um processo de desenvolvimento de software, preferencialmente através de *workshops* sobre o assunto;
- b) orientar os órgãos do SISP a realizarem ações para a devida implantação dos processos de desenvolvimento de software;
- c) articular com as escolas de governo e com os demais órgãos do SISP a oferta de programas de capacitação em processo de desenvolvimento de software baseados no PSW-SISP;
- d) atualizar - ou desenvolver um novo - Catálogo de Sistemas de Informação do SISP, de forma que os órgãos do SISP possam utilizar essa ferramenta em substituição aos seus próprios catálogos de sistemas além de, também, cumprir os objetivos da Portaria nº 33/2010-SLTI.

Catálogo de Serviços

A gestão de serviços de TI objetiva garantir que os serviços sejam prestados em conformidade com as expectativas e necessidades da organização. Os processos de gestão de serviços, conforme definidos na NBR ISO/IEC 20000-2⁵⁸, compreendem diversos aspectos relacionados ao fornecimento dos serviços, tais como a organização de um catálogo de serviços de TI, o estabelecimento de acordos de níveis de serviço com as áreas de negócio, os mecanismos de monitoramento dos serviços e dos acordos pactuados.

O Catálogo de Serviços, conforme definido pelo ITIL, é um subconjunto do Portfólio de Serviços da Organização, que consiste de todos os serviços ativos e aprovados que podem ser oferecidos aos atuais e futuros clientes da organização.

Portanto, o catálogo de serviços é um documento que descreve, de forma organizada, os serviços prestados à organização pela área de TI. Deve conter a identificação do serviço, o estado do mesmo, a descrição do serviço em termos comuns (não tecnológicos) e outros atributos considerados importantes, bem como a disponibilidade e o tempo de reposição do mesmo em caso de incidente.

O principal papel do catálogo de serviços é o de ser um ponto central com informação

⁵⁸ Ressalte-se que o item 6.1.3.2 da ISO/IEC 20000-2:2008 recomenda que o provedor de serviços de TI defina e disponibilize todos os seus serviços em um catálogo, usando termos que estejam alinhados com a visão dos seus clientes e do negócio. Convém que esse catálogo seja compreensível para aqueles sem um entendimento técnico detalhado de TI, e que inclua informações relevantes para as áreas de negócio, como: nome do sistema ou do serviço existente, descrição, metas, pontos de contato, horas de serviço, de suporte e exceções, dependências entre serviços e seus componentes, acordos de níveis de serviço etc.

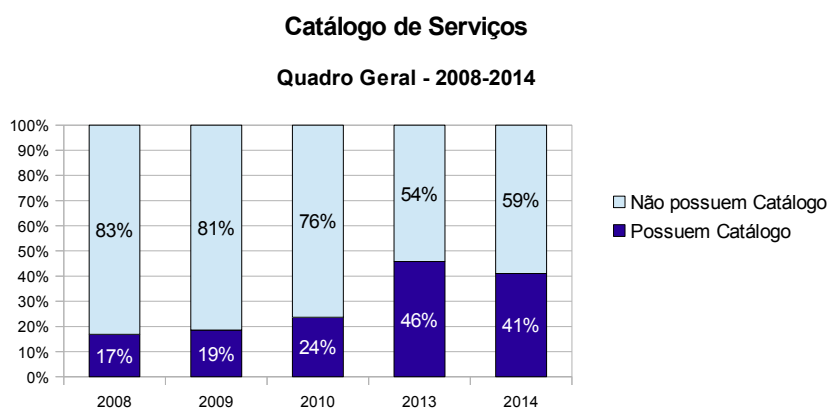
ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

atualizada dos serviços acordados.

Entre as vantagens da implantação do Catálogo de Serviços, entre outras, estão:

- a) definir os produtos que serão fornecidos, além da restrição de escopo, o que auxilia na implementação de melhorias no futuro, avaliando a possibilidade de um novo produto ser incluído posteriormente a um seu serviço;
- b) comunicar o escopo dos serviços, não deixando margem para mal entendidos tanto para os clientes como para os próprios profissionais da área de TI, que muitas vezes desconhecem vários dos serviços que a própria empresa oferece;
- c) definir responsabilidades, custos e recursos necessários;
- d) identificar as ferramentas de suporte;
- e) determinar os níveis de serviço aceitáveis para cada caso;
- f) identificar as métricas de serviço.

Na EGTI 2011-2012, em sua Meta 11: aprimorar o processo de gestão de serviços de TI, definiu-se como indicador o percentual de órgãos integrantes do SISP que possuem um catálogo de serviços e soluções de TI, sendo o valor previsto para 2012 de 50% do total dos órgãos do SISP e 75% dos órgãos setoriais. No entanto, conforme o quadro a seguir, as metas previstas não foram atingidas em 2014, apesar da melhoria dos percentuais em relação a 2010.



A redução de 5 pontos percentuais se deve, dentre outras coisas, ao fato de que 8 órgãos que responderam possuir catálogo de serviços em 2013 alteraram a resposta para “não possui catálogo de serviços” no último levantamento.

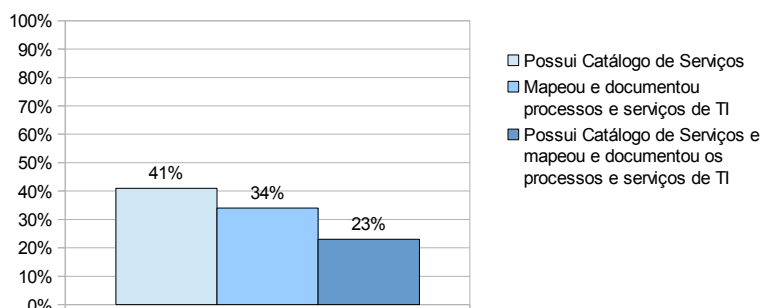
Apesar de 41% dos órgãos informarem que possuem um catálogo de serviços de TI, 34% dos órgãos afirmaram ter feito o mapeamento de processos e serviços de TI e 23% dos órgãos declararam ter feito o mapeamento de processos e serviços de TI e possuir um catálogo de serviços

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

de TI, conforme pode ser visto no quadro a seguir.

Catálogo de Serviços x Mapeamento de Processos e Serviços de TIC

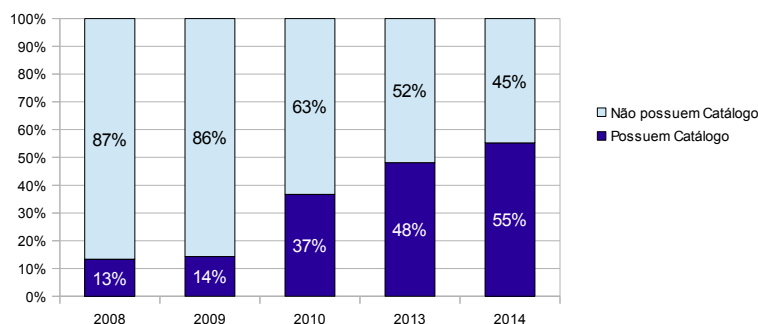
Situação Geral - 2014



Quando consideramos apenas os órgãos setoriais, observa-se o quadro a seguir, com 55% dos órgãos possuindo um catálogo de serviços.

Catálogo de Serviços

Setoriais - 2008-2014

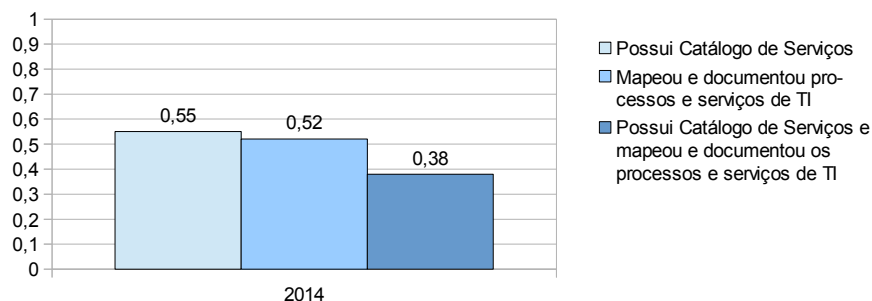


Apesar disso, os catálogos de serviços nos órgãos setoriais tendem a estar melhor fundamentados que os do quadro geral, uma vez que 38% dos órgãos setoriais que possuem um catálogo de serviços também realizaram o mapeamento dos processos e serviços de TI disponíveis (contra apenas 23% no quadro geral), conforme o quadro a seguir.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Catálogo de Serviços x Mapeamento de Processos e Serviços

Setoriais - 2014



A ausência de catálogo de serviços de TI dificulta a identificação, pelos usuários, dos serviços e soluções de TI fornecidos pela área de TI do órgão. Por esse motivo, o catálogo de serviços deve ser institucionalizado com o intuito de permitir o estabelecimento de uma visão clara e objetiva, do ponto de vista dos usuários, de quais serviços a TI oferece.

Ademais, a falta de normativos ou documentos que definam responsabilidades e procedimentos de identificação de Acordos de Níveis de Serviços entre as áreas clientes e a área de TI dificulta o estabelecimento de níveis de serviço para as soluções de TI que garantam o atendimento das necessidades do negócio, de acordo com as prioridades desse e dentro do orçamento estabelecido.

Em função desses resultados, recomenda-se que os órgãos do SISP instituem um processo de gestão de nível de serviço de TI, à semelhança, por exemplo, das orientações contidas no Cobit 5, processo APO09 – *Manage service agreements* (Gerenciar acordos de serviço – tradução livre) e na seção 6.1 da ABNT NBR ISO/IEC 20000-2:2008, prevendo:

- o mapeamento de processos e serviços de TI, com a consequente elaboração e publicação de um catálogo de serviços de TI (Cobit 5, APO09.02; item 6.1.3.2 da norma ABNT NBR ISO/IEC 20000-2);
- a avaliação da necessidade de estabelecimento de acordos formais de níveis de serviço entre as áreas de negócio e as áreas clientes de TI, além de diretrizes e normativos que definam responsabilidades e procedimentos para identificação e estabelecimento desses acordos, de forma a assegurar que níveis adequados de serviço sejam entregues para os clientes internos de acordo com as prioridades do negócio e dentro do orçamento estabelecido (Cobit 5, APO09.03; item 6.1.3.3 da norma ABNT NBR ISO/IEC 20000-2).

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Gestão de Pessoas

O sucesso das políticas e dos planos de TI, no sentido de garantir o alcance dos objetivos institucionais, depende tanto da tomada de decisões adequadas quanto da capacidade dos órgãos em gerir e utilizar corretamente seus recursos de TI. Assim sendo, a existência de um quadro de pessoal de TI em quantitativo adequado e com as competências necessárias para executar as diversas tarefas sob sua responsabilidade é uma prioridade de todas as organizações. Além disso, deve existir a preocupação em manter seus setores de TI com equipe de gestão própria, fator que contribui para a redução de rotatividade, internalização do conhecimento de negócio, aumento da aprendizagem organizacional e o amadurecimento da gestão de TI. Todos esses elementos interessam à governança de TI porque aumentam as possibilidades de agregação de valor pela TI e reduzem os riscos de falta de continuidade das atividades.

Sobre o assunto, cabe destacar a recomendação constante do item 9.1.2 do Acórdão 1.603/2008-TCU-Plenário aos órgãos governantes superiores:

*“9.1.2. atendem para a necessidade de dotar a estrutura de pessoal de TI do quantitativo de servidores efetivos necessário ao pleno desempenho das atribuições do setor, **garantindo, outrossim, sua capacitação**, como forma de evitar o risco de perda de conhecimento organizacional, pela atuação excessiva de colaboradores externos não comprometidos com a instituição.”*

Na mesma linha de entendimento, o TCU, por meio do Acórdão 1.233/2012, TCU - Plenário, expediu recomendação aos órgãos governantes superiores para que orientassem as instituições sob sua jurisdição a realizar avaliação quantitativa e qualitativa do pessoal do setor de TI, tendo em vista delimitar as necessidades de recursos humanos para a gestão da TI organizacional (itens 9.2.2, 9.11.2, 9.13.1 e 9.15.4).

A SLTI tem desenvolvido esforços no sentido de melhorar a gestão de recursos humanos de TI. Na EGTI 2010, constavam como projetos e ações propostas:

“Elaborar um plano de capacitação para os servidores da área de TI, indicando competências a serem desenvolvidas e o quantitativo de servidores que necessitam de capacitação”

“Aumentar o número de profissionais de TI nos órgãos do SISP”;

“Criar programa de formação de lideranças de TI”;

“Tornar a carreira de TI mais atrativa”;

Na EGTI 2011-2012, gestão de pessoas foi tratada como um tema, cujo objetivo era “Qualificar servidores e gestores para o melhor desempenho de suas atribuições, e aprimorar as

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

competências para novos desafios profissionais, seja no aspecto técnico ou gerencial”. Entre as metas previstas constavam:

“Meta 1: Fortalecer quadro de pessoal de TI nos órgãos integrantes do SISP.”

Meta 2: Reduzir a saída de servidores das unidades de TI dos órgãos integrantes do SISP.”

Meta 3: Aumentar o quantitativo de servidores de TI capacitados nos programas de treinamento do SISP”.

Na EGTIC 2013-2015, aprimorar a gestão de pessoas de TI continua sendo um dos objetivos estratégicos do SISP. Entre as iniciativas estratégicas constam:

“Ini. 1.1. Articular a criação da carreira de TI do SISP;

Ini. 1.2. Propor um modelo de estrutura organizacional e quadro de pessoal de TI;

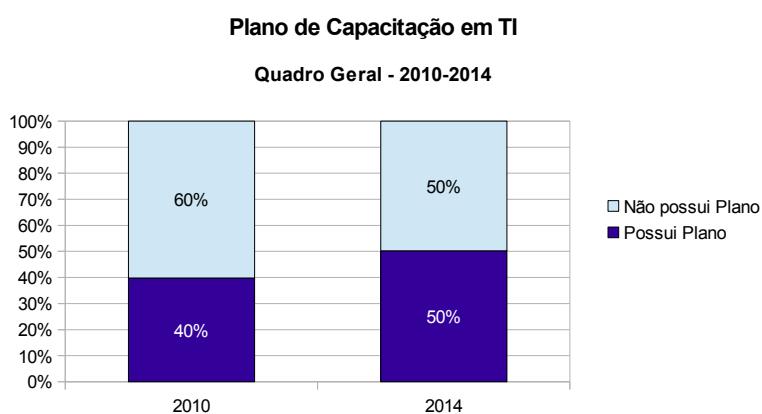
Ini. 1.3. Desenvolver ações para ampliação do quadro existente;

Ini. 1.4. Gerir competências relacionadas à TI; e

Ini. 1.5. Estabelecer formas efetivas para atuação dos ATI e GSISP alinhadas à estratégia do SISP”

Na EGTIC 2014-2015 definiu-se como meta alcançar 500 servidores capacitados em temas alinhados à EGTIC.

O quadro a seguir apresenta os resultados relativos à existência de Plano de Capacitação em TI nos anos de 2010 e 2014 nos órgãos do SISP.

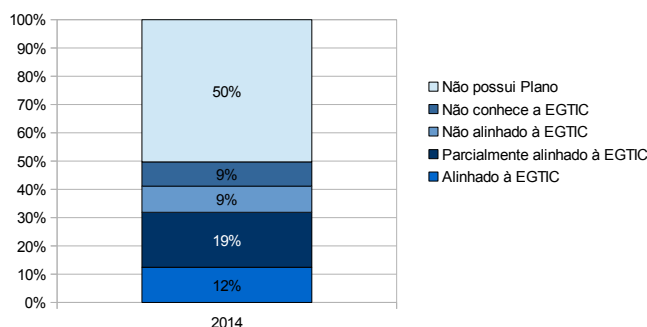


Conforme pode ser visto, mesmo com a evolução nos percentuais, metade dos órgãos do SISP não possui um plano de capacitação em TI. Dos 94 órgãos que informaram possuir um plano de capacitação em TI, 16 órgãos informaram que não conhecem a EGTIC e outros 16 informaram que seus planos não estão alinhados à EGTIC, conforme pode ser visto no quadro a seguir.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Plano de Capacitação x Alinhamento EGTIC

Quadro Geral - 2014



Foram feitas três perguntas aos órgãos que responderam que seus planos de capacitação não estavam alinhados à EGTIC ou estavam parcialmente alinhados:

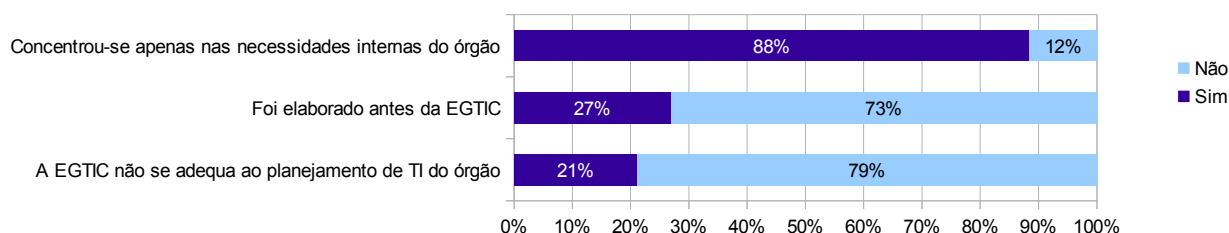
- a) se o plano não estava alinhado pois não se adequava ao planejamento de TI do órgão;
- b) se o plano não estava alinhado porque foi elaborado antes da EGTIC;
- c) se o plano não estava alinhado pois concentrou-se apenas nas necessidades internas do órgão.

Era possível ao órgão responder todas as perguntas de forma negativa ou positiva.

Conforme pode ser visto no gráfico a seguir, o principal motivo para o não alinhamento foi a concentração do planejamento de capacitação em TI apenas nas necessidades internas do órgão. Ressalta-se que 1 em cada 5 dos órgãos que responderam essa pergunta também informaram que a EGTIC não se adequava ao planejamento de TI do órgão.

Razões para não alinhamento entre Plano de Capacitação e EGTIC

Quadro Geral - 2014

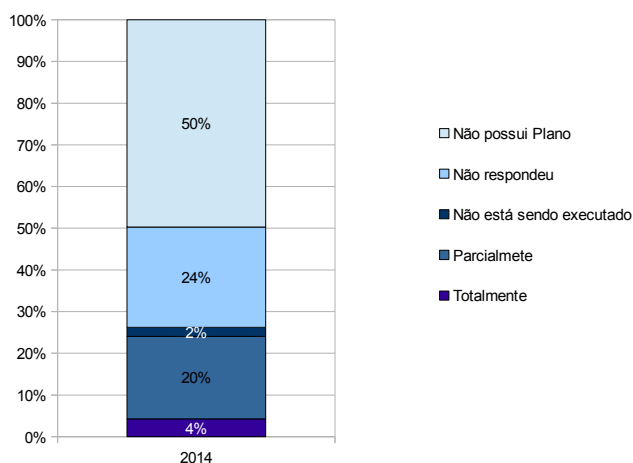


Em relação à execução do plano de capacitação em TI, foram obtidos os resultados apresentados no gráfico a seguir.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Execução do Plano de Capacitação em TI

Quadro Geral - 2014

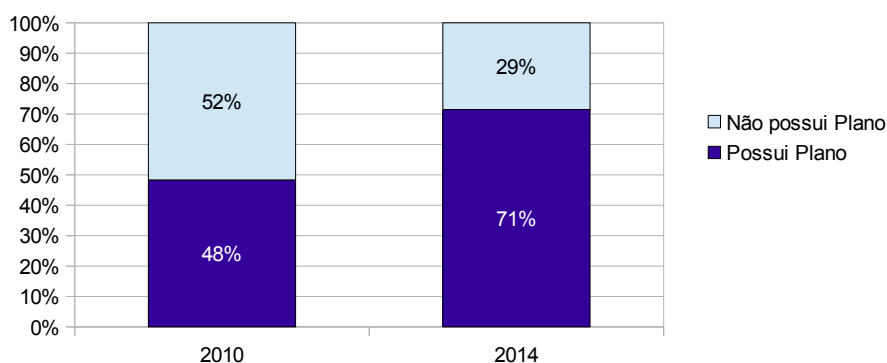


Como pode ser visto, em 2% dos órgãos (ou seja, 4% dos que responderam possuir um plano de capacitação em TI), o plano não está sendo executado. Além disso, 24% dos órgãos (48% dos que responderam possuir um plano de capacitação em TI) não informaram a situação da execução de seus planos. Portanto, é possível garantir que 24% dos órgãos do SISP estão executando - total ou parcialmente - seus planos de capacitação em TI.

Quando consideramos apenas os órgãos setoriais, conforme o quadro a seguir, verifica-se que 71% dos órgãos possuem um plano de capacitação em TI (contra os 50% do quadro geral).

Plano de Capacitação em TI

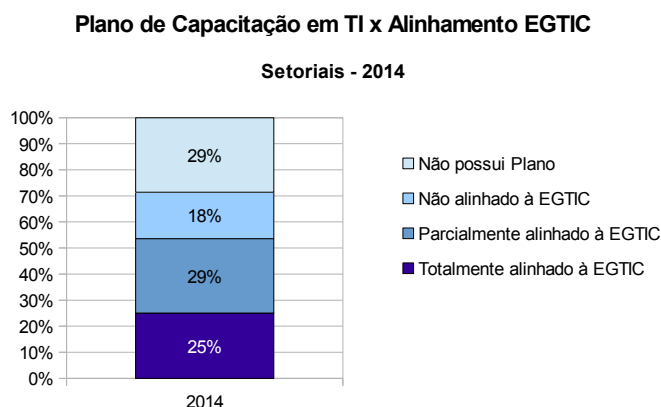
Setoriais - 2014



Além disso, 25% dos órgãos estão com seus planos de capacitação totalmente alinhados com a EGTIC (percentualmente mais que o dobro do quadro geral) e 29% estão com seus planos parcialmente alinhados à EGTIC. No entanto, o percentual de órgãos setoriais nos quais o plano não está alinhado com a EGTIC (18%) é o mesmo obtido no quadro geral para órgãos nos quais o plano

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

não está alinhado com a EGTIC e órgãos que desconhecem a EGTIC.



Não foi possível apurar os motivos pelos quais os órgãos setoriais não alinharam seus Planos de Capacitação à EGTIC, uma vez que, dos 13 órgãos que estariam aptos a responder esse questionamento, apenas 5 o fizeram, de forma que a amostra não é significativa para a obtenção de resultados válidos quanto a esse aspecto do levantamento.

Outro aspecto que tem sido fruto de esforços da SLTI nos últimos anos é o fortalecimento do quadro de pessoal de TI nos órgãos integrantes do SISP. Na EGTI 2011-2012, foi definida a seguinte meta:

“Meta 1: Fortalecer quadro de pessoal de TI nos órgãos integrantes do SISP” - percentual de órgãos integrantes do SISP que possuem quadro mínimo de pessoal de TI (para os órgãos setoriais, 50% em 2011 e 100% em 2012)”

Para atender a Meta 1, no plano de execução da EGTI 2011-2012 foi definida como iniciativa estratégica estabelecer uma metodologia que definisse variáveis e parâmetros para identificação de um quadro mínimo de pessoal para as unidades de TI. Tal iniciativa, que se encontra em andamento, com previsão para término em dezembro de 2015, é um dos projetos da EGTIC 2014-2015.

Determinar o número de ocupantes dos vários cargos e funções não é tarefa fácil. Com frequência, essa tarefa é realizada com base na percepção dos chefes, negociações com a administração da empresa e tentativas sucessivas com base em erros e acertos. Qualquer dessas alternativas apresenta resultados questionáveis, seja do ponto de vista da empresa, seja sob a ótica dos empregados.

Chiavenato (1999)⁵⁹ afirma que a atividade de determinar quantitativa e qualitativamente os recursos humanos necessários faz parte do planejamento estratégico de RH, que deve ser elaborado

59 CHIAVENATO, I. *Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

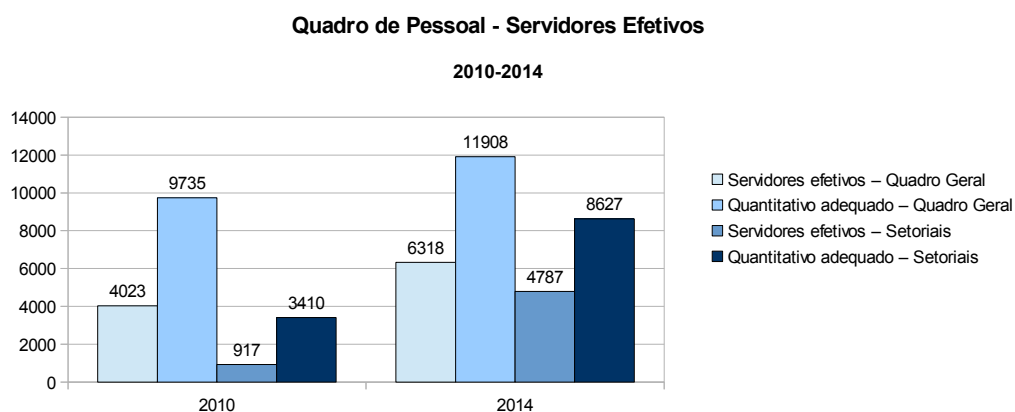
ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

em conjunto com o planejamento estratégico do órgão. De outra maneira, a organização passaria a contar com um planejamento dos recursos humanos completamente desvinculados de sua estratégia e que não estaria, assim, correspondendo aos objetivos da organização. Tal planejamento de pessoas é necessário para que as diversas áreas do órgão tenham os recursos humanos adequados para o trabalho a ser realizado.

Do ponto de vista da provisão de insumos humanos, o planejamento de pessoal leva em conta alguns fatores intervenientes como o volume de produção planejado pela organização, mudanças tecnológicas dentro da organização que alterem a produtividade do pessoal, condições de oferta e procura, comportamento da clientela e planejamento de carreiras dentro da organização.

Além disso, o planejamento de pessoal pode ser afetado por três variáveis que devem ser consideradas durante o planejamento como a rotatividade de pessoal, o índice de absenteísmo dos funcionários e mudanças nas necessidades de mão de obra, decorrentes de alterações nas políticas do órgão, em seus serviços e/ou em suas estratégias.

Pode-se concluir, portanto, que enquanto uma metodologia para determinar o quantitativo necessário de pessoal de TI não for publicada e devidamente divulgada, os órgãos do SISP estão impossibilitados (a menos que possuam metodologias próprias) de determinar se possuem o quadro de TI adequado às suas necessidades e, dessa forma, as respostas aos questionamentos sobre quantitativo estimado (adequado) de profissionais para a área de TI continuarão baseadas apenas na percepção pessoal dos responsáveis pelas áreas de TI, sem critérios específicos e sem vinculação com objetivos estratégicos e/ou resultados esperados. O quadro a seguir exemplifica essa questão.



Conforme pode ser visto, no autodiagnóstico de 2010, respondido por 99 órgãos, em relação ao item “Servidores efetivos na área de TI em 31/12/2010”, obteve-se como resultado um total de 4023 servidores nos órgãos integrantes do SISP, sendo que 917 desses servidores estavam nos

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

órgãos setoriais. Já para o item “Indique o quantitativo estimado (adequado) de profissionais para a área de TI em 2010”, obteve-se um total de 9735 servidores para os órgãos integrantes do SISP (ou seja, segundo os respondentes, haveria uma carência de 5712 servidores), sendo que os órgãos setoriais estavam solicitando 2493 novos servidores. Já no Levantamento Complementar de Gestão de Pessoas realizado em 2014 e respondido por 168 órgãos, verificou-se a existência de 6278 servidores efetivos nos órgãos integrantes do SISP (além de 178 servidores de contrato temporário, 133 comissionados sem vínculo com a APF e 3518 terceirizados), sendo 4747 servidores efetivos alocados nos órgãos setoriais.

Em relação às necessidades de pessoal, foi questionado no Levantamento Complementar o número de servidores que os órgãos necessitariam para cada uma das seguintes áreas:

- a) Gestão Estratégica de TIC (Planejamento, Normas, Projetos, Portfólio, Orçamento, Desenvolvimento de Pessoas em TI);
- b) Governança de TIC (Normas Setoriais, Análise de Negócio, Gestão de Risco, Monitoramento e Avaliação);
- c) Contratações de TIC (Planejamento, Gestão e Fiscalização de Contratos);
- d) Gestão da Infraestrutura e Serviços de TIC;
- e) Gestão e execução de atividades de Segurança de TIC;
- f) Gestão de Sistemas de Informação e Gestão de Processos de Software (Administração de Banco de Dados, Análise de Negócio, Levantamento de Requisitos, Medição de Sistemas, Sistemas, Qualidade de Software e testes);
- g) Gestão da Informação (Data Warehousing e Business Intelligence na Administração Pública Federal);
- h) Elaboração de Políticas Públicas de TIC (Normativos, Supervisão e Coordenação de Planos e Projetos transversais de TIC para o SISP).

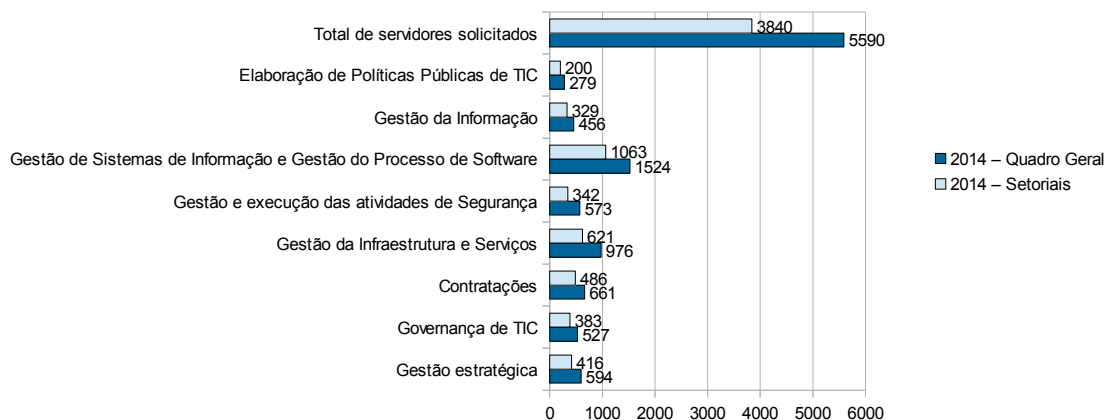
Como pode ser visto, tanto no quadro anterior como no quadro a seguir, os órgãos informaram uma necessidade de 5590 novos servidores⁶⁰, sendo 3840 para os setoriais.

⁶⁰ Sendo 1524 para atividades de Gestão de Sistemas de Informação e Gestão dos processos de software (que contempla atividades como Administração de Banco de Dados, Análise de Negócio, Levantamento de Requisitos, Medição de Sistemas, Sistemas, Qualidade de Software e testes)

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Necessidades por Área

Quadro Geral e Órgãos Setoriais - 2014



Adicionalmente, de acordo com o levantamento do TCU apresentado no acórdão nº 1.200/2014, TCU - Plenário, a **remuneração inferior à de outras carreiras de TI da APF** e a **ausência de cargo estruturado em carreira própria** são as principais causas apontadas como obstáculos tanto para a seleção quanto para a retenção de pessoal de TI, sendo que a principal razão para a elevada taxa de evasão dos ocupantes do cargo de ATI reside na baixa remuneração desse cargo quando comparada às remunerações de cargos públicos federais com atribuições de nível de complexidade semelhantes, entre eles os cargos de Analista de Planejamento e Orçamento (APO) e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), assim como aos de empregos da iniciativa privada com competências análogas.

Ante o quadro descrito, concluiu-se que existe a necessidade de reformular a política de pessoal de TI no SISP. Dessa forma, seria recomendável a realização de esforços no sentido de:

- Manter e priorizar o projeto que se encontra em andamento para elaboração de metodologia que defina variáveis e parâmetros para identificação de um quadro mínimo de pessoal para as unidades de TI do SISP;
- Disseminar a relevância de plano de capacitação para TI, alinhado às necessidades do órgão para possibilitar o desenvolvimento de competências dos servidores da área de TI;
- Manter e priorizar o projeto para elaboração da proposta de criação da carreira específica de TI.

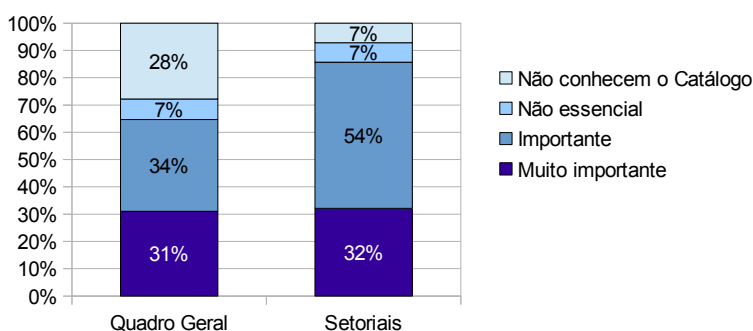
ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Serviços e Transparência de Informações à Sociedade

Foi perguntado aos órgãos do Sistema qual a importância que eles atribuíam ao Catálogo Central de Interoperabilidade para a disponibilização e consumo de dados entre sistemas. Conforme pode ser visto no quadro a seguir, 31% dos órgãos do sistema consideram o assunto muito importante e 34% consideram o assunto importante. Entre os setoriais, 32% consideram o Catálogo muito importante e 54% consideram o assunto importante. No entanto, 28% dos órgãos do Sistema não conhecem o Catálogo Central de Interoperabilidade (entre os setoriais, esse número é de 7%). Além disso, 7% dos órgãos do Sistema – mesmo percentual entre os setoriais – consideram o Catálogo não-essencial.

Importância do Catálogo Central de Interoperabilidade

Percepção dos Órgãos - 2014



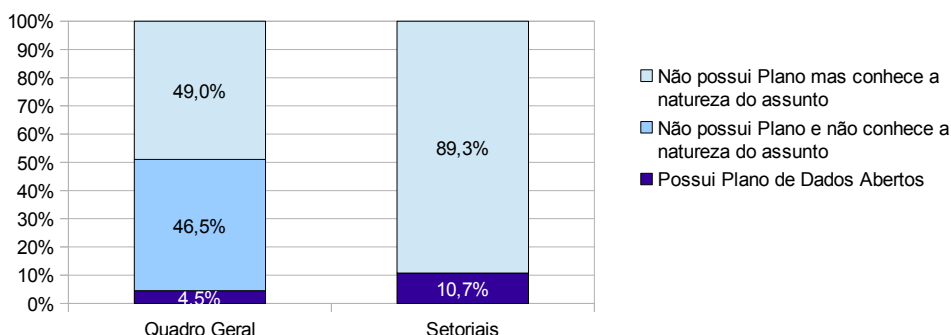
O quadro a seguir apresenta os resultados referentes à existência de um Plano de Dados Abertos nos órgãos do SISP. Como pode ser visto, 4,5 % dos órgãos do SISP possuem o referido Plano, sendo que 46,5% dos órgãos não possuem o Plano nem conhecem a natureza do assunto. Dos 9 órgãos que declararam possuir um Plano de Dados Abertos, 6 afirmaram ter utilizado o Manual para Elaboração de Plano de Dados Abertos.

Quando considerados apenas os órgãos setoriais, 11% declararam possuir Plano de Dados Abertos (contra 4,5% no quadro geral) e todos os que não possuíam Plano afirmaram conhecer o assunto (o quadro geral apresenta que 49% dos órgãos não conhecem o assunto). Além disso, todos os setoriais que informaram possuir Plano de Dados Abertos afirmaram ter utilizado o Manual para Elaboração de Plano de Dados Abertos na elaboração de seus Planos.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Política de Dados Abertos declarada em Plano de Dados Abertos

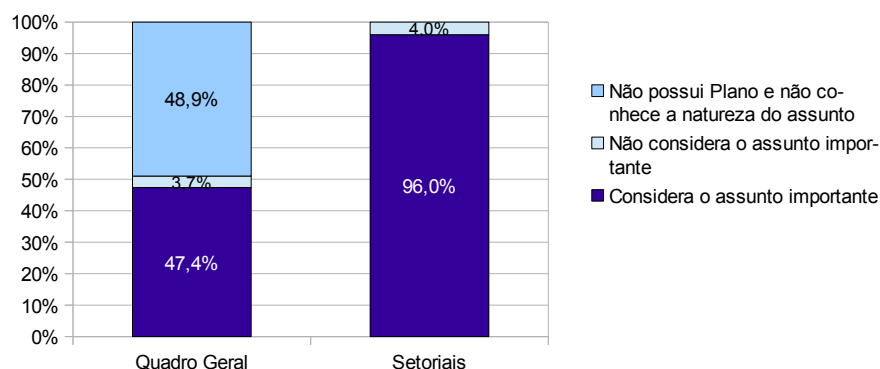
Quadro Geral - 2014



Considerando apenas os órgãos sem Plano de Dados Abertos, foi perguntado àqueles que conheciam a natureza do assunto se eles consideravam o assunto importante. Como pode ser visto no quadro a seguir, 49% dos órgãos sem Plano de Dados Abertos não conhecem o assunto e 4% dos órgãos sem Plano de dados Abertos não consideram o assunto importante.

Importância do assunto para os órgãos sem Plano de Dados Abertos

Quadro Geral x Setoriais - 2014

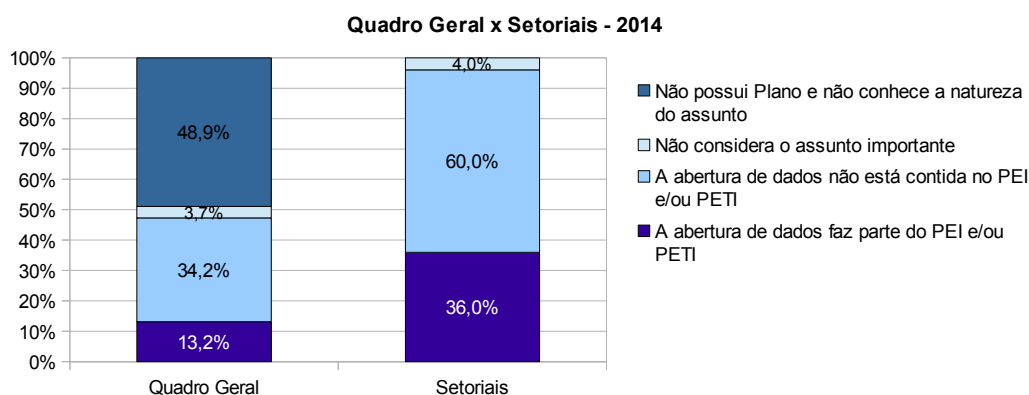


Entre os setoriais, 96% dos órgãos sem Plano de Dados Abertos consideram o assunto importante, e o percentual dos que não consideram o assunto importante é praticamente o mesmo do quadro geral (aproximadamente 4%).

Apesar de 47,4% dos órgãos sem Plano de Dados Abertos considerarem o assunto importante, ele é tratado no planejamento estratégico do órgão ou no planejamento da área de TI em 13,2% dos órgãos do SISP (ou seja, 27,8% dos órgãos sem Plano de Dados Abertos e que consideram o assunto importante), conforme pode ser visto no gráfico a seguir.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Órgão sem Plano de Dados Abertos Tratamento do assunto no PEI e/ou PETI

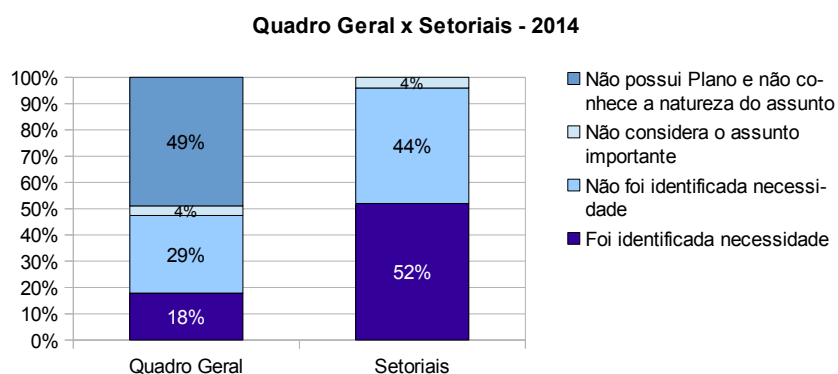


Portanto, menos de um terço dos órgãos que consideravam uma política de abertura de dados importante tratam desse assunto em seus Planejamentos Estratégicos Institucionais - PEI ou de TI, o que significa dizer que a importância da abertura de dados declarada pelos órgãos não se concretizou como parte da estratégia dos mesmos⁶¹.

Considerando apenas os órgãos setoriais, verifica-se que para 96% dos setoriais sem Plano de Dados Abertos, o assunto foi tratado no PEI e/ou Planejamento de TI de 36% dos órgãos.

Foi questionado aos órgãos que não possuíam política de abertura de dados, mas que conheciam o assunto, se foi identificada alguma necessidade de dados abertos. Os resultados são apresentados no quadro a seguir.

Órgãos sem Plano de Dados Abertos onde foi identificada alguma necessidade referente ao assunto



Em 18% dos órgãos do SISP foi identificada alguma necessidade relativa ao assunto. Em 29% dos órgãos do SISP (ou seja, 62% dos órgãos que consideram o assunto importante) não foi

⁶¹ Outra questão levantada foi se os órgãos sem um Plano de Dados Abertos mas que consideravam o assunto importante já estavam desenvolvendo os seus planos. 8,9% dos órgãos informaram que estavam desenvolvendo seus Planos.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

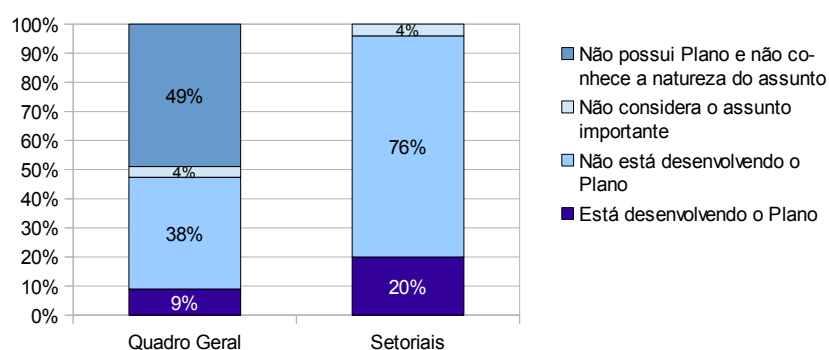
identificada necessidade referente ao tema. Considerando apenas os órgãos setoriais, 52% dos órgãos sem Plano de Dados Abertos identificaram alguma necessidade relativa ao assunto.

O percentual de órgãos nos quais foi identificada a existência de necessidades de dados abertos parece estar relacionado com o percentual de órgãos que consideram o assunto importante e tratam do mesmo no seu planejamento estratégico institucional ou de TI – 34 órgãos responderam que identificaram alguma necessidade referente ao assunto e, desse total, 13 tratam do mesmo no planejamento estratégico e/ou de TI⁶².

Conforme o quadro a seguir, 9% dos órgãos sem Plano de Dados Abertos estão desenvolvendo seus planos. Considerando apenas os órgãos setoriais, esse percentual sobe para 20%, o que indica que nos órgãos setoriais, assim como ocorreu no quadro geral, a importância declarada do assunto não se traduziu no devido planejamento do mesmo.

Órgãos sem Plano de Dados Abertos que estão desenvolvendo o Plano

Quadro Geral x Setoriais - 2014



O fato da maioria dos órgãos não identificar necessidades referentes a abertura de dados, além do assunto não ser tratado no PEI e/ou de Planejamento de TI, relaciona-se com o índice de órgãos que estão desenvolvendo seus Planos de Dados Abertos. Dos 13 órgãos que tratam do assunto em seus Planejamentos Estratégicos e que identificaram alguma necessidade de abertura de dados, 6 estão desenvolvendo seus Planos.

Em relação ao Manual para Elaboração do Plano de Dados Abertos, 7% dos órgãos sem Plano de Dados Abertos (13,7% dos órgãos sem Plano que conhecem a natureza do assunto) conhecem o Manual, conforme pode ser visto no gráfico a seguir.

Perguntou-se aos órgãos sem um Plano de Dados Abertos, mas que conheciam a natureza do assunto, se os mesmos haviam deixado de publicar dados abertos pela falta do Plano de Dados

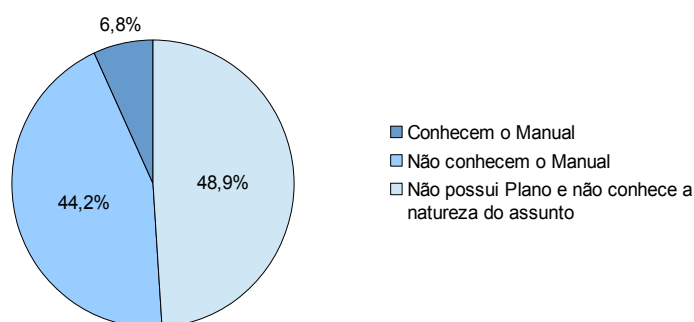
62 11 órgãos que não identificaram necessidades referentes à abertura de dados afirmaram tratar do mesmo em seus planejamentos.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Abertos. Conforme pode ser visto no quadro a seguir, 16% dos órgãos informaram que a falta do plano foi um fator que levou o órgão a não publicar dados abertos. 35% dos órgãos informaram que a falta do Plano não teve influência nesse aspecto, ou seja, para cada órgão que afirmou que a falta de Plano de Dados Abertos foi um fator impeditivo na publicação de dados abertos, dois órgãos afirmaram que a falta do Plano não teve influência.

Órgãos sem Plano x Manual para Elaboração de Plano de Dados Abertos

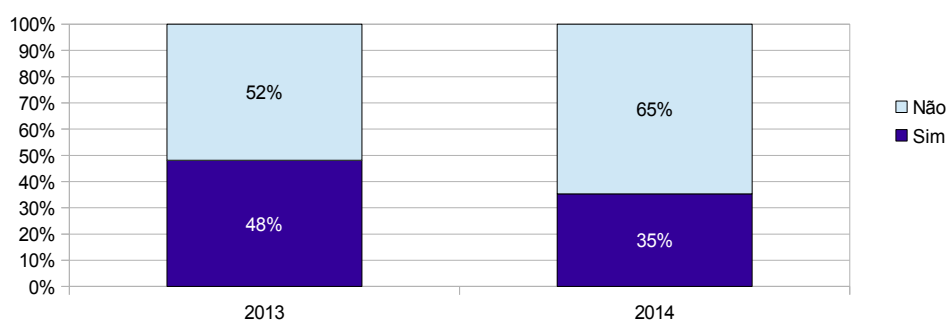
Quadro Geral - 2014



Conforme pode ser visto no quadro a seguir, quando se questionou os órgãos do SISP a respeito da previsão do uso de dados abertos nos novos sistemas/soluções de software, verificou-se que menos de 50% faziam essa previsão.

O órgão prevê dados abertos como parte dos novos sistemas/soluções de software

Quadro Geral - 2013-2014



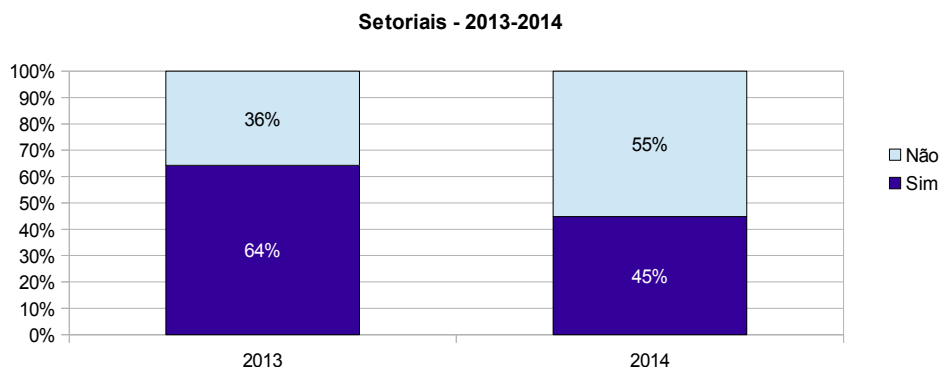
Em termos percentuais houve, inclusive, uma redução de 48% para 35%. Essa redução se deve, principalmente, ao fato de que 27 órgãos que responderam que já faziam previsão de uso de dados abertos nos novos sistemas/soluções de software em 2013 alteraram a resposta em 2014, informando, agora, que não fazem mais esse tipo de previsão, sendo que apenas 10 órgãos que responderam que não faziam a previsão em 2013 afirmaram, em 2014, que passaram a fazer

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

previsão do uso de dados abertos nos novos sistemas em 2014.

Em relação à previsão do uso de dados abertos como parte dos novos sistemas/soluções de software, no caso dos setoriais, houve redução do índice, conforme pode ser visto no quadro a seguir.

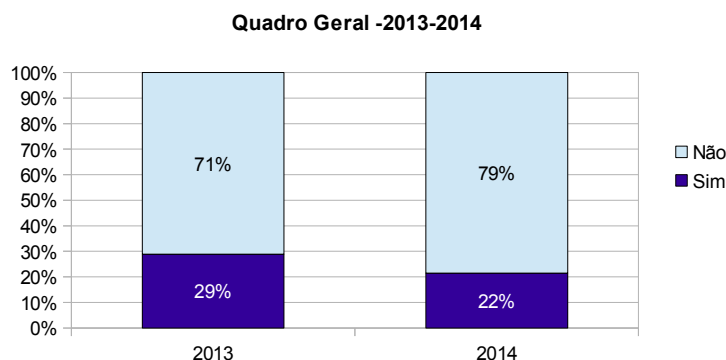
O órgão prevê dados abertos como parte dos novos sistemas/soluções de software



No quadro geral, o percentual de redução justifica-se pelo aumento de órgãos respondentes e entre os setoriais essa redução percentual foi fruto, aparentemente, da mudança de posicionamento de órgãos que responderam positivamente ao questionamento em 2013⁶³.

Conforme pode ser visto no quadro a seguir, 79% dos órgãos do SISP não utilizam dados abertos publicados por outros órgãos. Houve uma redução no percentual, que se deve, em grande parte, a alteração da resposta dada em 2013 por órgãos que responderam positivamente naquele ano e agora mudaram seu posicionamento.

O órgão utiliza dados abertos publicado por outro órgão

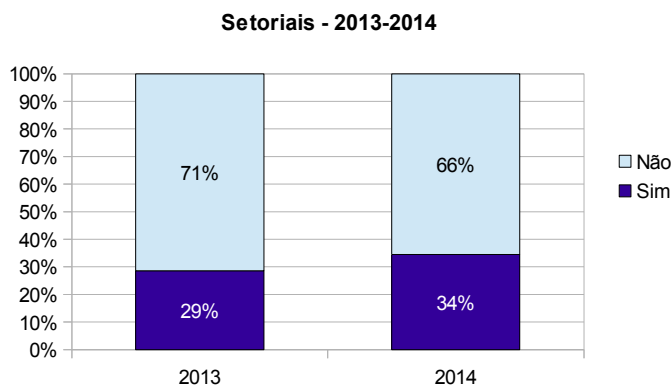


63 Em 2013, 18 dos 28 órgãos setoriais que participaram do processo informaram que faziam a previsão do uso de dados abertos nos novos sistemas/soluções de software. Em 2014, 13 dos 29 órgãos setoriais que participaram do processo responderam de forma positiva essa questão. 7 órgãos setoriais que responderam positivamente em 2013 informaram que não faziam esse tipo previsão em 2014. Em contrapartida, dois órgãos setoriais que responderam negativamente em 2013 afirmaram, em 2014, que fazem a previsão do uso de dados abertos nos novos sistemas/soluções de software.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

De acordo com o quadro a seguir, 66% dos órgãos setoriais não utilizam dados abertos publicados por outros órgãos. Esse percentual poderia ser menor se 3 dos 8 órgãos que responderam positivamente em 2013 tivessem mantido as respostas em 2014.

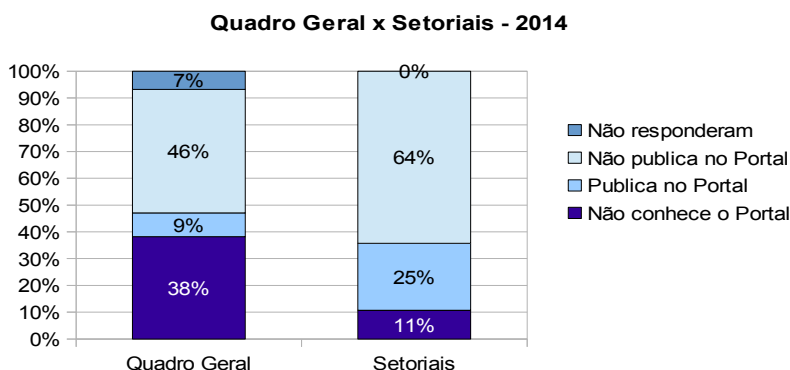
O órgão utiliza dados abertos publicados por outro órgão



Por fim, 10% dos órgãos do SISP publicam dados abertos no Portal de Dados Abertos, sendo que 30% dos órgãos que não publicam no Portal informaram que não o fazem pois a publicação no Portal não é obrigatória e 31% dos órgãos que não publicam no Portal informaram que não o fazem pois não sabem como fazer. 41% dos órgãos do SISP não conhecem o Portal de Dados Abertos.

Entre os setoriais, 25% publicam dados abertos no Portal de Dados abertos, sendo que 24% que não publicam no Portal informaram que não o fazem pois a publicação no Portal não é obrigatória e 29% dos setoriais que não publicam no Portal informaram que não o fazem pois não sabem como fazer. 41% dos setoriais que não publicam no Portal de Dados Abertos informaram que publicam dados abertos no sítio do próprio órgão.

Publicação no Portal de Dados Abertos



Em relação à existência de uma política de atendimento e prestação de serviços eletrônicos ao cidadão, 56% dos órgãos do SISP informaram possuir tal política. Entre os setoriais, esse

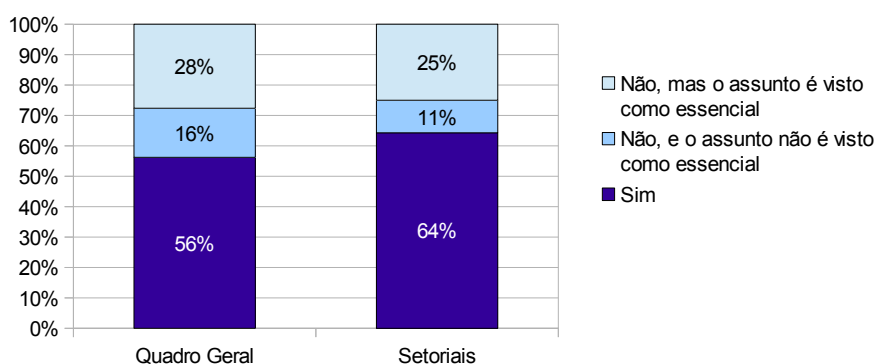
ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

percentual foi de 64%. 16% dos órgãos do SISP informaram que não possuem tal política e não consideram esse assunto essencial. Já entre os setoriais, apenas 11% não consideram o assunto essencial.

Dos 51 órgãos sem política de atendimento e prestação de serviços eletrônicos ao cidadão que consideram o assunto essencial, 15 informaram que estão em fase de planejamento da implementação da política e 5 informaram que estão capacitando equipes no assunto.

Política de atendimento e prestação de serviços eletrônicos ao cidadão

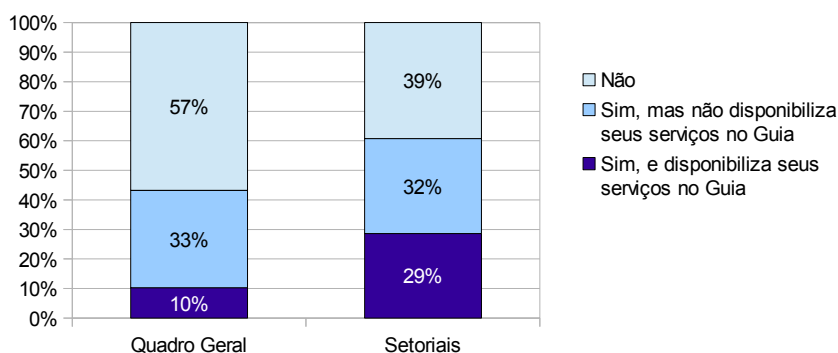
Quadro Geral x Setoriais - 2014



Perguntou-se aos órgãos se eles conheciam o Guia de Serviços do Governo Federal, sendo os resultados apresentados no quadro a seguir.

O órgão conhece o Guia de Serviços do Governo Federal

Quadro Geral x Setoriais - 2014



Conforme pode ser visto, 57% dos órgãos do SISP – 39% quando considerados apenas os setoriais – não conhecem o Guia de Serviços do Governo Federal, sendo que 10% dos órgãos disponibilizam seus serviços no Guia. Entre os setoriais, 29% dos órgãos disponibilizam seus serviços no Guia, e 32% dos setoriais que conhecem o Guia não disponibilizam seus serviços nesse

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

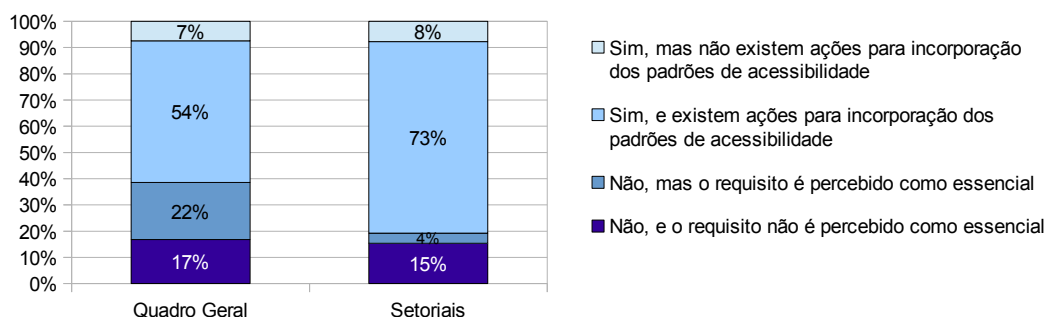
catálogo.

Dos 61 órgãos que não disponibilizam seus serviços no Guia, 8 informaram que possuem projetos em andamento para publicação no Guia. A principal razão apontada por 54% órgãos, como motivo para a não publicação dos serviços no Guia, foi o fato de que o sítio do próprio órgão já disponibiliza as informações detalhadas sobre os serviços que presta. 30% dos órgãos informaram que não publicam no Guia pois não há obrigatoriedade. 16% dos órgãos informaram que não publicam no Guia pois não sabem catalogar os serviços no Guia.

Com relação à Acessibilidade Digital, verificou-se que 61% dos órgãos respondentes consideram a acessibilidade digital em seus processos de desenvolvimento de solução de TI, sendo que 54% dos órgãos possuem ações para incorporar os padrões de acessibilidade (como a e-MAG). Entre os setoriais, esse percentual é maior, com 81% dos órgãos considerando a acessibilidade digital em seus processos de desenvolvimento de solução de TI e 73% com ações para incorporar os padrões de acessibilidade.

O órgão considera a Acessibilidade Digital em seu processo de desenvolvimento de soluções de TI

Quadro Geral x Setoriais - 2014

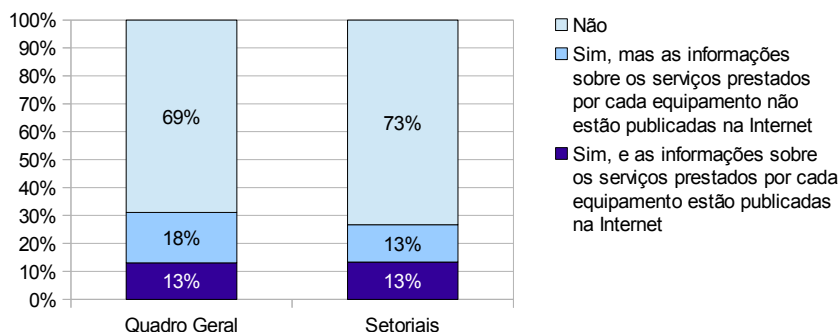


O quadro a seguir apresenta resultados a respeito da existência de equipamentos públicos (instalações e espaços físicos onde é prestado, de forma presencial, algum tipo de serviço do poder público à pessoa física ou jurídica).

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

O órgão possui equipamentos públicos

Quadro Geral x Setoriais - 2014



Conforme pode ser visto, pouco mais de 30% dos órgãos respondentes - 27% considerados apenas os setoriais – possuem equipamentos públicos, sendo que, em 13% dos órgãos, as informações sobre os serviços prestados por equipamento estão publicadas na Internet.

Dos 50 órgãos que possuem equipamentos públicos, 11 afirmaram que há informações sobre a localização com coordenadas geográficas para cada equipamento e 5 informaram que não sabem que serviço está disponível em cada equipamento.

Em função da situação apresentada, é necessário desenvolver esforços no sentido de:

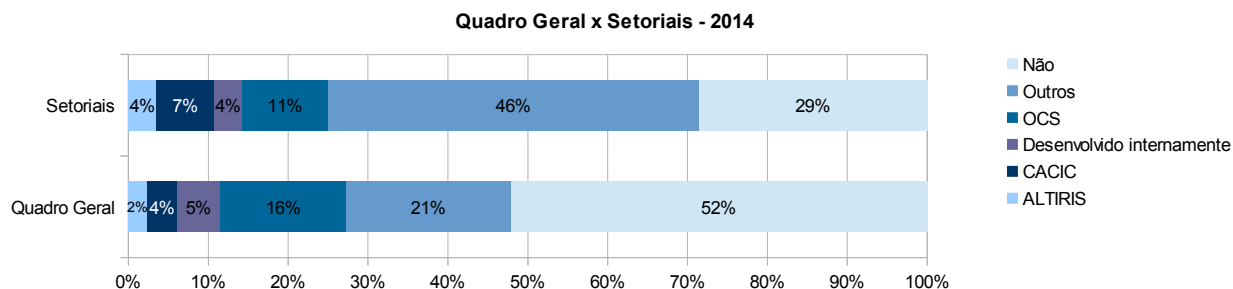
- disseminar a importância da existência de um plano de dados abertos, preferencialmente através de *workshops* sobre o assunto;
- divulgar de forma mais efetiva, entre os órgãos do SISP, a existência do Manual de Elaboração do Plano de Dados Abertos;
- divulgar, de forma mais efetiva, o Guia de Serviços do Governo Federal.

Inventário de Infraestrutura

O quadro a seguir apresenta os resultados referentes à utilização de sistema de inventário atualizado. Conforme pode ser visto, 52% dos órgãos não possuem um sistema de inventário atualizado (29% se considerados apenas os órgãos setoriais). Dos sistemas apresentados aos órgãos, o mais utilizado é o OCS (26 órgãos informaram que utilizam esse sistema). O CACIC é utilizado por 6 órgãos, sendo 2 setoriais.

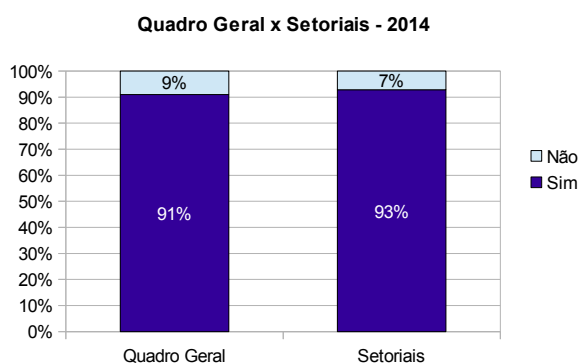
ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

O órgão possui Sistema de Inventário atualizado



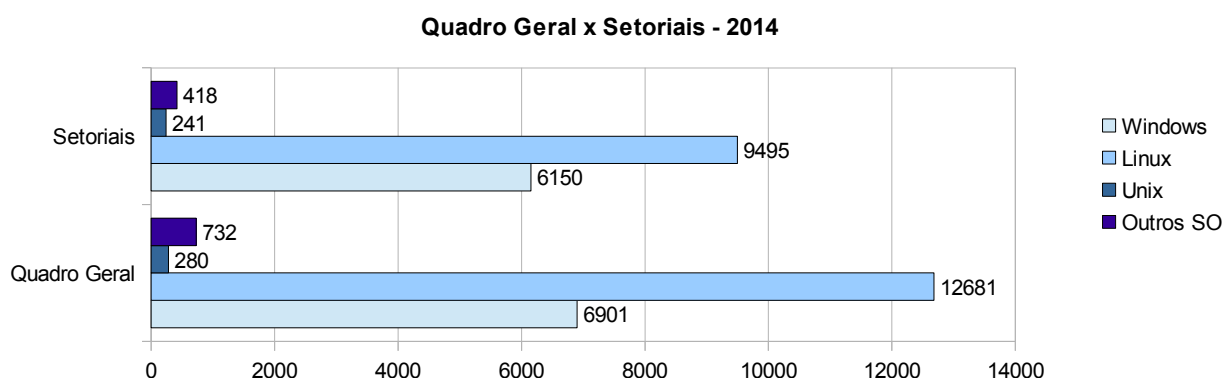
Em relação à existência de datacenter próprio nos órgãos, 91% dos respondentes informaram que possuem datacenter próprio – entre os setoriais esse percentual sobe para 93%.

O órgão possui Datacenter próprio



Em relação ao tipo de sistema operacional de rede utilizado nos servidores, verificou-se que a família Linux responde por 62% da base instalada, com o MS-Windows respondendo por 34% da base.

Sistemas Operacionais de Rede

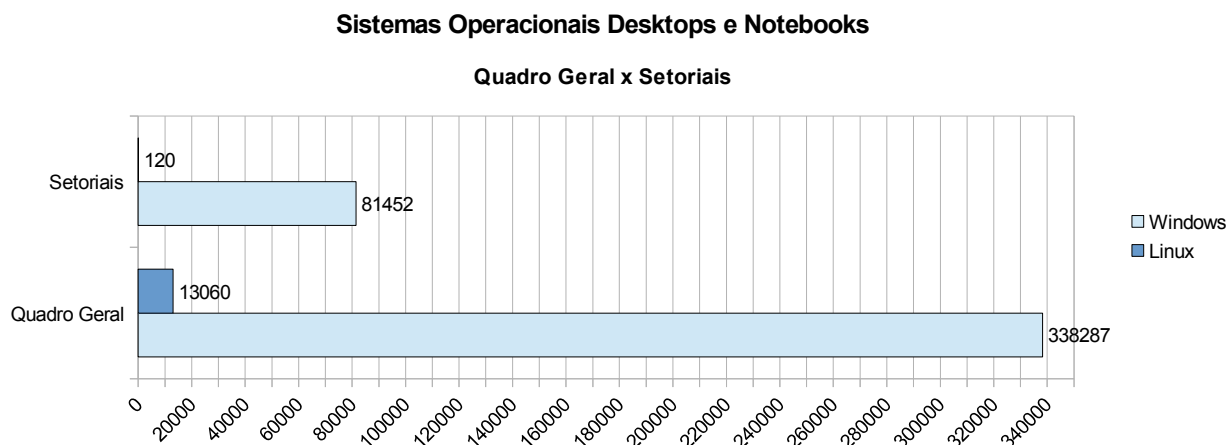


Ressalta-se o fato de que os 28 órgãos setoriais que responderam esse levantamento complementar – de um total de 167 órgãos – são responsáveis por 79% dos sistemas operacionais

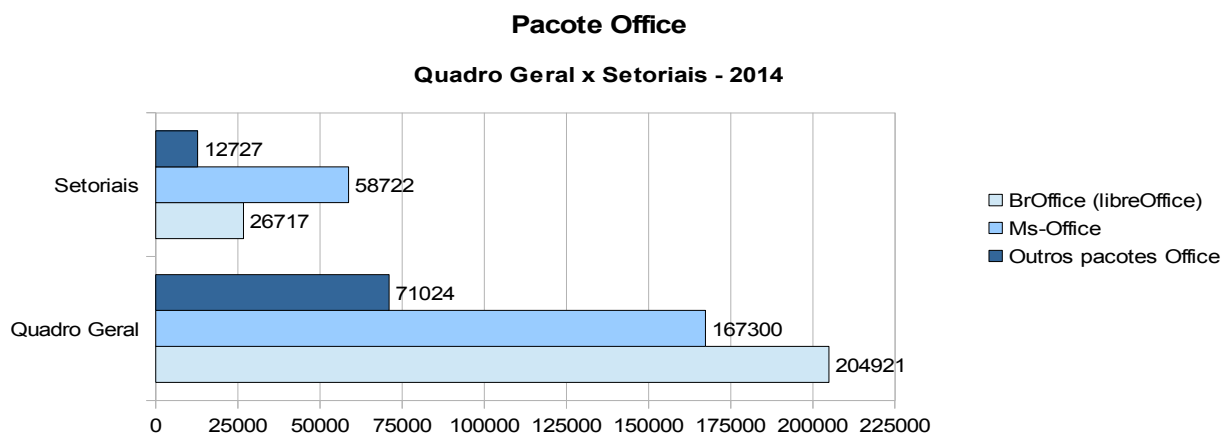
ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

instalados e respondem por 89% dos servidores com o sistema Windows instalado.

Considerando os equipamentos tipo desktop e notebooks, a família Linux representa menos de 4% dos sistemas operacionais instalados⁶⁴.



Em relação ao tipo de pacote office instalado, verifica-se, no quadro geral, que o BrOffice (ou LibreOffice) representa 46% da base instalada, seguido pelo MS-Office, com 38% da base.



Considerando-se apenas os setoriais, o MS-Office representa quase 60% da base instalada. O BrOffice (ou LibreOffice) está presente em 28% dos equipamentos nos setoriais⁶⁵.

⁶⁴ No caso dos sistemas operacionais instalados nos equipamentos do tipo desktop e notebooks, nem todos os órgãos fornecer essa informação.

⁶⁵ Diversos órgãos deixaram de informar sobre o tipo de pacote office instalado em seus equipamentos.

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

Considerações Finais

Desde 2008 que a SLTI realiza amplo levantamento acerca da situação de Tecnologia da Informação e Comunicações no âmbito dos órgãos do SISP.

O significativo impacto da tecnologia da informação na administração pública federal decorre de seu papel crítico no apoio de políticas, programas e projetos de governo, bem como dos expressivos valores de recursos a ela alocados.

A relevância desse levantamento periódico realizado por esta Secretaria decorre da possibilidade da identificação de vulnerabilidades e pontos bem desenvolvidos, o que permitirá à SLTI, agir como indutora do aperfeiçoamento da governança de TI no SISP e identificar e disseminar, entre os órgãos do SISP, os bons modelos e práticas de acordo com as necessidades gerais dos órgãos.

A metodologia adotada no trabalho realizado, ainda que apoiada na literatura no assunto e em boas práticas reconhecidas internacionalmente, possui uma limitação, pois constitui exclusivamente no preenchimento de questionários pelos órgãos do SISP. Com isso, existe a possibilidade de um viés nos resultados.

Assim, apesar das evidentes melhoras em vários dos indicadores, o cenário da governança de TI no SISP requer aperfeiçoamento. As principais constatações desse levantamento foram de que:

- a) Houve avanço com respeito à criação de comitês de TI, mas requer evolução o percentual de órgãos nos quais o Comitê de TI toma as decisões relativas aos gastos de TI (fato esse esperado uma vez que quase 50% dos Comitês de TI formalizados têm caráter apenas consultivo). Além disso, apesar da maioria dos órgãos do SISP terem constituído formalmente um comitê de TI, não foram solicitadas informações para avaliar se este exerce suas atribuições de apoiar a alta administração, de priorizar e de coordenar investimentos e projetos de tecnologia da informação;
- b) A evolução dos indicadores referentes à existência de um PDTI também requer melhorias, uma vez que 32% dos órgãos afirmaram que não possuem tal planejamento formalizado. Além disso, 86% dos órgãos que formalizaram o PDTI afirmaram que não avaliam nem monitoram a execução do mesmo;
- c) Não há controle centralizado da execução das despesas de TI realizadas em 70% dos órgãos, o que sugere a necessidade de aprimoramentos. Além disso, 24% dos órgãos

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

respondentes possuíam, simultaneamente, Comitê de TI formalizado, PDTI formalizado e um processo de gestão orçamentária formalizado;

d) Outro indicador a ser melhor trabalhado é o que apresenta os órgãos nos quais existe um processo formal de aquisição de bens e serviços de TI (43% dos órgãos do SISP) e de gestão dos contratos de TI (38% dos órgãos);

e) Os indicadores relativos à segurança da informação necessitam atenção. Entre as principais constatações relacionadas ao assunto, estão a:

1) Inexistência de processo de gestão de riscos em 92% dos órgãos do SISP;

2) Inexistência de Comitês de Segurança da Informação e Comunicações formalizados em 44% dos órgãos do SISP (não se verificou se esses comitês são atuantes);

3) Inexistência de Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) em 37% dos órgãos do SISP, sendo que em 33% dos órgãos a POSIC está alinhada à Norma Complementar 03/IN01-GSI/PR;

4) Inexistência de equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais (ETIR) em 74% dos órgãos do SISP, sendo que em 17% dos órgãos a ETIR foi implementada conforme a NC05/IN01-GSI/PR e um terço dos órgãos com ETIR emite relatórios periódicos;

5) Inexistência de mapeamento de estruturas críticas em 26% dos órgãos do SISP, sendo que o mapeamento está alinhado ao preconizado na NC10/IN01-GSI/PR em 22% dos órgãos.

f) Apesar da evolução nos indicadores no último ano, mais de 50% dos órgãos do SISP não possuem uma metodologia para gerenciamento de projetos, o que eleva o risco de insucesso de seus projetos, sobretudo pela complexidade que, em regra, envolve o desenvolvimento de produtos e serviços na área de TI, situação que tende a prejudicar o alcance dos resultados institucionais;

g) 37% dos órgãos do SISP não adotam processo ou método para desenvolvimento de software e 46% não adotam roteiro de métricas, o que os expõe a riscos de irregularidades em contratações do gênero;

h) A gestão do pessoal de TI nos órgãos do SISP requer aprimoramento. Entre os fatores que comprovam essa informação, podemos citar que:

1) 50% dos órgãos do SISP não possuem plano de capacitação em TI, sendo que em 24% dos órgãos o plano de capacitação está sendo executado total ou parcialmente;

ANÁLISE DO AUTODIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS COMPLEMENTARES DO SISP – 2008 A 2014

- 2) 17% das instituições respondentes declararam possuir estudo quantitativo de pessoal necessário à execução das atividades de TI;
- i) 28% dos órgãos do Sistema desconhecem o Catálogo Central de Interoperabilidade; e
- j) 4,5% dos órgãos do Sistema possuem Plano de Dados Abertos e 57% desconhecem o Guia de Serviços do Governo Federal.

Diante desse cenário, observa-se que há espaço para melhorias, o que justifica a continuidade das ações da SLTI no sentido de alavancar a governança de TI nos órgãos do SISP e, sobretudo, do processo de diagnóstico permanente, que, além da ação indutora, permite verificar a evolução da situação ao longo de um período e direcionar as ações posteriores.

Anexos

Anexo I – Questionário do Autodiagnóstico

1. Governança em TIC

01. 01.O órgão possui Comitê de TI formalizado (Sim Não)					
Não	Sim				
01.01.01.N. O órgão conhece o Guia de Comitê de TI do SISP? (Sim Não) 01.01.02.N. Faltou apoio da alta administração para a criação do Comitê? (Sim Não) 01.01.03.N. A estrutura organizacional não era condizente e/ou adequada para a criação do Comitê? (Sim Não) 01.01.04.N.Há ausência de pessoal qualificado para realizar as atividades de implantação do Comitê? (Sim Não) 01.01.05.N. A criação do Comitê é uma prioridade do órgão? (Sim Não) 01.01.06.N. Além dos motivos anteriores, existe alguma outra razão para que o órgão não tenha um Comitê formalizado? (Sim Não) - (especificar):					
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; padding: 2px;">Não</td> <td style="width: 50%; padding: 2px;">Sim</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 2px;">01.01.06.N.1. Informe o motivo: _____</td> </tr> </table>	Não	Sim	01.01.06.N.1. Informe o motivo: _____		01.01.01 O Comitê de TI possui representantes das áreas finalísticas? (Sim Não) 01.01.02. O Comitê de TI possui representantes da Alta Administração do Órgão (Exemplo: Gabinete do Ministro, Secretaria Executiva ou equivalente)? (Sim Não) 01.01.03. As decisões de ações e gastos de TI são tomadas pelo Comitê de TI? (Sim Não) 01.01.04. Qual a natureza do Comitê de TI? (Informativo Consultivo Deliberativo)
Não	Sim				
01.01.06.N.1. Informe o motivo: _____					

01.02. O órgão possui PDTI formalizado? (Sim Não)																				
Não	Sim																			
01.02.02.N. O órgão conhece o Guia de Elaboração do PDTI do SISP? (Sim Não) 01.02.03.N. Faltou apoio da alta administração para a elaboração do PDTI? (Sim Não) 01.02.04.N. Há ausência de pessoal qualificado para realizar as atividades de elaboração do PDTI? (Sim Não) 01.02.05.N. A elaboração do PDTI é uma prioridade do órgão? (Sim Não) 01.02.06.N. Além dos motivos anteriores, existe alguma outra razão para que o órgão não tenha um PDTI formalizado? (Sim Não)																				
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; padding: 2px;">Não</td> <td style="width: 50%; padding: 2px;">Sim</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 2px;">01.02.06.N.1. Informe o motivo: _____</td> </tr> </table>	Não	Sim	01.02.06.N.1. Informe o motivo: _____		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td colspan="2" style="padding: 2px;">01.02.01. Qual a situação do PDTI? (Aprovado e publicado esperando aprovação)</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 2px;">01.02.02. O PDTI está alinhado Guia de Elaboração do PDTI do SISP? (Totalmente Parcialmente Não está alinhado Não conhecemos o Guia do SISP)</td> </tr> <tr> <td style="width: 30%; padding: 2px;"> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; padding: 2px;">Não estão alinhadas / Não conhecemos o Guia</td> <td style="width: 50%; padding: 2px;"></td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">Parcialmente / Totalmente</td> <td style="padding: 2px;">01.02.02.01. O órgão teve alguma dificuldade na utilização do Guia? (Sim Não)</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;"></td> <td style="padding: 2px;"> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; padding: 2px;">Não</td> <td style="width: 50%; padding: 2px;">Sim</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 2px;"> 01.02.02.01.01. Há ausência de pessoal qualificado para realizar as atividade previstas no Guia? (Sim Não) 01.02.02.01.02.01. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Referencial Estratégico de TI do Guia? (Sim Não) 01.02.02.01.02.02. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Alinhamento com a Estratégia da Organização? (Sim Não) 01.02.02.01.02.03. Há dificuldade de entendimento na área referente à Identificação e/ou Priorização das Necessidades de TI? (Sim Não) 01.02.02.01.02.04. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Plano de Metas e/ou de Ações? (Sim Não) </td> </tr> </table> </td> </tr> </table> </td> </tr> </table>	01.02.01. Qual a situação do PDTI? (Aprovado e publicado esperando aprovação)		01.02.02. O PDTI está alinhado Guia de Elaboração do PDTI do SISP? (Totalmente Parcialmente Não está alinhado Não conhecemos o Guia do SISP)		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; padding: 2px;">Não estão alinhadas / Não conhecemos o Guia</td> <td style="width: 50%; padding: 2px;"></td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">Parcialmente / Totalmente</td> <td style="padding: 2px;">01.02.02.01. O órgão teve alguma dificuldade na utilização do Guia? (Sim Não)</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;"></td> <td style="padding: 2px;"> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; padding: 2px;">Não</td> <td style="width: 50%; padding: 2px;">Sim</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 2px;"> 01.02.02.01.01. Há ausência de pessoal qualificado para realizar as atividade previstas no Guia? (Sim Não) 01.02.02.01.02.01. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Referencial Estratégico de TI do Guia? (Sim Não) 01.02.02.01.02.02. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Alinhamento com a Estratégia da Organização? (Sim Não) 01.02.02.01.02.03. Há dificuldade de entendimento na área referente à Identificação e/ou Priorização das Necessidades de TI? (Sim Não) 01.02.02.01.02.04. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Plano de Metas e/ou de Ações? (Sim Não) </td> </tr> </table> </td> </tr> </table>	Não estão alinhadas / Não conhecemos o Guia		Parcialmente / Totalmente	01.02.02.01. O órgão teve alguma dificuldade na utilização do Guia? (Sim Não)		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; padding: 2px;">Não</td> <td style="width: 50%; padding: 2px;">Sim</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 2px;"> 01.02.02.01.01. Há ausência de pessoal qualificado para realizar as atividade previstas no Guia? (Sim Não) 01.02.02.01.02.01. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Referencial Estratégico de TI do Guia? (Sim Não) 01.02.02.01.02.02. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Alinhamento com a Estratégia da Organização? (Sim Não) 01.02.02.01.02.03. Há dificuldade de entendimento na área referente à Identificação e/ou Priorização das Necessidades de TI? (Sim Não) 01.02.02.01.02.04. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Plano de Metas e/ou de Ações? (Sim Não) </td> </tr> </table>	Não	Sim	01.02.02.01.01. Há ausência de pessoal qualificado para realizar as atividade previstas no Guia? (Sim Não) 01.02.02.01.02.01. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Referencial Estratégico de TI do Guia? (Sim Não) 01.02.02.01.02.02. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Alinhamento com a Estratégia da Organização? (Sim Não) 01.02.02.01.02.03. Há dificuldade de entendimento na área referente à Identificação e/ou Priorização das Necessidades de TI? (Sim Não) 01.02.02.01.02.04. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Plano de Metas e/ou de Ações? (Sim Não)	
Não	Sim																			
01.02.06.N.1. Informe o motivo: _____																				
01.02.01. Qual a situação do PDTI? (Aprovado e publicado esperando aprovação)																				
01.02.02. O PDTI está alinhado Guia de Elaboração do PDTI do SISP? (Totalmente Parcialmente Não está alinhado Não conhecemos o Guia do SISP)																				
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; padding: 2px;">Não estão alinhadas / Não conhecemos o Guia</td> <td style="width: 50%; padding: 2px;"></td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">Parcialmente / Totalmente</td> <td style="padding: 2px;">01.02.02.01. O órgão teve alguma dificuldade na utilização do Guia? (Sim Não)</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;"></td> <td style="padding: 2px;"> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; padding: 2px;">Não</td> <td style="width: 50%; padding: 2px;">Sim</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 2px;"> 01.02.02.01.01. Há ausência de pessoal qualificado para realizar as atividade previstas no Guia? (Sim Não) 01.02.02.01.02.01. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Referencial Estratégico de TI do Guia? (Sim Não) 01.02.02.01.02.02. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Alinhamento com a Estratégia da Organização? (Sim Não) 01.02.02.01.02.03. Há dificuldade de entendimento na área referente à Identificação e/ou Priorização das Necessidades de TI? (Sim Não) 01.02.02.01.02.04. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Plano de Metas e/ou de Ações? (Sim Não) </td> </tr> </table> </td> </tr> </table>	Não estão alinhadas / Não conhecemos o Guia		Parcialmente / Totalmente	01.02.02.01. O órgão teve alguma dificuldade na utilização do Guia? (Sim Não)		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; padding: 2px;">Não</td> <td style="width: 50%; padding: 2px;">Sim</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 2px;"> 01.02.02.01.01. Há ausência de pessoal qualificado para realizar as atividade previstas no Guia? (Sim Não) 01.02.02.01.02.01. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Referencial Estratégico de TI do Guia? (Sim Não) 01.02.02.01.02.02. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Alinhamento com a Estratégia da Organização? (Sim Não) 01.02.02.01.02.03. Há dificuldade de entendimento na área referente à Identificação e/ou Priorização das Necessidades de TI? (Sim Não) 01.02.02.01.02.04. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Plano de Metas e/ou de Ações? (Sim Não) </td> </tr> </table>	Não	Sim	01.02.02.01.01. Há ausência de pessoal qualificado para realizar as atividade previstas no Guia? (Sim Não) 01.02.02.01.02.01. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Referencial Estratégico de TI do Guia? (Sim Não) 01.02.02.01.02.02. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Alinhamento com a Estratégia da Organização? (Sim Não) 01.02.02.01.02.03. Há dificuldade de entendimento na área referente à Identificação e/ou Priorização das Necessidades de TI? (Sim Não) 01.02.02.01.02.04. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Plano de Metas e/ou de Ações? (Sim Não)											
Não estão alinhadas / Não conhecemos o Guia																				
Parcialmente / Totalmente	01.02.02.01. O órgão teve alguma dificuldade na utilização do Guia? (Sim Não)																			
	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; padding: 2px;">Não</td> <td style="width: 50%; padding: 2px;">Sim</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 2px;"> 01.02.02.01.01. Há ausência de pessoal qualificado para realizar as atividade previstas no Guia? (Sim Não) 01.02.02.01.02.01. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Referencial Estratégico de TI do Guia? (Sim Não) 01.02.02.01.02.02. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Alinhamento com a Estratégia da Organização? (Sim Não) 01.02.02.01.02.03. Há dificuldade de entendimento na área referente à Identificação e/ou Priorização das Necessidades de TI? (Sim Não) 01.02.02.01.02.04. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Plano de Metas e/ou de Ações? (Sim Não) </td> </tr> </table>	Não	Sim	01.02.02.01.01. Há ausência de pessoal qualificado para realizar as atividade previstas no Guia? (Sim Não) 01.02.02.01.02.01. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Referencial Estratégico de TI do Guia? (Sim Não) 01.02.02.01.02.02. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Alinhamento com a Estratégia da Organização? (Sim Não) 01.02.02.01.02.03. Há dificuldade de entendimento na área referente à Identificação e/ou Priorização das Necessidades de TI? (Sim Não) 01.02.02.01.02.04. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Plano de Metas e/ou de Ações? (Sim Não)																
Não	Sim																			
01.02.02.01.01. Há ausência de pessoal qualificado para realizar as atividade previstas no Guia? (Sim Não) 01.02.02.01.02.01. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Referencial Estratégico de TI do Guia? (Sim Não) 01.02.02.01.02.02. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Alinhamento com a Estratégia da Organização? (Sim Não) 01.02.02.01.02.03. Há dificuldade de entendimento na área referente à Identificação e/ou Priorização das Necessidades de TI? (Sim Não) 01.02.02.01.02.04. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Plano de Metas e/ou de Ações? (Sim Não)																				

		01.02.02.01.02.05. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Plano de Gestão de Pessoas? (Sim Não) 01.02.02.01.02.06. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Plano de Investimento e Custeio e/ou Proposta Orçamentária? (Sim Não) 01.02.02.01.02.07. Há dificuldade de entendimento na área referente ao Plano de Gestão de Riscos? (Sim Não)
01.02.03. Houve apoio suficiente da alta administração para a elaboração do PDTI? (Sim Não) 01.02.04. O PDTI é monitorado (processo contínuo de coleta de informações que utiliza de indicadores, previamente definidos, com a finalidade de fornecer informações sobre o progresso e o alcance dos objetivos) quanto a sua execução? (Sim Não) 01.02.05. O PDTI é avaliado (atividade em que se busca aferir as operações ou resultados de um programa ou política, comparando-as a um conjunto de padrões previamente definidos, com vistas a contribuir para o seu aperfeiçoamento) quanto a sua execução? (Sim Não)		

2. Gestão Orçamentária de TIC

02.01. O Órgão possui um processo formalizado de Gestão Centralizada e Coordenada do Orçamento de TI? (Sim Não)

3. Contratação de TIC conforme a IN04/SLTI

03.01. O Órgão possui um processo formalizado de aquisição de bens e serviços de TI? (Sim Não)	
Não	Sim
	03.01.01. Qual a situação do processo formal de aquisição de bens e serviços de TI? (Aprovado e publicado esperando aprovação) 03.01.02. Esse processo está aderente à IN04/SLTI? (Totalmente Parcialmente Não está aderente)

03.01.a. Dentro da área de TI, indique o número de servidores capacitados para planejar as contratações de TIC? (Nenhum até 3 entre 4 e 6 entre 7 e 10 mais de 10)
--

03.02. O órgão possui um processo formalizado de gestão de contratos de bens e serviços de TI? (Sim Não)	
Não	Sim
	03.02.01. Qual a situação do processo formal de gestão de contratos de bens e serviços de TI? (Aprovado e publicado esperando aprovação) 03.02.02. Esse processo está aderente à IN04/SLTI? (Totalmente Parcialmente Não está aderente)

03.03. Dentro da área de TI, indique o número de servidores capacitados a gerir as contratações de TIC? (Nenhum até 3 entre 4 e 6 entre 7 e 10 mais de 10)
--

03.04. O órgão conhece o Guia Prático para Contratações de Soluções de TI da SLTI? (Sim Não)
--

03.05. Na visão do órgão, numere priorizando as alternativas abaixo, de 1 (mais importante) a 4 (menos importante), quais são as principais dificuldades enfrentadas na fiscalização dos contratos. (Importante: Os números não devem ser repetidos, caso contrário a resposta será desconsiderada no processo de análise). Selecine continuar para

preencher as informações (CONTINUAR)

03.05.01. Falta de equipe técnica em número suficiente ou de tempo disponível para as atividades de fiscalização: (1 - 4)

03.05.02. Falta de equipe técnica com qualificação suficiente: (1 - 4)

03.05.03. Falta de instrumentos adequados à fiscalização que deveriam ter sido elaborados no Planejamento da Contratação: (1 - 4)

03.05.04. Falta de ferramentas informatizadas de controle: (1 - 4)

4. Segurança de TIC

04.01. O órgão possui Comitê de Segurança de TIC? (Sim | Não)

04.02. O órgão possui Política de Segurança de TIC formalizada? (Sim | Não)

04.03. O órgão possui Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede – ETIR – formalizada? (Sim | Não)

Não

Sim

04.03.01. Existe documento formalizando as atividades da Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede - ETIR? (Sim | Não)

04.03.04. São emitidos relatórios periódicos sobre os incidentes ocorridos? (Sim | Não)

04.04. O órgão possui ações de treinamento / capacitação / educação em segurança de TIC? (Sim | Não)

04.05. O órgão possui programa permanente de conscientização em segurança de TIC? (Sim | Não)

04.06. O órgão possui um processo de Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações formalizado? (Sim | Não)

Não

Sim

04.06.01. O processo de Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações está alinhado com a norma complementar 04/IN01/DSIC/GSIPR/2009? (Sim | Não)

5. Gestão de Projetos

05.01. O órgão adota uma Metodologia de Gerenciamento de Projetos? (Sim | Não)

Não

Sim

05.01.01.N. O órgão conhece a Metodologia de Gerenciamento de Projetos do SISP?

05.01.01.a. Qual a situação da Metodologia de Gerenciamento de Projetos? (Aprovada e publicada | esperando aprovação | Não formalizada)

05.01.02.N. Faltou apoio da alta administração para adoção de uma MGP?

05.01.02.a. A Metodologia de Gerenciamento de Projetos do órgão está alinhada ao modelo proposto pela SLTI (MGP/SISP)? (Totalmente | Parcialmente | Não está alinhado | Não conhecemos a MGP/SISP)

05.01.03.a. Qual a principal dificuldade encontrada para implementação da MGP do órgão? (Falta de apoio da alta administração | A estrutura organizacional não era condizente | Ausência de pessoal qualificado para realizar as atividades previstas | Outros fatores que não os anteriores)

(Sim Não) 05.01.03.N. Há ausência de pessoal qualificado para realizar as atividades de adoção da MGP? (Sim Não) 05.01.04.N. A adoção de uma MGP é uma prioridade do órgão? (Sim Não) 05.01.05.N Além dos motivos anteriores, existe alguma outra razão para que o órgão não tenha uma MGP? (Sim Não) – (05.01.02.04.N.1. Informe o motivo):	05.01.04.a. Houve dificuldade de entendimento do material disponível (Texto pouco explicativo e/ou confuso)? (Sim Não)	
	Não	Sim
	05.01.04.01. Há dificuldade de entendimento na área referente a Gestão de Escopo? (Sim Não) 05.01.04.01. Há dificuldade de entendimento na área referente a Gestão de Tempo? (Sim Não) 05.01.04.01. Há dificuldade de entendimento na área referente a Gestão de Custo? (Sim Não) 05.01.04.01. Há dificuldade de entendimento na área referente a Gestão das Aquisições e/ou Contratações (IN04)? (Sim Não)	
	05.01.05.a. Qual a principal metodologia utilizada para construir o modelo utilizado pelo órgão? (PMI/PMBOK MGP-SISP Prince 2 Metodologia ágil segundo PMI Desenvolvida internamente Outra)	

05.02. O órgão possui estrutura específica para orientar e monitorar os Projetos? (Sim | Não)

05.03. O órgão adota alguma metodologia de gerenciamento de portfólio de projetos? (Sim | Não)

Não	Sim
05.03.01.N. O órgão conhece a Metodologia de Gestão de Portfólios de Projetos do SISP – MGPP-SISP? (Sim Não)	05.03.01. A Metodologia de Gerenciamento de Portfólio de Projetos está alinhada ao modelo proposto pela SLTI (MGPP/SISP)? (Totalmente Parcialmente Não está alinhado Não conhecemos a MGPP/SISP)

6. Padrões tecnológicos e soluções de TIC

06.01. O órgão utiliza algum Roteiro de Métricas de Software?

CPM do IFPUG	Roteiro próprio desenvolvido internamente	Roteiro de Métricas de Software do SISP	Outro [Especifique]	Não utiliza um Roteiro de Métricas de Software
			Informe o Roteiro de Métricas utilizado:	O órgão conhece o Roteiro de Métricas de Software do SISP?

7. Desenvolvimento de Software

07.01. O órgão adota um Processo de Desenvolvimento de Software – PSW? (Sim | Não)

Não	Sim
07.01.02.N. O órgão conhece o Guia de Processo de Software do SISP? 07.01.03.N. Faltou apoio da alta administração para adoção de um PSW? (Sim Não) 07.01.04.N. Há ausência de pessoal qualificado para realizar as atividades de adoção de um PSW? (Sim Não) 07.01.05.N. A adoção de um PSW é uma prioridade do órgão? (Sim Não) 07.01.06.N. Além dos motivos anteriores, existe alguma outra razão para que o órgão não tenha um PSW? (Sim Não)	07.01.01. Qual a situação do Processo de Desenvolvimento de Software? (Aprovada e publicada esperando aprovação não formalizado) 07.01.02. O Processo de Desenvolvimento de Software possui artefatos para cada entregável? (Sim, para cada entregável Há artefatos definidos, mas não para todos os entregáveis Não há artefato definido para nenhum entregável) 07.01.03. O Processo de Desenvolvimento de Software está alinhado ao
Não	Sim

	07.01.06.N.1. Informe o motivo: _____
modelo proposto pela SLTI (PSW/SISP)? (Totalmente Parcialmente Não está alinhado Não conhecemos o PSW/SISP) 07.01.04. O órgão utiliza algum método ágil para desenvolvimento de software? (Sim Não)	

07.03. O órgão possui contrato de fábrica de software? (Sim | Não)

07.07. O órgão possui catálogo de sistemas (não confundir com catálogo de serviços)? (Sim Não)	
Não	Sim
07.07.01. Qual a situação do Catálogo de Sistemas? (Atualizado Em processo de atualização Desatualizado [o catálogo está publicado mas não está sendo revisto]) 07.07.02. Existe um processo formal para a gestão do Catálogo de Sistemas? (Sim Não)	

8. Gestão de Serviços de TIC

08.00. O órgão mapeou e documentou os processos de TI? (Sim | Não)

08.01. O órgão possui Catálogo de Serviços de TIC formalizado (não confundir com catálogo de sistemas)? (Sim | Não)

9. Gestão de Pessoas

09.01. O órgão possui um Plano de Capacitação em TI? (Sim Não)							
Não	Sim						
09.01.01.N. Faltou apoio da alta administração para elaboração de um Plano de Capacitação em TI? (Sim Não) 09.01.02.N. Há ausência de pessoal qualificado para realizar as atividades de elaboração de um Plano de Capacitação em TI? (Sim Não) 09.01.03.N. A elaboração de um Plano de Capacitação em TI é uma prioridade do órgão? (Sim Não) 09.01.04.N. Além dos motivos anteriores, existe alguma outra razão para que o órgão não tenha um Plano de	09.01.01. O Plano de Capacitação em TI está alinhado à EGTIC? (Totalmente Parcialmente Não está alinhado Não conhecemos a EGTIC) <table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td>Totalmente / Não conhecemos a EGTI</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Não está alinhado</td> <td> 09.01.01.a.01 O Plano de Capacitação do órgão não está alinhado à EGTIC pois esta não se adequa ao planejamento de TI do órgão? (Sim Não) 09.01.01.a.02 O Plano de Capacitação do órgão não está alinhado à EGTIC pois foi elaborado antes da elaboração/publicação da EGTIC? (Sim Não) 09.01.01.a.03 O Plano de Capacitação do órgão não está alinhado à EGTIC pois se concentrou apenas nas necessidades internas do órgão? (Sim Não) </td> </tr> <tr> <td>Parcialmente</td> <td> 09.01.01.b.01 O Plano de Capacitação do órgão está parcialmente alinhado à EGTIC pois esta não se adequa ao planejamento de TI do órgão? (Sim Não) 09.01.01.b.02 O Plano de Capacitação do órgão está parcialmente alinhado à EGTIC pois foi elaborado antes da elaboração/publicação da EGTIC? (Sim Não) 09.01.01.b.03 O Plano de Capacitação do órgão Parcialmente está alinhado à EGTIC pois se concentrou apenas nas necessidades internas do órgão? (Sim Não) </td> </tr> </table>	Totalmente / Não conhecemos a EGTI		Não está alinhado	09.01.01.a.01 O Plano de Capacitação do órgão não está alinhado à EGTIC pois esta não se adequa ao planejamento de TI do órgão? (Sim Não) 09.01.01.a.02 O Plano de Capacitação do órgão não está alinhado à EGTIC pois foi elaborado antes da elaboração/publicação da EGTIC? (Sim Não) 09.01.01.a.03 O Plano de Capacitação do órgão não está alinhado à EGTIC pois se concentrou apenas nas necessidades internas do órgão? (Sim Não)	Parcialmente	09.01.01.b.01 O Plano de Capacitação do órgão está parcialmente alinhado à EGTIC pois esta não se adequa ao planejamento de TI do órgão? (Sim Não) 09.01.01.b.02 O Plano de Capacitação do órgão está parcialmente alinhado à EGTIC pois foi elaborado antes da elaboração/publicação da EGTIC? (Sim Não) 09.01.01.b.03 O Plano de Capacitação do órgão Parcialmente está alinhado à EGTIC pois se concentrou apenas nas necessidades internas do órgão? (Sim Não)
Totalmente / Não conhecemos a EGTI							
Não está alinhado	09.01.01.a.01 O Plano de Capacitação do órgão não está alinhado à EGTIC pois esta não se adequa ao planejamento de TI do órgão? (Sim Não) 09.01.01.a.02 O Plano de Capacitação do órgão não está alinhado à EGTIC pois foi elaborado antes da elaboração/publicação da EGTIC? (Sim Não) 09.01.01.a.03 O Plano de Capacitação do órgão não está alinhado à EGTIC pois se concentrou apenas nas necessidades internas do órgão? (Sim Não)						
Parcialmente	09.01.01.b.01 O Plano de Capacitação do órgão está parcialmente alinhado à EGTIC pois esta não se adequa ao planejamento de TI do órgão? (Sim Não) 09.01.01.b.02 O Plano de Capacitação do órgão está parcialmente alinhado à EGTIC pois foi elaborado antes da elaboração/publicação da EGTIC? (Sim Não) 09.01.01.b.03 O Plano de Capacitação do órgão Parcialmente está alinhado à EGTIC pois se concentrou apenas nas necessidades internas do órgão? (Sim Não)						

Capacitação em TI? (Sim Não)		09.01.02. O órgão está conseguindo executar seu Plano de Capacitação em TI conforme o planejado? (Totalmente Parcialmente Não está sendo executado)	
Não	Sim	Totalmente	Parcialmente / Não está sendo executado
	09.01.04.N.1. Informe os motivos: _____		09.01.02.01. Falta apoio da alta administração para a execução do Plano de Capacitação em TI? (Sim Não) 09.01.02.02. Limitações orçamentárias estão dificultando a execução do Plano de Capacitação em TI? (Sim Não) 09.01.02.03. Mudanças nas prioridades do órgão estão dificultando a execução do Plano de Capacitação em TI? (Sim Não) 09.01.02.04. Além dos motivos acima, existem outros fatores que estejam dificultando a execução do Plano de Capacitação em TI? (Sim Não)
		Não	Sim
			09.01.02.04.01. Informe os motivos: _____

10. Infraestrutura

10.01. O órgão possui inventário atualizado dos ativos de rede? (Sim Não)	
Não	Sim
	10.01.01. Informe o mês/ano do último inventário realizado:

11. Interoperabilidade

11.01. Seu órgão considera importante o Catálogo Central de Interoperabilidade para a disponibilização e consumo de dados entre sistemas? (http://catalogo.governoeletronico.gov.br) na publicação de serviços: (Muito importante Importante Não essencial Não conhecemos o Catálogo)
--

12. Serviços e Transparência de Informações à Sociedade

12.00.a O órgão possui política de abertura de dados declarada num Plano de Dados Abertos? (Sim Não)			
Não		Sim	
12.00.a.N.1. É conhecida a natureza do assunto? (Sim Não)		12.00.a.1. O órgão utilizou o Manual para Elaboração de Plano de Dados Abertos (http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/governo_aberto/manual_elaboracao_plano_dados_abertos.pdf) para a elaboração de seu plano? (Sim Não)	
Não	Sim		
	12.00.a.N.1.1. O órgão considera o assunto importante? (Sim Não)		
	Não	Sim	
	12.00.a.N.1.1.1. A publicação de dados abertos está no planejamento estratégico ou de TIC? (Sim Não)		
	12.00.a.N.1.1.2. O órgão está desenvolvendo o plano? (Sim Não)		
	12.00.a.N.1.1.3. O órgão está capacitando a equipe no assunto? (Sim Não)		
	12.00.a.N.1.1.4. Foi identificada alguma necessidade? (Sim Não)		

	12.00.a.N.2 O órgão conhece o Manual para Elaboração de Plano de Dados Abertos (http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/governo_aberto/manual_elaboracao_plano_dados_abertos.pdf)? (Sim Não)	
	12.00.a.N.3 O órgão deixou de publicar dados abertos pela falta do Plano de Dados Abertos? (Sim Não)	

12.00.b.4.a. O órgão conhece o Portal de Dados Abertos? (Sim Não)		
Sim		Não
12.00.b. O órgão publica dados abertos no Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br)? (Sim Não)		
Sim	Não	
	12.00.b.1.N. O órgão não publica dados no Portal pois: (Já publica dados em formato aberto no sítio do próprio órgão Não é obrigatória a publicação dos mesmos Não sabe como publicar)	
12.01. O órgão utiliza dados abertos publicados por outro órgão? (Sim Não)		
12.02.a. O órgão possui política de atendimento e prestação de serviços eletrônicos ao cidadão para seus principais serviços públicos? (Sim Não)		
Não		Sim
12.02.N.01. Este assunto é visto como essencial? (Sim Não)		
12.02.N.02. Existe percepção sobre a importância de uma política de declaração de serviços públicos por meio eletrônico? (Sim Não)		
12.02.N.03. O órgão está em fase de planejamento de como implementar essa política? (Sim Não)		
12.02.N.04. O órgão está capacitando equipe para prestação de serviços eletrônicos ao cidadão? (Sim Não)		
12.02.01. O órgão conhece o Guia de Serviços do Governo Federal (O Guia de Serviços do Governo Federal (www.servicos.gov.br) foi criado para ser um catálogo eletrônico de serviços públicos de todos os órgãos da Administração Pública Federal onde estão disponíveis informações para o acesso - eletrônico ou presencial - a um serviço público)? (Sim Não)		
Não	Sim	
	12.02. O órgão disponibiliza seus serviços no Guia de Serviços? (Sim Não)	
	Sim	Não
	12.02.01.01.1 Há projetos em andamento para publicação de serviços no Guia? (Sim Não)	
	12.02.01.01.2 O órgão não publica seus serviços no Guia de Serviços pois: (o sítio do próprio órgão já disponibiliza informações detalhadas sobre os serviços que presta Não há obrigatoriedade de publicação de serviços no Guia Não se sabe como catalogar serviços no Guia)	

13. Termo de Autorização para Divulgação de Informações

O Autodiagnóstico e seus Levantamentos Complementares têm caráter reservado, sendo disponibilizadas apenas as informações consolidadas sobre a situação geral dos órgãos do SISP. Este ano, como forma de aumentar o relacionamento e o intercâmbio de experiências entre os órgãos do SISP, gostaríamos de disponibilizar os dados específicos dos órgãos

que nos autorizarem para os demais órgãos do SISP (divulgação interna apenas).

13.01. O órgão autoriza a publicação de suas informações contidas no Autodiagnóstico e seus Levantamentos Complementares para os demais órgãos do SISP? (Não. Há restrição total para disponibilização | Sim. Podem ser disponibilizadas sem restrição | Parcialmente. Apenas algumas informações)

Não, Há restrição Total /
Sim, Podem ser
disponibilizadas sem restrição.

Parcialmente. Apenas algumas informações.

13.01.01. Defina as informações que não podem ser disponibilizadas: _____

Anexo II - Levantamento Complementar de Governança de TIC

01. Plano Estratégico Institucional

01.01. A organização possui um Plano Estratégico Institucional – PEI – formalizado e vigente? (Sim | Não)

Sim	Não
01.01.01. O PEI estipula metas para a TI? (Sim Não)	
Sim	Não
01.01.01.01. Considerando o conceito de Monitoramento como "um processo contínuo de coleta de informações que utiliza de indicadores, previamente definidos, com a finalidade de fornecer informações sobre o progresso e o alcance dos objetivos" (OCDE, 2002). A Alta Administração " <u>monitora</u> " as ações da TI em termos ao atendimento às metas institucionais? (Sim Não)	
01.01.01.02. Considerando o conceito de Avaliação como "atividade em que se busca aferir as operações ou resultados de um programa ou política, comparando-as a um conjunto de padrões (explícitos ou implícitos), previamente definidos, com vistas a contribuir para o seu aperfeiçoamento" (Weiss, 1998). A Alta Administração " <u>avalia</u> " os resultados das ações da TI em termos ao atendimento às metas institucionais? (Sim Não)	
01.02. Existe participação de algum representante da área de TI do processo de elaboração do PEI? (Sim Não)	

02. Atuação da TI no órgão

02.01. Qual a percepção da alta administração com relação à atuação da TI no órgão?

- A TI não é percebida como prioridade no órgão. É vista como suporte aos processos internos e para redução dos custos operacionais. Geralmente é vista como uma despesa e não como um investimento. Alguns investimentos, porém, são realizados para manter tais processos.
- A TI é percebida como um importante parceiro para as áreas de negócio do órgão. Investimentos são realizados no desenvolvimento de novos serviços e na melhoria dos processos atuais dependentes das tecnologias de informação.

- A TI é percebida como potencializadora das atividades essenciais do órgão, sendo encarada como estratégica. Possui enfoque preventivo e inovador. Investimentos são realizados visando alavancar a exploração de novas oportunidades de negócio.

02.02. Onde a área de TI está posicionada no organograma do órgão/entidade? (Ligada diretamente à autoridade máxima do órgão ou Assessoria | Secretaria | Diretoria | Coordenação-Geral | Divisão ou Serviço)

02.03. Existe um modelo de diretrizes de Governança de TIC na organização? (Sim | Não)

Anexo III - Levantamento Complementar de Segurança de TIC

1. Propostas de Projetos de Segurança de TIC

01.01. Considerando o organograma do órgão/entidade, os projetos e temas afetos à Segurança da Informação e Comunicações - SIC, em regra, são de competência de uma área com *status* de: (Gabinete do Ministro ou Equivalente | Secretaria Executiva | Diretoria | Coordenação | Não há uma área específica que trate de SIC)

01.02. Estratégia Geral de Segurança Cibernética do SISP – EGSC.SISP

No contexto atual da exposição de vulnerabilidades envolvendo a Segurança Cibernética Brasileira, a adoção de uma Estratégia Geral de Segurança Cibernética do SISP – EGSC.SISP, que defina macro diretrizes que possibilitem o aumento dos níveis da Segurança Cibernética nos órgãos e entidades do SISP é: (Indispensável | Importante | Pouco importante | Dispensável)

Dispensável	Indispensável Importante Pouco importante
	01.02.01. Sobre o desenvolvimento de uma Estratégia Geral de Segurança Cibernética, o órgão: (Apoia a estratégia e deseja participar do processo Apenas apoia a estratégia Não apoia a estratégia)

01.03. Metodologia e/ou Ferramenta de Gestão de Riscos SISP

A elaboração e adoção de uma Metodologia e/ou Ferramenta (Software Público) de Gestão de Riscos orientada às necessidades dos órgãos e entidades do SISP é: (Indispensável | Importante | Pouco importante | Dispensável)

Dispensável	Indispensável Importante Pouco importante
	01.03.01. Sobre o desenvolvimento de uma Metodologia e/ou Ferramenta (Software Público) de Gestão de Riscos, o órgão: (Apoia a estratégia e deseja participar do processo Apenas apoia a estratégia Não apoia a estratégia)

01.04. Armazenamento de Dados em Nuvem Estatal (DataCenter de Estado)

A adoção de uma solução de Armazenamento de Dados em Nuvem Estatal (Datacenter de Estado), que possibilite o processamento e armazenamento de dados em larga escala, a recuperação dos serviços em caso de desastres e o funcionamento ininterrupto dos órgãos do SISP é: (Indispensável | Importante | Pouco importante | Dispensável)

Dispensável	Indispensável Importante Pouco importante
	01.04.01. Sobre o desenvolvimento de uma estratégia de Solução de Armazenamento de Dados em Nuvem Estatal, o órgão: (Apoia a estratégia e deseja participar do processo Apenas apoia a estratégia Não apoia a estratégia)

01.05. Na sua visão qual dos projetos transversais deveria ser priorizados? (Estratégia Geral de Segurança Cibernética do SISP | Metodologia e/ou Ferramenta de Gestão de Riscos SISP | Armazenamento de Dados em Nuvem Estatal)

2. Normativos GSI

02.01. O órgão possui Política de Segurança da Informação – POSIC em conformidade com a Complementar nº 03/IN01/DSIC/GSIPR? (Totalmente alinhada | Parcialmente alinhada | Não está alinhada | Não possui POSIC)

02.02. O órgão possui processo de Gestão de Riscos de Segurança em conformidade com a Norma Complementar nº 04/IN01/DSIC/GSIPR? (Totalmente alinhado | Parcialmente alinhado | Não alinhado | Não possui processo)

02.03. O órgão possui Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Rede – ETIR em conformidade com a Norma Complementar nº 05/IN01/DSIC/GSIPR e seu anexo? (Totalmente alinhada | Parcialmente alinhada | Não alinhada | Não possui ETIR)

02.04. O órgão possui processo de Gestão de Continuidade de Negócios em conformidade com a Norma Complementar nº 06/IN01/DSIC/GSIPR? (Totalmente alinhado | Parcialmente alinhado | Não alinhado | Não possui processo)

02.05. O órgão implementou Controles de Acesso em conformidade com a diretrizes contidas na Norma Complementar nº 07/IN01/DSIC/GSIPR? (Totalmente alinhado | Parcialmente alinhado | Não alinhado | Não possui Controles)

02.06. O órgão possui processo de Gerenciamento de Incidentes em Redes Computacionais em conformidade com a Norma Complementar nº 08/IN01/DSIC/GSIPR? (Totalmente alinhado | Parcialmente alinhado | Não alinhado | Não possui processo)

02.07. O órgão formalizou normas específicas para o uso de recursos criptográficos em Segurança da Informação e Comunicações em conformidade com a Norma Complementar nº 09/IN01/DSIC/GSIPR? (Totalmente alinhadas | Parcialmente alinhadas | Não alinhadas | Não formalizou normas)

02.08. O órgão realizou o processo de Inventário e Mapeamento de Ativos de Informação em conformidade com a Norma Complementar nº 10/IN01/DSIC/GSIPR? (Totalmente alinhado | Parcialmente alinhado | Não alinhado | Não realizou o processo)

02.09. O órgão estabeleceu processo para avaliação de conformidade nos aspectos relativos à Segurança da Informação e Comunicações em conformidade com a Norma Complementar nº 11/IN01/DSIC/GSIPR? (Totalmente alinhada | Parcialmente alinhada | Não está alinhada | Não possui processo de avaliação de conformidade)

02.10. O órgão formalizou normas para o uso de dispositivos móveis nos aspectos referentes à Segurança da Informação e Comunicações em conformidade com a Norma Complementar nº 12/IN01/DSIC/GSIPR? (Totalmente alinhadas | Parcialmente alinhadas | Não estão alinhadas | Não possui normas sobre o assunto)

02.11. O órgão possui processo de Gestão de Mudanças nos aspectos relativos à Segurança da Informação e Comunicações em conformidade com a Norma Complementar nº 13/IN01/DSIC/GSIPR? (Totalmente alinhado | Parcialmente alinhado | Não alinhado | Não possui processo)

02.12. O órgão formalizou normas para a utilização de tecnologias de Computação em Nuvem em conformidade com a Norma Complementar nº 14/IN01/DSIC/GSIPR? (Totalmente alinhadas | Parcialmente alinhadas | Não estão alinhadas | Não possui normas sobre o assunto)

02.13. O órgão formalizou normas de Segurança da Informação e Comunicações para o uso de redes sociais em conformidade com a Norma Complementar nº 15/IN01/DSIC/GSIPR? (Totalmente alinhadas | Parcialmente alinhadas | Não estão alinhadas | Não possui normas sobre o assunto)

02.14. O órgão formalizou normas para Desenvolvimento e Obtenção de Software Seguro em conformidade com a Norma Complementar nº 16/IN01/DSIC/GSIPR? (Totalmente alinhadas | Parcialmente alinhadas | Não estão alinhadas | Não possui normas sobre o assunto)

02.15. O órgão alinhou seu Plano de Capacitação de Pessoal à Norma Complementar nº 17/IN01/DSIC/GSIPR quando da elaboração do seu Plano de Capacitação de Pessoal? (Totalmente alinhado | Parcialmente alinhado | Não alinhado | Não considerou a Norma)

02.16. O órgão alinhou seu Plano de Capacitação de Pessoal à Norma Complementar nº 18/IN01/DSIC/GSIPR quando da elaboração do seu Plano de Capacitação de Pessoal? (Totalmente alinhado | Parcialmente alinhado | Não alinhado | Não considerou a Norma)

02.17. O órgão formalizou normas que garantam Padrões Mínimos de Segurança da Informação e Comunicações para os Sistemas Estruturantes da Administração Pública Federal (APF) em conformidade com a Norma Complementar nº 19/IN01/DSIC/GSIPR? (Não se aplica | Totalmente alinhadas | Parcialmente alinhadas | Não estão alinhadas | Não possui normas sobre o assunto)

02.18. O órgão possui processo de Tratamento da Informação em conformidade com a Norma Complementar nº 20/IN01/DSIC/GSIPR? (Totalmente alinhado | Parcialmente alinhado | Não alinhado | Não possui processo)

02.19. O órgão formalizou normas que disciplinem o Credenciamento de Segurança de Pessoas Naturais, Órgãos e Entidades Públicas e Privadas para o Tratamento de Informações Classificadas em conformidade com a Norma Complementar nº 01/IN02/NSC/GSIPR e seus anexos? (Totalmente alinhadas | Parcialmente alinhadas | Não estão alinhadas | Não possui normas sobre o assunto)

02.20. O órgão formalizou normas para implementação de padrões mínimos dos recursos criptográficos baseados em algoritmos de Estado para criptografia da informação classificada no âmbito do Poder Executivo Federal em conformidade com a Instrução Normativa GSI Nº 3? (Totalmente alinhadas | Parcialmente alinhadas | Não estão alinhadas | Não possui normas sobre o assunto)

Anexo IV - Levantamento Complementar de Gestão de Pessoas

1. Sobre metodologia para estimar força de trabalho, informe:

- 01.01. O órgão possui uma metodologia para se estimar, em termos qualitativos (de competências), a força de trabalho da TI no órgão? (Sim | Não)
01.02. O órgão possui uma metodologia para se estimar, em termos quantitativos (de número de profissionais), a força de trabalho da TI no órgão? (Sim | Não)

2. Informe o quantitativo (força de trabalho) de TIC atual do órgão (Favor desconsiderar os ATIs do órgão, cujo quantitativo é controlado pela SLTI):

- 02.01. Efetivos do próprio órgão com GSISP (exceto ATI): ____
02.02 Efetivos do próprio órgão sem GSISP: ____
02.03 Efetivos de outro órgão com GSISP (exceto ATI): ____
02.04 Efetivos de outro órgão sem GSISP: ____
02.05 Servidor de Contrato Temporário: ____
02.06 Comissionado sem vínculo com a APF: ____
02.07. Outros (Terceirizados em contrato presencial, Organismo Internacional, etc): ____

3. Informe o quantitativo (força de trabalho) de servidores EFETIVOS que o órgão ainda necessita em cada uma das áreas :

- 03.01. Gestão Estratégica de TIC (Planejamento, Normas, Projetos, Portfólio, Orçamento, Desenvolvimento de Pessoas em TI): ____
03.02. Governança de TIC (Normas Setoriais, Análise de Negócio, Gestão de Risco, Monitoramento e Avaliação): ____
03.03. Contratações de TIC (Planejamento, Gestão e Fiscalização de Contratos): ____
03.04. Gestão da Infraestrutura e Serviços de TIC: ____
03.05. Gestão e execução de atividades de Segurança de TIC: ____
03.06. Gestão de Sistemas de Informação e Gestão de Processos de Software (Administração de Banco de Dados, Análise de Negócio, Levantamento de Requisitos, Medição de Sistemas, Sistemas , Qualidade de Software e testes): ____
03.07. Gestão da Informação (Data Warehousing e Business Intelligence na Administração Pública Federal): ____
03.08. Elaboração de Políticas Públicas de TIC (Normativos, Supervisão e Coordenação de Planos e Projetos transversais de TIC para o SISP): ____
03.09. Justifique os quantitativos informados na questão anterior (A falta de justificativa ou uma justificativa incompleta impedirão o processo de análise das necessidades informadas anteriormente):

Anexo V - Levantamento Complementar de Serviços e Transparência de Informações à Sociedade

01.01. Com relação à Acessibilidade Digital, o órgão considera em seu processo de desenvolvimento de soluções em TI a acessibilidade digital? (Sim Não)					
Não	Sim				
01.01.N Este requisito é percebido como essencial na construção de sistemas e sítios eletrônicos do órgão? (Sim Não) 01.02.N Existe - ou está em andamento - algum tipo planejamento para tratar do assunto? (Sim Não)	01.01. Existem ações voltadas à construção de sistemas e/ou conteúdos que incorporem padrões de acessibilidade (Exemplo: eMAG)? (Sim Não)				
	01.02. Há capacitação da equipe do órgão sobre acessibilidade? (Sim Não)				
	01.03. O órgão utiliza ferramentas de verificação de acessibilidade digital? (Sim Não)				
	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 25%;">Não</td> <td>Sim</td> </tr> <tr> <td></td> <td>01.03.01. Indique qual ferramenta de verificação de acessibilidade digital o órgão utiliza: (ASES - Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios Access Monitor Da Silva Outras?(Especificar): 01.03.01.01. Informe a ferramenta utilizada:</td> </tr> </table>	Não	Sim		01.03.01. Indique qual ferramenta de verificação de acessibilidade digital o órgão utiliza: (ASES - Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios Access Monitor Da Silva Outras?(Especificar): 01.03.01.01. Informe a ferramenta utilizada:
Não	Sim				
	01.03.01. Indique qual ferramenta de verificação de acessibilidade digital o órgão utiliza: (ASES - Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios Access Monitor Da Silva Outras?(Especificar): 01.03.01.01. Informe a ferramenta utilizada:				

02.01 - Você tem alguma sugestão de melhorias para o Guia de Serviços do Governo Federal (www.servicos.gov.br)? _____

03.01 – O órgão possui equipamentos públicos (instalações e espaços físicos onde é prestada de forma presencial algum tipo de serviço do poder público à pessoa física ou jurídica)? (Sim Não)					
Não	Sim				
Não	03.01. O órgão sabe que serviço está disponível em cada equipamento público? (Sim Não)				
	03.02. Há informações sobre localização com coordenadas geográficas (latitude e longitude) para cada equipamento público (Sim Não)				
	03.03. Há informações sobre os serviços públicos prestados por cada equipamento público publicada na internet? (Sim Não)				
	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 25%;">Sim</td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td>03.03.01. Informe o endereço: _____</td> </tr> </table>	Sim			03.03.01. Informe o endereço: _____
Sim					
	03.03.01. Informe o endereço: _____				
04.01 - Com relação à Gestão de Domínios utilizados pelos sítios e serviços eletrônicos do Órgão, existe uma gestão centralizada ou coordenada do uso de DOMÍNIOS e SUBDOMÍNIOS do Órgão em publicações na Internet? (Sim Não)					
Não	Sim				
	04.01. Em que nível da organização se realiza essa gestão? (por departamento ligado à Secretaria Executiva ou equivalente por departamento de assessoria de comunicação ou equivalente por departamento de gestão de informação ou equivalente pelo Departamento central de gestão de tecnologia por fornecedor de serviço contratado)				
05.01. Há serviços públicos eletrônicos que necessitam de cadastro e confirmação de dados pessoais na Internet? (Sim Não)					
Não	Sim				

05.01. Informe o quantitativo de serviços que se enquadram nessa situação: ____

Anexo VI - Levantamento Complementar de Inventário de Infraestrutura

1. Sistema de Inventário

01.01. O órgão utiliza sistema de inventário atualizado? (Sim Não)	
Não	Sim
01.01.01. Qual o sistema utilizado? (CACIC OCS ALTIRIS OCS Desenvolvido internamente Outro)	

2. Datacenter

02.01. O órgão possui Datacenter próprio? (Sim Não)

3. Servidores de Redes

03.01. Informe o quantitativo de servidores com sistema operacional Windows:	
03.02. Informe o quantitativo de servidores com sistema operacional Linux:	
03.03. Informe o quantitativo de servidores com sistema operacional Unix:	
03.04. Informe o quantitativo de servidores com outros sistemas operacionais:	
03.05. Existem servidores de rede que estejam executando máquinas virtuais? (Sim Não)	
Não	Sim
03.05.01. Informe o quantitativo de servidores de rede executam máquinas virtuais: ____	
03.05.02 Em média, quantas máquinas virtuais são executadas em cada um desses servidores? ____	

4. Equipamentos de uso pessoal

04.01. Informe o quantitativo de desktops com sistema operacional Windows:	
04.02. Informe o quantitativo de desktops com sistema operacional Linux:	
04.03. Informe o quantitativo de desktops com sistema operacional Unix:	
04.04. Informe o quantitativo de desktops com outros sistemas operacionais:	
04.05. Informe o quantitativo de desktops com o pacote BROffice (ou LibreOffice):	
04.06. Informe o quantitativo de desktops com o pacote MS-Office:	
04.07. Informe o quantitativo de desktop com outros pacotes do tipo office:	
04.08. Informe o quantitativo de notebooks com sistema operacional Windows:	
04.09. Informe o quantitativo de notebooks com sistema operacional Linux:	
04.10. Informe o quantitativo de notebooks com sistema operacional Unix:	

- 04.11. Informe o quantitativo de notebooks com outros sistemas operacionais:
 04.12. Informe o quantitativo de notebooks com o pacote BOffice (ou LibreOffice):
 04.13. Informe o quantitativo de notebooks com o pacote MS-Office:
 04.14. Informe o quantitativo de notebooks com outros pacotes do tipo office:
 04.15. Informe o quantitativo de tablets com sistema operacional Windows:
 04.16. Informe o quantitativo de tablets com sistema operacional IOS:
 04.17. Informe o quantitativo de notebooks com sistema operacional Android:
 04.18. Informe o quantitativo de notebooks com outros sistemas operacionais:

5. Impressão

- 05.01. Informe o total de impressoras próprias que o órgão possui: ____
 05.02. Informe o total de impressoras que são fornecidas em contrato de serviços de impressão: ____

6. INTERNET

06.01. O órgão possui serviço contratado de acesso à INTERNET? (Sim | Não)

Não	Sim
-----	-----

	06.01.01. Informe a capacidade total dos links contratados em MBPs: ____
--	--

7. Videoconferência

07.01 O órgão possui serviço de videoconferência? (Sim | Não)

Não	Sim
-----	-----

	07.01.01. Informe o número de pontos da rede de videoconferência: ____
--	--

8. VoIP

08.01. O órgão possui serviço de VoIP? (Sim | Não)

9. Rede

09.01. Informe o total de pontos da Rede Interna do órgão: ____

09.02. O órgão possui roteadores próprios? (Sim | Não)

Não	Sim
-----	-----

	09.02.01. Informe o número de roteadores: ____
--	--

09.03. O órgão utiliza alguma ferramenta de gerenciamento de redes (LAN/WAN)? (Sim | Não)

09.04. O órgão possui firewall instalado? (Sim | Não)
09.05. O órgão possui ambiente de backup? (Sim | Não)

10. SGBD

10.01. O órgão utiliza sistema gerenciador de banco de dados (SGBD) ? Se sim, informe os SGBDs utilizados. (Sim | Não)

Não	Sim
	10.01.01. Oracle (Sim Não) 10.01.02. MySQL (Sim Não) 10.01.03. MS-QLServer (Sim Não) 10.01.04. Postgre (Sim Não) 10.01.05. DB2 (Sim Não) 10.01.06. Firebird (Sim Não) 10.01.07. Outros (Sim Não)